



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**REBECA DE MOURA TARGINO**

**NARRATIVAS DE MULHERES ATENDIDAS EM AVALIAÇÃO TERAPÊUTICA:  
UMA ANÁLISE FEMINISTA**

**FORTALEZA**

**2021**

REBECA DE MOURA TARGINO

**NARRATIVAS DE MULHERES ATENDIDAS EM AVALIAÇÃO TERAPÊUTICA:  
UMA ANÁLISE FEMINISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Lucila Moraes Cardoso.

FORTALEZA  
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- T192n Targino, Rebeca de Moura.  
Narrativas de mulheres atendidas em Avaliação Terapêutica : uma análise feminista / Rebeca de Moura Targino. – 2021.  
157 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Profa. Dra. Lucila Moraes Cardoso.
1. Psicologia Sócio-Histórica. 2. Materialismo Histórico-Dialético. 3. Avaliação Terapêutica. 4. Relações sociais de sexo. 5. Feminismo. I. Título.

CDD 150

---

REBECA DE MOURA TARGINO

NARRATIVAS DE MULHERES ATENDIDAS EM AVALIAÇÃO TERAPÊUTICA: UMA  
ANÁLISE FEMINISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lucila Moraes Cardoso.

Aprovada em: 26/11/2021

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lucila Moraes Cardoso (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Veriana de Fátima Rodrigues Colaço  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Terezinha Martins dos Santos Souza  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Para minha mãe, Maria Neide de Moura Targino, que, por me amar tanto, me fez não ter medo de acreditar em mim.

## AGRADECIMENTOS

À essa força estranha que me trouxe até aqui, que me faz ver a entrega às causas nas quais acredito como única possibilidade de existência, por mais dolorosos que alguns dias possam ser. Essa insistência que me impele a continuar, por teimosia ou coragem.

Às mulheres de que falo neste trabalho, que são as que vieram antes de mim e continuarão depois, e, de modo específico, àquelas aqui nomeadas como Bethânia, Elis, Gal e Rita. Suas histórias não somente possibilitaram o desenvolvimento deste texto, mas foram bússola e tesouro para conferirem direção e sentido à navegação.

Às psicólogas que conduziram os processos que resultaram no material no qual estive imersa, por todo o investimento dirigido a uma aposta feita em conjunto e por toda a generosidade que reside no ato de compartilhar.

À minha orientadora Lucila Moraes Cardoso, pelo seu olhar atento e pelo contínuo respeito e cuidado dispendidos ao que lhe foi entregue por mim. Pelos anos de confiança mútua. Por não ter sido farol com a intenção de apontar *o* caminho, mas boia que me apoiou e me impediu de afundar enquanto eu fazia a descoberta de *um* caminho, o meu.

À professora Veriana Colaço, por ter se disponibilizado a compor a banca para o Exame de Qualificação. Pela generosidade nas suas palavras. Pela oportunidade de receber seus ensinamentos excepcionais.

À professora Terezinha Souza, por ter se disponibilizado a compor a banca para o Exame de Qualificação. Pelas brilhantes e necessárias contribuições. Por suas significativas produções acadêmicas.

À Universidade Estadual do Ceará (UECE), lugar que, arquitetado como um imenso corredor central, sempre apontou seu caráter de passagem. Destino para onde fui quando parti de onde vim, berço de prelúdios da vida adulta, cenário em que se aprende porque se afeta, e, se afetando, gradua-se ueceano.

À equipe do Laboratório de Estudos e Práticas em Avaliação Psicológica da UECE (Leapsi), e, em especial, à Kayline Melo, Ticiane Rodrigues, Thays Martins, Rayane Ribeiro, Aryadna Albuquerque, Scarlett Fernandes, Fernanda Giasson, Gabriel Vitor Acioly, pelo companheirismo diário, paciência e suporte. Por conjugarem da curiosidade que impulsiona o pesquisar e dividirem as dores e as delícias do lugar de pesquisador.

À Maria Neide, minha mãe, por me permitir a vida e me dar condições de desfrutá-la como sujeito. Por todas as vezes que, sem entender nem questionar, apenas acreditou. Por me transmitir alguma coisa de mulher, alguma coisa de linguagem, e muito sobre ambos.

A Francisco Océzio, meu pai (*in memoriam*), quem eu nunca deixei de perder, e, justamente por isso, nunca deixou de estar presente em mim. Pelo registro do masculino, da abdicação, da conexão com a terra.

À Juliana, minha irmã, pelo suspiro de vida que se sustenta em termos uma à outra. Por tudo que há de sagrado e misterioso em se ter uma irmã.

A Gabriel, meu irmão, pelas perguntas que eu também gostaria de saber as respostas. Por ter trazido vida aos nossos dias.

À Judite Maria Lima, minha avó, por ter me dado base e sustentação. Por um conhecimento não registrável na materialidade.

Ao meu cunhado, Daniel, por se fazer família no apoio diário.

À Natália Barreto, pela sensibilidade de cada gesto. Por me presentear com um novo jeito de ver o mundo. Pela palavra precisa.

À Gladys Pontes, por me mostrar a grandeza das incoerências. Por não caber no lugar de referência, mas expandir-se em horizonte possível.

À Amanda Karoline, por perceber o detalhe que escapa. Por subverter o feminino. Por me ensinar a só ser.

À Paula Siebra, por ter rolado na areia da praia na primeira vez que a vi. Por me mostrar o tamanho que a sutileza pode ter.

A Isac Cajazeiras, meu romance, namorado e companheiro de vida. Por me perder e me encontrar em nós. Pela presença incansável. Pelo amor irreduzível. Pelo sentido dado aos dias.

Às amigas e amigos de infância, em especial, à Rute Gadelha, pela suspensão do tempo e espaço. Por me fazer retornar a quem eu fui e sou.

Às amigas e amigos da turma de Mestrado, que, muito mais do que colegas, são parceiros de jornada. Pelo choro compartilhado. Pelo colo oferecido. Por fazerem esse período ser possível. Em especial e com muito carinho, Ailton, Laisa, Lívia, Renata, Demar, Francileuda, Paulinha, Alexandra, Fernando Henrique.

Às professoras, professores e funcionários da Universidade Federal do Ceará (UFC), pelos imensuráveis ensinamentos e pela constante disponibilidade.

O presente trabalho foi realizado com Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Você junta duas coisas que nunca foram juntadas antes. E o mundo se transforma. As pessoas podem não reparar na hora, mas isso não importa. Mesmo assim, o mundo se transformou.” (BARNES, 2014, p. 06).



## RESUMO

Considerando-se a subjetivação como um processo em contínua articulação com as determinações históricas e sociais consonantes com o modo de produção capitalista patriarcal, este estudo objetivou analisar, a partir da perspectiva feminista, fenômenos expressos nas narrativas de mulheres atendidas em processos de Avaliação Terapêutica (AT). Caracterizada como um processo interventivo, colaborativo e semiestruturado, a AT se situa neste trabalho como um espaço profícuo à elaboração de narrativas que se produzem por meio das relações sociais, ganhando ênfase, para fins analíticos, as ressonâncias correspondentes às relações sociais de sexo. Em conformidade com a perspectiva teórica adotada, a saber, a Psicologia Sócio-Histórica, propõe-se uma metodologia alinhada ao materialismo histórico-dialético, definido como um método de compreensão sobre a realidade que enxerga a existência dos seres humanos dentro de um contexto histórico e de acordo com as relações materiais existentes. Realizou-se análise do material audiovisual correspondente a quatro processos de AT, sendo um deles conduzido com uma professora aposentada e os demais relativos a docentes em exercício da profissão. O procedimento de organização e análise de dados foi desenvolvido a partir de três etapas, iniciadas pela observação flutuante do material, seguida da construção dos núcleos de significação, culminando no processo analítico dos mesmos. Como resultados, apresentam-se quatro eixos centrais, sendo eles, Trabalho: O lugar da mulher docente; Divisão sexual do trabalho ou “Dar o que não se tem”; Controle e Objetificação do corpo feminino; Relações (de poder) afetivas. Tais eixos foram construídos a partir da aproximação dos diferentes núcleos de significação extraídos dos quatro processos de AT, configurando-se como um processo que caminhou do campo empírico para o interpretativo. A discussão dos eixos foi desenvolvida tomando-se como fio condutor a compreensão das determinações históricas e sociais das relações de gênero, situadas como estruturantes do processo de subjetivação. Salienta-se o desenvolvimento deste estudo como uma possibilidade de contribuição a duas grandes áreas, a saber, a Psicologia Social e a Avaliação Psicológica, destacando-se a potencialidade em articulá-las com vistas à ampliação de seus respectivos saberes.

**Palavras-chave:** psicologia sócio-histórica; materialismo histórico-dialético; Avaliação Terapêutica; relações sociais de sexo; feminismo.

## ABSTRACT

Considering subjectivation as a process in continuous articulation with historical and social determinations consonant with the patriarchal capitalist mode of production, this study aimed to analyze, from a feminist perspective, phenomena expressed in the narratives of women assisted in Therapeutic Assessment processes (TA). Characterized as an interventional, collaborative and semi-structured process, TA is situated in this work as a useful space for the elaboration of narratives that are produced through social relations, with emphasis, for analytical purposes, on the resonances corresponding to social relations of sex. In accordance with the theoretical perspective adopted, namely, Socio-Historical Psychology, a methodology is proposed in line with historical-dialectical materialism, defined as a method of understanding reality that sees the existence of human beings within a historical context and in accordance with existing material relationships. An analysis was carried out of the audiovisual material corresponding to four TA processes, one of which was conducted with a retired teacher and the others related to teachers in the profession. The procedure for organizing and analyzing data was developed from three stages, starting with the floating observation of the material, followed by the construction of meaning cores, culminating in their analytical process. As a result, four central axes are presented, namely, Work: The place of the female teacher; Sexual division of work or “Giving what you don't have”; Control and Objectification of the female body; Affective (power) relationships. Such axes were built from the approximation of the different meaning cores extracted from the four TA processes, configuring themselves as a process that moved from the empirical to the interpretive field. The discussion of the axes was developed taking as a guideline the understanding of the historical and social determinations of gender relations, situated as structuring of the subjectivation process. The development of this study is highlighted as a possibility of contribution to two major areas, namely, Social Psychology and Psychological Assessment, highlighting the potential to articulate them with a view to expanding their respective knowledge.

**Keywords:** socio-historical psychology; dialectical-historical materialism; Therapeutic Assessment; social sex relations. feminism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 2 - Etapas 1 e 2: Indicadores e Núcleos de Significação do caso Bethânia.....	59
Quadro 3 - Etapas 1 e 2: Indicadores e Núcleos de Significação do caso Elis.....	59
Quadro 4 - Etapas 1 e 2: Indicadores e Núcleos de Significação do caso Gal .....	60
Quadro 5 - Etapas 1 e 2: Indicadores e Núcleos de Significação do caso Rita .....	60
Figura 1 – Processo de Organização e Análise de Dados.....	28
Figura 2 - Etapa 3: Organização/Análise dos Núcleos de Significação .....	61

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

AT	Avaliação Terapêutica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Leapsi	Laboratório de Estudos e Práticas em Avaliação Psicológica
SPA	Serviço de Psicologia Aplicada
TA	Therapeutic Assessment
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	21
2.1	<b>Uma questão de ruptura: Materialismo histórico-dialético como fundamento teórico-metodológico</b> .....	15
2.2	<b>Apreendendo Significações: Organização e Análise de dados</b> .....	27
2.2.1	<i>Leitura Flutuante e Organização do Material</i> .....	28
2.2.2	<i>Construção dos Núcleos de Significação</i> .....	29
2.2.3	<i>Organização/Análise dos Núcleos de Significação</i> .....	30
2.3	<b>Compromisso Ético em Pesquisa</b> .....	30
2.4	<b>Corpus de Pesquisa</b> .....	31
2.4.1	<i>Ambiente</i> .....	31
2.4.2	<i>Participantes do estudo</i> .....	31
2.4.3	<i>Procedimento de Coleta de Dados</i> .....	32
2.5	<b>Atenta ao detalhe: Por que Avaliação Terapêutica?</b> .....	34
3	<b>AVALIAÇÃO TERAPÊUTICA: AS POSSIBILIDADES DE UMA APOSTA</b> .....	35
3.1	<b>Aproximações conceituais</b> .....	35
3.2	<b>Passos de um caminho compartilhado</b> .....	38
3.2.1	<i>Passo 1: Contatos iniciais e a via do questionamento</i> .....	38
3.2.2	<i>Passo 2: O teste psicológico como recurso à elaboração</i> .....	40
3.2.3	<i>Passo 3: A disponibilidade para reescrever histórias</i> .....	43
3.2.4	<i>Passo 4: Discutindo achados: Janelas com vista para o outro</i> .....	44
3.2.5	<i>Passo 5: As cartas do terapeuta</i> .....	46
3.2.6	<i>Passo 6: Para além do fim: Acompanhando recomeços</i> .....	47
4	<b>SUBJETIVIDADE COMO CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA</b> .....	49
4.1	<b>Contribuições da Psicologia Sócio-Histórica à compreensão de ser social</b> ..	49
4.2	<b>O social no ser (mulher): Encontrando significações</b> .....	58
5	<b>A INSUSTENTÁVEL INVENÇÃO DA IGUALDADE: RELAÇÕES SOCIAIS GENERIFICADAS</b> .....	62
5.1	<b>Predicativos do lugar feminino</b> .....	62
5.2	<b>O sujeito mulher e seus assujeitamentos</b> .....	70

5.2.1	<i>Trabalho: O lugar da mulher docente</i> .....	70
5.2.2	<i>Divisão Sexual do Trabalho ou “Dar o que não se tem”</i> .....	86
5.2.3	<i>Controle e Objetificação do corpo feminino</i> .....	107
5.2.4	<i>Relações (de poder) afetivas</i> .....	128
5.3	<b>O gênero como terreno onde se pisa por toda a vida</b> .....	141
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	150

## 1 INTRODUÇÃO

*Soube que não valera de nada. Ela olhou por sobre o muro e percebeu que, mínima e a diminuir, estava a trancar-se cada vez mais, como a fugir por dentro, para longe, para um lugar tão distante que podia existir só dentro das pessoas. Pensou também que os homens eram todos iguais e que apenas às mulheres era dada a diferença. Achou que era bom saber disso (MÃE, 2016, pp. 64-65).*

Com a célebre frase que versa sobre toda psicologia ser social, Lane (2012) estabelece uma diretriz a partir da qual anuncia a urgência de se assumir, dentro das especificidades de cada campo teórico, a natureza sócio-histórica do ser humano. Essa asserção inaugura, para mim, o flanco para um questionamento que se aloca às singularidades da avaliação psicológica, prática que nasce e se desenvolve atravessada pelo desejo inerentemente humano relativo ao autoconhecimento. Foi exatamente o laço do desejo, porém de outra ordem, que transpassou minha inserção, em 2015, no Laboratório de Estudos e Práticas em Avaliação Psicológica da Universidade Estadual do Ceará (Leapsi), onde permaneço como membro efetivo até os dias atuais.

De lá para cá, muitas são as descobertas que tenho feito a respeito da Psicologia, me atrevendo a vê-la em praticamente todo lugar em que o olhar – e o ouvido – se demoram. Se é aprendido na academia que o sujeito se constitui como tal em articulação com o meio em que vive e transforma, isso há muito já me havia ocorrido em função da diferença com a qual me deparei ao sair de uma cidade interiorana para cursar o nível superior na capital cearense. Há um outro modo de se viver os dias, elegem-se outras coisas como imprescindíveis, e, ao me dar conta de que, além de mim, em uma turma composta por 40 alunos, haviam mais duas meninas que migraram de interiores e somente uma menina que havia cursado o ensino médio em uma instituição pública, entendi – não há como sustentar determinadas aspirações e desejos se não existem condições concretas que as possibilitem.

Se tal afirmação, hoje, parece redundante e de certa maneira indiscutível, talvez seja importante situar que este trabalho foi desenvolvido entre os anos de 2019 a 2021, tempos em que, mais do que nunca, o óbvio precisa ser dito. Sentir uma diferença não significa necessariamente compreendê-la, elaborá-la, dar vazão ao que ela pode representar, e se dar conta de que não se trata somente de uma percepção individual, mas de um processo coletivo, toma o tempo necessário para que também se amadureça o que pode se fazer a esse respeito. Um olhar que se constrói voltado para o que marca a diferença entre os lugares feminino e masculino é atravessado, no meu caso, por questões concretas, ao passo que existo enquanto mulher em uma sociedade sexista, como também por elementos de ordem simbólica, ligados

especialmente aos impedimentos que se impõem sistematicamente em virtude da posição que ocupo nos grupos sociais.

Dimensionar-se como ser que só existe em relação e que, portanto, compartilha de determinadas representações construídas no âmbito social é um ponto de virada necessário para que se assuma uma posição comprometida com a extrapolação do individual, não no sentido de desconsiderá-lo, mas, pelo contrário, de poder expandi-lo enquanto tal por apreendê-lo como integrado e integrante de um todo. O desenvolvimento deste trabalho também se situa como uma ruptura, pois compreender o que há de estrutural no meu lugar de mulher me mobilizou a desenvolver um olhar que se volta para a classe, refinando esse movimento a partir de uma sustentação teórico-metodológica embasada e coerente com o que proponho, a saber, a da Psicologia Sócio-Histórica.

Como qualquer processo que envolve múltiplas implicações, seu desenrolar não se deu de modo linear. As aproximações com a área da avaliação psicológica, por meio do ingresso no Leapsi, e a concomitante identificação com o que é trazido como fundamental para uma análise social de fenômenos psicológicos, teve como resultado uma mudança na forma de enxergar aquilo que era apresentado como conteúdo resultante do campo avaliativo. Ao longo de participações em eventos da área, leitura de produções acadêmicas significativas e acompanhamento de publicações relevantes em periódicos, foram sendo observadas lacunas no tocante a construção de trabalhos voltados para a compreensão de fatores históricos e sociais determinantes na subjetivação das pessoas de quem se falava nos estudos e para quem se destinavam a construção de instrumentos psicológicos.

É nesse ponto que destaco, situando como contradição produzida pelo movimento histórico vinculado ao desenvolvimento da área, a limitação que comparece na produção da avaliação psicológica como uma esfera pouco conectada às problemáticas necessárias para a compreensão de um sujeito determinado social e historicamente. Como elemento ilustrativo a essa linha argumentativa, aponta-se a escassez de estudos desenvolvidos nessa área que problematizem, de maneira aprofundada, o modo como as desigualdades constituintes das relações sociais moldam dimensões psíquicas tomadas como objeto do estudo avaliativo, exemplificando-se as funções cognitivas e afetivas ou mesmo a personalidade enquanto construto em sua totalidade. Em contraponto a isso, reitera-se o avanço de pesquisas correspondentes às qualidades psicométricas de testes psicológicos, a partir das quais podem ser visualizadas diferenças quantitativas em termos de sexo, faixa etária, escolaridade, territorialidade, diagnósticos, profissões, e mais uma enorme diversidade de aspectos. Tomados como critério à análise, esses índices possibilitam a produção e adaptação de instrumentos



voltados a diversas especificidades, considerando-se características singulares do sujeito em diferentes contextos avaliativos.

Na área da avaliação psicológica, entretanto, pouco tem se pensado qualitativamente sobre como o fenômeno psicológico explorado em um processo avaliativo não se situa somente frente a um pano de fundo contextual, mas o é, propriamente, constituinte do arranjo social em que se conforma. A esse respeito, ganha destaque no atual cenário associado à avaliação psicológica o desenvolvimento de propostas que vão além do foco predominante relativo às qualidades psicométricas dos instrumentos. Esse campo se inaugura organizado em torno de uma nova perspectiva avaliativa, a partir da qual o processo de avaliação psicológica extrapola seu tradicional propósito investigativo ao intentar-se como uma modalidade interventiva (VILLEMOR-AMARAL, 2016).

Compreendida como uma área em expansão no Brasil, a ênfase na pesquisa voltada aos modelos interventivos de psicodiagnóstico possibilita um maior aprofundamento teórico e prático acerca dos fatores que podem tornar uma avaliação útil e terapêutica ao sujeito avaliado. Isso é possível a partir do entendimento relativo às particularidades nos procedimentos associados a esses modelos, especificando-se aqui aqueles que dizem respeito à modalidade da Avaliação Terapêutica (AT).

Originalmente intitulada como *Therapeutic Assessment*, a AT tem seu nascimento datado na década de 1980, período em que começou a ser sistematizada por Stephen Finn e seus colegas nos Estados Unidos (FINN; CHUDZIK, 2010). Sua difusão vem sendo realizada no Brasil de maneira incipiente, contando com um número ainda reduzido de publicações realizadas por pesquisadores brasileiros. Uma das características primordiais a partir da qual se atribui à AT uma diferenciação em referência aos modelos tradicionais de avaliação relaciona-se ao seu caráter iminentemente colaborativo. Este se conforma a partir da redução da assimetria entre psicólogo e cliente, possibilitando uma nova forma de conduzir o processo e enxergar os resultados que dele são provenientes. Orientada por propósitos terapêuticos, a AT é composta por seis fases, organizadas em torno de um arranjo semiestruturado que pressupõe adaptações mediante as singularidades de cada cliente (FINN, 2017/2007). Esses elementos são destacados por Villemor-Amaral (2016) pela originalidade que lhes é constituinte, conferindo à AT um importante lugar na construção futura do cenário da avaliação psicológica no Brasil.

Neste sentido, estudar os desdobramentos teóricos e práticos da AT engendra a justificativa pela qual se reitera a forma como essa modalidade avaliativa se situa nesse estudo. O material audiovisual referente a quatro processos de AT desenvolvidos com mulheres conforma-se, aqui, como fonte do material analisado, debruçando-se sobre os conteúdos das

narrativas de cada cliente. O movimento realizado teve como fio condutor uma perspectiva teórica a respeito da subjetividade apontada incipientemente no início da seção pela concepção de humano anunciada por Lane (2012). Nesta, ganha destaque o caráter histórico-social do indivíduo, a partir do qual o psiquismo é situado como uma produção mediada pelas relações sociais construídas em um dado movimento histórico. Desse modo, elementos como mediação e linguagem interpõem-se centralmente à apreensão de uma produção subjetiva sempre posicionada em referência ao outro, relação sintetizada por Vigotski (2000, p. 24) pela asserção “através dos outros constituímos-nos”.

O estabelecimento, neste estudo, da Psicologia Sócio-Histórica como uma das bases teóricas norteadoras serve a uma demarcação analítica de sujeito que se delinea, dialeticamente, como construção determinada pelas relações sociais ao mesmo passo em que se conforma pela capacidade de transformar a realidade que o produz (VIGOTSKI, 2010; SAWAIA, 2009; MORETTI; ASBAHR; RIGON, 2011; LANE, 2012; SOUZA; ANDRADA, 2013; SILVA; TULESKI, 2015, GOMES *et al.*, 2016). Esse aporte suscita à impraticabilidade de uma ciência psicológica alheia à estruturação social fundadora do sistema intrapsíquico, engendrada pelas condições materiais e simbólicas forjadas na lógica de produção capitalista que se orienta, sobretudo, pela ideologia da exploração, dominação e opressão social.

Referendada teórica e politicamente por esta concepção de subjetividade, versa-se sobre uma proposta convergente à aproximação de campos teóricos que não se dispõem atualmente distantes pela impossibilidade de afinidade, mas por uma separação que encontra suas origens nas condições históricas e materiais que se estabelecem no escopo epistemológico. Partindo-se da pergunta “*de que maneira as narrativas de mulheres atendidas em Avaliação Terapêutica se relacionam com fenômenos desenvolvidos à luz de marcos teóricos feministas?*”, busca-se levantar um campo analítico que se organiza em referência às especificidades interligadas ao laço social pelo qual se dá a produção de subjetividades femininas. A Avaliação Terapêutica se insere aí como espaço à construção de narrativas que se produzem por meio das relações sociais, suscitando ainda outras possibilidades relativas ao campo de pesquisa voltado à Avaliação Psicológica.

A demarcação do aporte teórico feminista, evidenciado na pergunta de partida, sustenta o deslocamento a partir do qual vêm sendo repensadas as questões de gênero. Contrariamente às noções simplistas pelas quais se categoriza o binário feminino-masculino, a perspectiva que se debruça sobre as construções históricas fundadoras das relações sociais entre os sexos permite compreender condições simbólicas e materiais que engendram o lugar culturalmente ofertado à mulher no movimento histórico. O desenvolvimento de teses que

reivindicam a problematização relativa à condição feminina fundada em uma sociedade patriarcal chama a um debate que, dentre inúmeras teorizações, parece retornar ao ponto anunciado por Beauvoir (1970) quando lança mão da questão “que é uma mulher?” (p. 7).

Muito mais do que uma sentença interrogativa, o ponto levantado pela autora já circunscreve, por si só, o movimento reflexivo que se alcança pela constatação de que a existência da mulher não se desenvolveu historicamente em relação de igualdade à masculina. À sombra dos limites capitalistas patriarcais, a condição feminina se constrói coletivamente, alicerçada em uma realidade materialmente restritiva que se consolida na e pela transmissão simbólica de práticas e valores institucionalizados nas esferas religiosas, educativas, amorosas, científicas, políticas ou jurídicas. O processo de socialização da mulher, portanto, constitui e é constituinte de um modelo cultural que historicamente inferioriza a condição feminina, atentando-se, quanto a isso, à impossibilidade de se tomar o gênero como produzido unicamente em referência ao sexo biológico. É preciso considerar o gênero a partir da relação com as diversas formas de opressão, em especial os agenciamentos de raça, que, articuladas ao eixo da exploração que determina a classe, demarcam a complexidade que caracteriza as relações sociais, e, aqui de maneira específica, as de gênero.

Neste sentido, o referencial que se intenta utilizar como aporte aos procedimentos analíticos é constituído por autoras que traçam uma linha teórica feminista dialogicamente aos campos marxista e/ou materialista. Essa escolha se justifica pela coerência com a postura ético-política que se assume pela demarcação, na esfera analítica, de uma subjetividade feminina inscrita individual e coletivamente pelas mediações sociais. Além disso, essa delimitação se faz necessária no defronte instaurado em oposição às perspectivas individualizantes pelas quais têm se designado a seara do “feminismo liberal”. Definido por um modo de apropriação neoliberal da pauta feminista, o feminismo voltado ao “empoderamento” individual se recusa a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade impossível para uma ampla maioria de mulheres, oferecendo-se como uma ferramenta à manutenção das engrenagens que precarizam e subjugam o trabalho feminino (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Na contramão disso, a proposta sobre a qual se versa este projeto intenta superar os limites forjados pela consolidação de fronteiras que fragmentam fenômenos unilateralmente atribuídos à esfera individual ou social. Compreender as cadeias pelas quais se engendram singularmente os significados que se ligam às subjetividades femininas corresponde à compreensão da existência de mulheres inseridas em condições históricas e sociais que se especificam em torno de agenciamentos de exploração e opressão muito particulares. É a partir dessa via que se delimita como objetivo principal deste estudo *analisar, a partir da perspectiva*

*teórica feminista, fenômenos expressos nas narrativas de mulheres atendidas em processos de Avaliação Terapêutica.* De maneira específica, intenta-se: a) construir núcleos de significação como meio à apreensão dos fenômenos centrais que constituem as narrativas de mulheres atendidas em Avaliação Terapêutica; b) organizar os núcleos de significação em eixos centrais, com ênfase na observação de aspectos comuns às narrativas de mulheres atendidas em Avaliação Terapêutica; c) desenvolver uma discussão dos eixos centrais tomando-se como fio condutor determinações históricas e sociais das relações de gênero estruturantes do processo de subjetivação de mulheres atendidas em Avaliação Terapêutica.

Como forma de alcançar esses objetivos, desenha-se uma metodologia congruente com a perspectiva teórica adotada, tecida por uma noção sócio-histórica de mundo, de indivíduo e de conhecimento. As especificidades relativas às estratégias elegidas estão descritas no capítulo **“Percurso Metodológico”**, no qual são situados, inicialmente, desdobramentos teórico-metodológicos vinculados ao Método do Materialismo Histórico-Dialético (SIRGADO, 2000; MARTINS, 2006; SOUZA, 2006; BOCK, 2007; VIGOTSKI, 2008; LESSA; TONET, 2011; LORDELO, 2011; NETTO, 2011; FRIEDRICH, 2012; ZAGO, 2013; SANTOS; LEÃO, 2014; MORAES, 2020). Ainda neste capítulo, realiza-se uma descrição dos sujeitos do estudo, bem como do ambiente e procedimentos relacionados à coleta e análise de dados (VIGOTSKI, 1999; 2008; AGUIAR; OZELLA, 2006; 2013; AGUIAR, 2007; GONÇALVES, 2007).

A seção **“Avaliação Terapêutica: As possibilidades de uma aposta”** já demarca, em seu título, o lugar ao qual se designa essa modalidade avaliativa, aqui adjetivada como aposta pela atitude de se acreditar nesse novo como potencialidade. No capítulo destinado a esse campo, são situados os pressupostos teóricos e práticos constituintes da AT, apresentados a partir do livro desenvolvido por Finn (2017/2007), bem como de publicações no cenário internacional (FINN, 2008; 2012; PETERS, 2008; FINN; CHUDZIK, 2010; ASCHIERI; SMITH, 2012; FINN; MARTIN, 2013; SMITH; FINN, 2014; ASCHIERI; SAEGER; DUROSINI, 2015; FRACKOWIAK; FANTINI; ASCHIERI, 2015; HINRICHS, 2015) e nacional (VILLEMOR-AMARAL, 2016; VIEIRA, 2017; VILLEMOR-AMARAL; RESENDE, 2018; FERNANDES, 2019; SCADUTO; CARDOSO; HECK, 2019; GIASSON, 2020; MORAES, 2020). Ainda neste capítulo, foram descritos aspectos gerais concernentes aos casos de Avaliação Terapêutica sob os quais este estudo se debruçou, objetivando-se apresentar um panorama geral dos aspectos trabalhados em cada caso.

O capítulo **“Subjetividade como construção sócio-histórica”** volta-se à demarcação da base teórica que embasa a concepção de subjetividade a partir da qual este estudo foi conduzido. No primeiro tópico, versa-se sobre a estruturação do fenômeno

psicológico, situado como uma produção forjada não somente por conjugações intrapsíquicas, mas em referência às condições engendradas pela posição do sujeito nas relações sociais. Aqui, evidencia-se o aporte teórico utilizado, relativo a trabalhos no campo da Psicologia Sócio-Histórica (BOCK, 1997; VIGOTSKI, 2000; 2008; 2010; SIRGADO, 2000; MARTINS, 2004; BOCK, 2007; GONÇALVES, 2007; BARROS *et al.*, 2009; SAWAIA, 2009; IZQUIERDO, 2010; MORETTI; ASBAHR; RIGON, 2011; LANE, 2012; SANTOS, 2012; SOUZA; ANDRADA, 2013; SILVA; TULESKI, 2015; GOMES *et al.*, 2016). No tópico posterior, neste capítulo, são apresentados os núcleos de significação de cada caso, bem como sua organização em eixos centrais, cujas análises orientam a discussão realizada no capítulo que se segue.

Desse modo, o quinto capítulo, intitulado **“A insustentável invenção da igualdade: relações sociais generificadas”** anuncia o conflito pelo qual se compreende a definição de relações sociais, aqui especificadas em torno do desequilíbrio estrutural que marca a condição feminina em referência à masculina. A seção é dividida em três tópicos, sendo o primeiro destinado à apresentação da base teórica que introduz conceituações ligadas à compreensão do feminino e as questões de gênero abordadas ao longo do capítulo (BEAUVOIR, 1970; IZQUIERDO, 1992; 2010; SCOTT, 1995; SOUZA, 2006; SAFFIOTI, 2015; BIROLI, 2018; ARRUZZA, 2019). No segundo tópico, desenvolve-se uma discussão dos núcleos de significação, organizados a partir de quatro eixos centrais que são apresentados como subdivisões do tópico secundário. Nestes, os dados são discutidos referendados por produções feministas, articulando-se os conteúdos ao que se constitui como aporte teórico (CARVALHO, 1996; LYRA; MEDRADO, 2000; VIANNA, 2002; DEVREUX, 2005; CANIATO, 2007; LOURO, 2007; RABELO, 2007; KERGOAT, 2009; 2010; ROSA, 2011; CAPELLE; MELO; SOUZA, 2013; SORJ, 2013; ALMEIDA, 2014; MARQUES, 2015; ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015; SOUSA, 2017; FEDERICI, 2019; 2021; BHATTACHARYA, 2019; ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). O capítulo é concluído com o terceiro tópico, no qual buscou-se realizar apontamentos sobre intersecções entre os eixos, articulando-os.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

*O pescador novo trabalhava aprendendo que a companhia era ilusória e que o impossível diminuía porque a realidade crescia e banalizava até o medo maior. Até que fosse medo nenhum. O Crisóstomo pensou que a sua vida era já uma conquista grande de monstros de toda a espécie. Lembrou-se da estranheza das noites na água, a estranheza que a escuridão incute nos objetos quando, por distração ou demasiado olhar, se tornavam desconhecidos e se revestiam de maravilha ou terror. Pensou que nunca decidiria definitivamente acerca de tantos episódios, tantas pequenas e grandes insinuações de algo anormal, medonho. Mas uma pessoa nunca seria como um monstro marinho, nunca seria como a mentira de uma serpente de duas cabeças. Uma pessoa nunca seria uma mentira. Era preciso que se partisse dessa honestidade (MÃE, 2016, pp. 133-134).*

A trajetória metodológica aqui construída orientou-se a partir da base teórica adotada, a saber, a Psicologia Sócio-Histórica, considerando-se, portanto, a noção de método a partir da impossibilidade de tomá-lo como deslocado de uma concepção de mundo, de ser humano e de conhecimento (GONÇALVES, 2007). Desse modo, este capítulo abordará questões relativas ao percurso teórico-metodológico percorrido, tomando-se como referência central o materialismo histórico-dialético e sua relação com o desenvolvimento da Psicologia Sócio-Histórica.

### 2.1 Uma questão de ruptura: Materialismo histórico-dialético como fundamento teórico-metodológico

A origem de conceitos como idealismo e materialismo guardam relação com o modo de organização social e o desenvolvimento das forças produtivas até a entrada do século XIX. No período anterior à Revolução Industrial, é possível citar a rudimentariedade das forças produtivas como um elemento fundamental à compreensão da relação que os indivíduos estabeleciam com a natureza, havendo uma dependência para com esta em virtude da produção dos bens necessários à sobrevivência. Neste sentido, fala-se sobre uma forte influência das ações da natureza sobre o desenvolvimento social, que estava sujeito, por exemplo, às variações naturais de clima ou eventos extraordinários. Os seres humanos eram, por vezes, compreendidos materialmente como decorrência direta e imediata da natureza, ao passo que, em outros momentos, enfatizava-se o universo como idealmente resultante da atividade da consciência humana (LESSA, TONET, 2011).

Um ponto importante neste decurso foi a constatação de que, na relação indivíduo-natureza, o domínio cabe ao primeiro, de modo que a responsabilidade pela história da humanidade não deveria ser sumariamente atribuída às forças naturais, mas à relação que os

sujeitos estabelecem com o meio. A especificidade da humanidade, assim, vincula-se à possibilidade de, por meio do trabalho, transformar a natureza e redimensionar o lugar das necessidades para o humano. Ao se conceber o trabalho como elemento fundante do ser social, versa-se sobre as condições concretas que funcionam como determinantes aos processos de individuação, o que vai de encontro às formulações idealistas, as quais se propõem à construção de um “ideal de realidade”. Neste, o concreto não é negado, entretanto, a ênfase é dada à forma pela qual o mundo passa a ser reconhecido pela consciência de cada um. A ideia central do idealismo kantiano, portanto, seria a de que não é possível saber como as coisas são, visto que o que é passível de se explorar é a imagem do mundo produzida pela consciência a partir das sensações.

O materialismo histórico-dialético enquanto método desenvolvido por Marx, por outro lado, possibilitou compreender o real não só como pura ideia e não só como pura matéria, mas como uma síntese que só é passível de existência com a transformação da realidade. Segundo Lessa e Tonet (2011, pp. 41-42):

Para Marx, a realidade objetiva e a consciência são, repetimos, distintas e igualmente reais. Uma não é, digamos, “mais real” do que a outra. Sem a materialidade natural não poderia existir a consciência dos homens. Nesse preciso sentido, a matéria é anterior à consciência. Por outro lado, o ser social apenas pode existir como síntese das ideias (da prévia-ideação) com a materialidade natural. Essa síntese produz uma nova causalidade, uma nova esfera objetiva, realmente existente, tão existente quanto uma pedra ou o universo: a sociedade humana. E, como esta age sobre a pedra e sobre o universo, o desenvolvimento da própria natureza passa a sofrer interferências materiais das ações humanas orientadas por ideias. As ideias são resultado tardio do desenvolvimento do universo, mas isso não as torna “menos reais” do que a materialidade natural.

É neste sentido que método, em Marx, não se trata exatamente de um conjunto de procedimentos, mas de uma perspectiva que permite ao sujeito apreender a historicidade de seu objeto, centrando-se no seu caráter de totalidade. A teoria, para ele, pode ser assinalada a partir do questionamento a respeito de como se movimenta a sociedade, quais regularidades são observadas no real. Conceitualmente, o materialismo histórico-dialético caracteriza-se como um método de compreensão sobre a realidade que enxerga a existência dos seres humanos dentro de um contexto histórico e de acordo com as relações materiais da sociedade humana. Deste modo, afirma-se que “A Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica: importava-lhe a lógica de um objeto determinado – descobrir esta lógica consiste em reproduzir idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica deste objeto” (NETTO, 2011, pp. 27-28, grifos do autor).

Ao se conceber o real como um conjunto de processos em detrimento a um aglomerado de coisas acabadas, Marx anuncia a dinamicidade do que se pretende estudar, na medida em que *ser* é exatamente movimento, é o que dinamiza a existência. Neste ponto, a questão principal passa a ser justamente discutir a natureza deste movimento, o que, no materialismo histórico-dialético, se dá partindo-se da aparência imediata do objeto, do que se apresenta como concreto, em direção àquilo que se define como essência deste objeto. A aparência fenomênica, portanto, é o ponto de partida, mas o conhecimento não se esgota nela – do mesmo modo como revela elementos do objeto, também os oculta (ZAGO, 2013). O lugar do pesquisador é justamente o de alcançar o que não está totalmente revelado, a saber, as determinações daquele concreto:

As determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade [...] Por isso, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As ‘determinações as mais simples’ estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade (NETTO, 2011, p. 45).

Entende-se, portanto, que a realidade é exatamente a síntese de muitas determinações, sendo a abstração caracterizada como a possibilidade de sair do dado factual, do que se manifesta na aparência, para que, a partir da apreensão das múltiplas determinações, se chegue à concretude do objeto (SOUZA, 2006). O método de Marx, desse modo, pode ser representado pela elevação do abstrato ao concreto, fazendo-se um movimento no qual deve-se partir do geral, ou seja, daquilo que se apresenta como imediato, do que se coloca para o sujeito sem mediações, como um dado factual. A direção é justamente para o particular em busca das determinações do objeto, construindo-se e reconstruindo-se as relações e os traços pertinentes àquele objeto, em um processo de abstração.

O estudo se dá, assim, extraído-se as determinações do objeto, de modo que quanto mais se determina, mais se aproxima de sua concreção – o concreto que o objeto expressa, aquilo que está nele, mas não se manifesta como tal; é necessário descobrir. O método de Marx caracteriza-se justamente por aproximações sucessivas ao objeto, de forma que analisar um objeto não é colocar nada nele, mas extrair dele suas determinações, retornando-se, por fim, ao geral para que se possa compreender a particularidade do objeto na universalidade dos quadros sociais. A essência do objeto seria, assim, representada pela sua estrutura e dinâmica, o que é viabilizado pelo método no processo de pesquisa (NETTO, 2011).



Assim, a superação da imediatividade do objeto se dá, em Marx, por meio de processos de abstração, nos quais são extraídas determinações daquele objeto factual (LESSA; TONET, 2011). Trata-se de um percurso complexo e não linear, que toma como preceito a ideia de que o mundo empírico representa apenas a manifestação fenomênica da realidade que é imediatamente perceptível, tendo sua essência revelada apenas pela compreensão de suas mediações e contradições internas fundamentais (MARTINS, 2006; NETTO, 2011). Nesse ponto, torna-se necessário refletir sobre o caráter dialético existente na expressividade do fenômeno nos campos universal e singular, considerando-se, inicialmente, que nenhum objeto se manifesta apenas em uma das duas áreas. Segundo Luckács (1970 *apud* MARTINS, 2006, p. 12) “o particular representa para Marx a expressão lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal), que não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos”. Essa forma de compreender o fenômeno possibilita a superação da dicotomia indivíduo-sociedade, localizando-se a mediação como elemento fundamental nesses polos. Em relação a isso, Martins (2006) afirma que

[...] é apenas pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento concreto, ou seja, é apenas por esta via que a ênfase conferida ao particular não se converte no abandono da construção de um saber na perspectiva da totalidade (p. 12).

No que se refere à dialética, Bock (2007) destaca a contradição como princípio básico do desenvolvimento de uma complexa teorização filosófica. Ao discorrer sobre a compreensão dialética da relação razão-realidade como unidade de contrários, a autora utiliza a formulação hegeliana “O ser e o nada são uma e a mesma coisa”, descrevendo que, na posição oposta à noção metafísica segundo a qual “o ser é” – princípio da identidade -, na noção dialética inscreve-se que “o ser é e não é ao mesmo tempo” – princípio da contradição. O que a autora sublinha está ligado ao caráter de constante transformação do ser, explicitando-se que, neste movimento, ser implica, necessariamente, deixar de ser. Dessa forma, as categorias de universal e particular não se posicionam como contrários, mas só são passíveis de análise em uma totalidade, de modo que um não se esgota com o início do outro, mas só existem em relação.

Isto é especialmente importante considerando-se que, em dialética, opera-se não com uma tese nem com uma antítese, mas com uma síntese, evidenciando-se aí a contradição como inerente aos processos de transformação social. Ao se falar, por exemplo, da relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico, não se dispõe de um vínculo de externalidade – como ocorre, por exemplo, na física -, mas versa-se, sobretudo, sobre uma

relação em que o sujeito está implicado ao objeto. Ao se pesquisarem processos sociais, não é possível se operar com o campo da neutralidade, mas isso não significa que não seja colocada em jogo uma instância de demonstração de verdade. Como destacado em Netto (2011), a inexistência de pretensão da neutralidade não exclui, por assim dizer, a objetividade do conhecimento teórico, de modo que a prática social e histórica representa a verificação do que se apreende em pesquisa.

É o materialismo que confere à dialética seu caráter histórico, pois expressa os princípios das condições concretas da produção do conhecimento, ou seja: (a) a distinção entre o real e o conhecimento desse real e (b) a primazia do real sobre o conhecimento. O primeiro desses princípios, além de permitir escapar das concepções racionalistas e empiricistas, implica no fato de que entre o real e o conhecimento desse real existe um distanciamento em que opera a atividade produtiva do sujeito. O segundo faz do real o ponto de partida do conhecimento, não de chegada, mas um ponto de partida que não se perde no processo de produção do conhecimento. O objeto de conhecimento não é o real em si, tampouco um mero objeto de razão. Ele é o real transformado pela atividade produtiva do homem, o que lhe confere um modo humano de existência (SIRGADO, 2000, pp. 50-51).

Assim, em consonância com Zago (2013), entende-se que os elementos que se apresentam no cotidiano passam não mais a serem tomados como naturais ou instâncias eternizadas, mas são encarados como sujeitos da práxis social da humanidade. Isto é de relevância ao se considerar a relação entre o materialismo histórico-dialético e a Psicologia Sócio-Histórica, destacando-se as contribuições do método para a construção desse campo teórico. Lordelo (2011) entende o materialismo histórico-dialético como “o ponto de tensão” (p. 540) entre o marxismo e o trabalho metodológico de Vigotski, indicando a estreita relação orientada pela influência da teoria marxista ao desenvolvimento da Psicologia Sócio-Histórica. Para Marx, conhecer um objeto implica apreender seu caráter de totalidade e perceber, através de suas determinações, os sistemas de mediação que permitem que as contradições se expressem (NETTO, 2011). Paralelamente, em Vigotski, o conceito de mediação é central à construção do conhecimento, sendo tomada como elemento fundamental e organizador no desenvolvimento dos processos psicológicos (VIGOTSKI, 2008; SANTOS; LEÃO, 2014).

No campo metodológico, a mediação se inscreve como conceito chave à compreensão do método indireto, modelo que se interpõe como possibilidade à interpretação do fenômeno científico. Epistemologicamente orientada pela concepção vigotskiana, Friedrich (2012) discorre sobre a utilização do método indireto no campo da produção científica. A autora explicita, a título de exemplo, o caráter indireto dos métodos interpretativos e reconstrutivos utilizados nas ciências históricas. Nesse âmbito, o pesquisador não tem acesso direto aos acontecimentos passados e seu modo de organização, acessando-os de forma indireta através

de traços de documentos transmitidos, vestígios concretos que funcionam como mediação à construção do conhecimento científico sobre um tempo que não mais existe em sua essência.

Tal concepção se relaciona intimamente com o presente trabalho na medida em que dispõe de um movimento analítico em consonância com a forma com a qual o objeto de estudo é aqui tomado. Compreender a centralidade da mediação nos arranjos sociais permite um estudo dos processos de individuação alinhados a essa perspectiva, entendendo-se a dialética existente entre os campos universal e particular. De maneira específica, situar o modo de produção capitalista como arranjo social que engendra os campos da organização subjetiva suscita ao desenvolvimento de uma análise que redimensiona o que é trazido no particular, na medida em que compreende a dinamicidade do fenômeno psicológico.

Versa-se, neste estudo, acerca das clivagens existentes no sistema capitalista, dentre as quais o patriarcado se inclui como uma estrutura de poder balizadora das relações sociais. É necessário partir disso para que se possa debruçar sobre as especificidades atreladas aos modos de existência das mulheres em uma realidade completamente sexista. Neste processo, o materialismo histórico-dialético contribui no sentido de se estabelecer como um método orientador, em termos epistemológicos, do movimento analítico pretendido

[...] caminhamos para o debate em torno da relevância do materialismo histórico dialético como aporte à luta feminista, na medida em que, ao não recair no economicismo nem no politicismo, ter por perspectiva a totalidade, a valorização da análise da constituição da subjetividade e da consciência, sem perder de vista as determinações históricas. Tal apropriação científica pelas mulheres pode lhes servir de armas para a luta política anticapitalista, contra o patriarcado, contra o racismo e pela emancipação humana (MORAES, 2020, p. 2).

Alinhado ao que é trazido em Moraes (2020), sublinha-se a reivindicação do materialismo histórico-dialético como um método necessário para que possam ser discutidas as determinações sociais que engendram os fenômenos em questão. Neste estudo, partiu-se da materialidade das narrativas de mulheres atendidas em uma modalidade específica, a saber, a Avaliação Terapêutica, buscando-se ir além do que é colocado no imediato. Para tanto, são tecidas análises regidas pelas condições históricas e sociais implicadas ao que se manifesta como conteúdos importantes durante os processos de cada participante. O intuito aqui, portanto, não é o de replicar possíveis análises desenvolvidas a partir do materialismo histórico-dialético, nem o compreender como um conjunto de técnicas – que o descaracterizaria – mas dimensioná-lo como base científico-metodológica a partir da qual o objeto de estudo é tomado – em sua totalidade, com suas contradições e pelas suas determinações.

## 2.2 Apreendendo Significações: Organização e Análise de dados

Os procedimentos de análise de dados foram epistemologicamente orientados pelo Materialismo Histórico-Dialético, salientando-se como um dos pontos centrais a concepção de análise de um processo como movimento histórico em detrimento à de um objeto enquanto variável estática. Tal perspectiva ancora-se na impossibilidade com a qual se defronta a pretensão de se estudar fenômenos psicológicos complexos a partir de relações lineares, comparecendo neste campo a urgência do rompimento com limites instrumentalistas e verificacionistas (VIGOTSKI, 1999).

A forma com a qual se intentou acessar os fenômenos a serem analisados é aqui evidenciada a partir do material audiovisual resultante de quatro processos de Avaliação Terapêutica. O decurso de análise das sessões tomou como ponto de partida a noção de fala enquanto construção, remetendo-se à concepção de Vigotski (2008) de linguagem enquanto instrumento produzido social e historicamente. Segundo o autor, a linguagem se constitui como a mediação social que melhor representa a síntese entre objetividade e subjetividade, já que, ao mesmo tempo em que designa a realidade objetiva enquanto produto social, também possibilita a apreensão dos sentidos pessoais que se dão através do processo de apropriação do significado social. Relacionado a isso, Aguiar (2007) discorre acerca da assimilação da fala como base de uma análise que se propõe a compreender os determinantes da subjetividade:

Assim, a fala, construída na relação com a história e a cultura, e expressa pelo sujeito, corresponde à maneira como este é capaz de expressar/codificar, neste momento específico, as vivências que se processam em sua subjetividade; cabe ao pesquisador o esforço analítico de ultrapassar essa aparência (essas formas de significação) e ir em busca das determinações (históricas e sociais), que se configuram no plano do sujeito como motivações, necessidades, interesses (que são, portanto, individuais e históricos), para chegar ao sentido atribuído/constituído pelo sujeito. (p. 131).

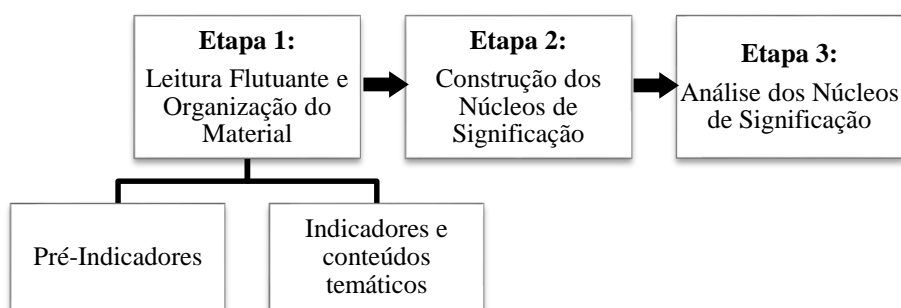
De maneira didática, a autora evidencia o cerne de uma concepção histórica e social no que tange à noção de análise de dados, ancorada na premissa da apreensão do processo de produção de sentidos. A complexidade desse mecanismo se evidencia na medida em que não pode ser compreendido a partir de uma resposta única e coerente, mas reitera-se dialeticamente enquanto manifestações contraditórias e parciais que se apresentam como expressões da forma de ser de um sujeito. Assim, uma análise que se propõe deslocar-se da aparência, do que se exprime empiricamente, para se buscar compreender as determinações que produzem os sentidos, orienta-se por uma reflexão metodológica que não se contenta com a descrição dos fatos. Nesse campo, a busca da explicação do processo de constituição do fenômeno estudado

pressupõe a necessidade de apreendê-lo em seu processo histórico, considerando-se que o sujeito revela, em todas as suas expressões, as relações sociais pelas quais se constitui e é constituído (AGUIAR; OZELLA, 2013).

Ao dissertar quanto ao tipo de análise que orienta seus estudos acerca do pensamento e da linguagem, Vigotski (2008) enuncia a unidade como “um produto que, ao contrário dos elementos, conserva todas as propriedades básicas do todo, não podendo ser dividido sem perdê-las” (p. 5). Desse modo, a compreensão da palavra como unidade de análise remonta a um processo que encontra na linguagem um signo capaz de compreender aspectos de uma ordem que inscreve dialeticamente, em suas manifestações individuais, a historicidade que lhe constitui. Considerando tais premissas, o processo de análise de dados deste estudo visa apreender significações que constituem o discurso das clientes atendidas, tomando-se como critério organizador expressões de uma subjetividade produzida pela vivência destas enquanto mulheres em uma sociedade que encontra no patriarcado um de seus fundamentos constituintes.

O procedimento de organização e análise do material orientou-se metodologicamente pela proposta desenvolvida por Aguiar e Ozella, originalmente descrita em 2006 e revisada em 2013, na qual objetiva-se realizar a apreensão dos sentidos e da subjetividade a partir da organização dos chamados núcleos de significação. O processo é constituído por três etapas principais, expostas na Figura 1.

Figura 1 – Processo de Organização e Análise de Dados



Fonte: Elaborado pela autora.

### ***2.2.1 Leitura Flutuante e Organização do Material***

A primeira etapa caracterizou-se pela familiarização inicial da pesquisadora com o material de pesquisa, partindo-se da palavra enquanto campo empírico para, posteriormente,

passar-se à análise interpretativa das construções das narrativas do sujeito. Este procedimento introdutório resultou na organização do que Aguiar e Ozella (2006; 2013) nomeiam como pré-indicadores, conteúdos presentes nas narrativas dos sujeitos que podem ser selecionados pela maior frequência, pela relevância enfatizada nas falas, pela carga emocional associada, bem como pelo caráter ambivalente ou contraditório expressado nos conteúdos. Durante essa fase inaugural, foi possível ter uma visão geral dos mais diversos temas, destacando-se a amplitude como característica fundamental no processo de identificação dos pré-indicadores.

Uma segunda apreciação do material permitiu um processo de aglutinação dos pré-indicadores, resultando em uma menor diversidade de temas, que, nesta fase, passam a se chamar indicadores. A aglutinação foi realizada considerando-se a similaridade dos conteúdos, sua complementaridade ou contraposição, critérios que não são necessariamente isolados entre si. No que se refere a esse processo, Aguiar e Ozella (2006; 2013) apontam a especificidade que um indicador pode apresentar a depender da condição em que se apresenta, de modo que os indicadores devem ser interpretados em conjunto com os conteúdos temáticos com os quais se associam, produzindo um significado singular para cada indicador.

Neste estudo, a Etapa 1 foi desenvolvida tomando-se como base o procedimento de assistir, na íntegra, aos vídeos relativos às sessões de atendimentos dos quatro casos. Essa estratégia possibilitou à pesquisadora traçar um panorama geral, em cada um dos casos, dos inúmeros pré-indicadores que se relacionam ao objetivo de estudo, passando aos indicadores a partir da seleção de trechos que possibilitam ilustrar os conteúdos temáticos aos quais se associam. Foram realizadas transcrições de fragmentos narrativos de cada cliente, sendo considerados os critérios acima descritos como orientadores à identificação desses conteúdos.

### ***2.2.2 Construção dos Núcleos de Significação***

A construção dos núcleos de significação parte de um processo de articulação no qual os indicadores são fundamentais para que se identifique a essência dos conteúdos expressos pelos sujeitos. Desse modo, os critérios estabelecidos para a organização dos núcleos relacionam-se à articulação de conteúdos semelhantes, complementares e/ou contraditórios, configurando-se como um processo construtivo-interpretativo na medida em que avança em direção à apreensão dos sentidos manifestos na unidade de análise linguística (AGUIAR; OZELLA, 2006; 2013).

Buscando-se desenvolver a articulação necessária a essa etapa, este estudo contou com a organização e nomeação dos núcleos de significação a partir da compreensão dos pontos centrais geradores de implicações para as clientes atendidas, bem como para os propósitos da pesquisa. Tomando os indicadores como ponto de partida, a nuclearização compreendeu designações com as quais se pretendem expressar determinações constitutivas relacionadas especificamente às vivências de cada uma enquanto mulheres.

### ***2.2.3 Organização/Análise dos Núcleos de Significação***

O procedimento de organização e análise dos núcleos visa caminhar do empírico para o interpretativo, objetivando apreender o movimento dinâmico no qual são manifestadas as semelhanças e/ou contradições constituintes do sujeito. De acordo com Aguiar e Ozella (2006; 2013), é por meio da análise do pesquisador que se torna possível o acesso às contradições que não são diretamente expressas no discurso do sujeito, reiterando-se a necessidade de o deslocamento interpretativo conectar-se à totalidade social.

O desenvolvimento da Etapa 3 vale-se, nesta pesquisa, do embasamento teórico amparado na perspectiva sócio-histórica em Psicologia, bem como das produções de autoras e autores vinculados a uma proposta marxista e/ou materialista que se debruçam sobre o estudo das relações de gênero em uma perspectiva feminista. De maneira coerente com os objetivos deste estudo, a fundamentação com a qual se serve o percurso analítico e interpretativo possibilitou um entendimento para além das narrativas das clientes, caminhando-se em busca de novas zonas de inteligibilidade. Neste movimento, os núcleos de significação foram elucidados a partir de uma sustentação teórico-metodológica que não se justifica pela possibilidade de generalização, em termos de resultados obtidos, mas pela viabilização de um aprofundamento nos dados que potencializa e tensiona as dimensões pelas quais um fenômeno pode qualitativamente ser explorado – em articulação à sua materialidade histórica.

## **2.3 Compromisso Ético em Pesquisa**

No que tange às orientações burocráticas do campo ético, reitera-se o caráter de vinculação sob o qual este projeto se assenta, dado que o mesmo é compreendido como desdobramento de uma pesquisa mais ampla intitulada “Avaliação Terapêutica e Sofrimento Psíquico em Professores”, apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovada em maio de

2017, sob parecer nº 2.043.750. Este estudo está sendo desenvolvido pelo Leapsi, tendo como objetivo avaliar em que medida as estratégias utilizadas em Avaliação Terapêutica (AT) podem contribuir terapeuticamente em quadros de sofrimento psíquico de professores.

Todas as participantes atendidas receberam informações concernentes aos procedimentos da pesquisa, sendo realizada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A principal estratégia utilizada para a produção dos dados se deu via gravação audiovisual, o que foi acordado previamente com todas as professoras, buscando-se sanar suas dúvidas e minimizar possíveis inseguranças. Aqui, reitera-se quanto ao acesso ao material ter se restringido às psicólogas e estudantes de Psicologia que compõem o grupo de pesquisa, sendo utilizado exclusivamente para fins de desenvolvimento científico.

## **2.4 Corpus de Pesquisa**

### ***2.4.1 Ambiente***

As sessões foram realizadas no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A escolha do local se deu pela disponibilidade de salas e a facilidade de acesso para as participantes da pesquisa, buscando-se proporcionar um local acolhedor e confortável, em conformidade com as orientações de Finn (2017/2007) relativas a isso.

### ***2.4.2 Participantes do estudo***

O projeto de pesquisa mais amplo a partir do qual este trabalho se desdobra prevê o desenvolvimento de processos de AT com professoras (es) que estejam vivenciando algum tipo de sofrimento psíquico, sem restrições quanto ao sexo, idade e tempo de experiência profissional. Estabeleceu-se como critério de inclusão que a (o) participante tivesse disponibilidade para se deslocar até o SPA/UECE, onde os atendimentos foram conduzidos. Os critérios de exclusão descritos no projeto base foram definidos a partir de um estudo realizado por Finn e Tonsager (1992) nas pesquisas iniciais relacionadas à AT, justificando-se a replicação dos critérios ao se considerar o caráter incipiente de estudos nessa área no Brasil. Desse modo, restringiu-se a participação de voluntárias com risco de suicídio, sintomas psicóticos ou com indícios de auto ou heteroagressão (FINN; TONSAGER, 1992). O destaque a esses elementos como impeditivos fundamenta-se especialmente nos procedimentos a que se



propõe o modelo de AT, considerando as possibilidades de intensa mobilização afetiva frente ao contato com questões psíquicas em um período de tempo limitado.

Atentando-se a esses critérios, este estudo constitui-se pelo material audiovisual referente a quatro processos de AT, sendo um deles conduzido com uma professora aposentada e os demais relativos a docentes que, no período dos atendimentos, estavam em exercício da profissão. Como forma de denominação dos casos, optou-se pela utilização de nomes fictícios, sendo eles Bethânia, Elis, Gal e Rita. Os casos foram conduzidos por quatro psicólogas diferentes, sendo identificadas como Psicóloga 1 (Caso Bethânia), Psicóloga 2 (Caso Elis), Psicóloga 3 (Caso Gal) e Psicóloga 4 (Caso Rita).

A primeira participante, representada pelo nome Bethânia, é solteira, professora aposentada de 53 anos que reside com a mãe e a filha. Durante seu processo de AT, agiu de modo mais introspectivo, característica sobre a qual a cliente se debruçou no decorrer dos seus atendimentos. A segunda participante, nomeada como Elis, é uma professora de 36 anos, casada e mãe de um menino, sendo trazido, de maneira central em suas narrativas, o sentimento de amor e os sentidos atribuídos a isso na relação com o outro. Gal, a terceira participante, de 38 anos, é solteira, professora, e, no período dos atendimentos, assumia a função de coordenadora pedagógica de um curso superior em instituição federal. Durante seu processo de AT, acessava as emoções de um modo bastante cauteloso, o que foi elaborado pela cliente no decorrer das sessões. Por fim, a quarta participante, nomeada como Rita, é procedente de outra região do Brasil, residindo no Ceará há mais de 20 anos. É uma professora de 54 anos, casada e mãe de um casal de filhos, descrevendo, especialmente nos primeiros atendimentos, a vivência de intenso sofrimento psíquico.

#### ***2.4.3 Procedimento de Coleta de Dados***

A coleta de dados relativa ao material analisado foi desenvolvida durante o período de março de 2018 a fevereiro de 2020, tratando-se de um conteúdo associado ao projeto base “Avaliação Terapêutica e Sofrimento Psíquico em Professores”, como mencionado anteriormente. Durante o período inicial referente à procura por participantes, foram realizados contatos com escolas públicas de Fortaleza, buscando-se divulgar o projeto e disponibilizar telefones para que professoras (es) interessadas (os) entrassem em contato com a equipe de pesquisa. Embora algumas profissionais tenham manifestado interesse e solicitado o agendamento de atendimento, optaram pela não participação antes mesmo de iniciado o

processo. Diante da dificuldade na adesão de voluntários, realizou-se uma busca de professoras (es) que aguardavam atendimento psicológico no SPA/UECE, que resultou no encontro com a primeira cliente atendida. O processo de Bethânia ocorreu entre os meses de fevereiro a junho de 2018, contando com 12 sessões semanais.

Mediante as dificuldades enfrentadas durante a busca pela primeira participante do estudo, os integrantes do grupo de pesquisa optaram pela divulgação do projeto via redes sociais (*Facebook e Instagram*), por meio das quais as demais clientes tiveram acesso à proposta e aos membros responsáveis. Assim, Elis foi atendida durante três meses ao longo do segundo semestre de 2018, sendo realizadas oito sessões. O processo seguinte, relativo à Elis, ocorreu entre os meses de março e setembro de 2019, sendo composto, ao todo, por nove sessões. Por fim, Rita teve seus dois atendimentos iniciais no mês de outubro de 2019, interrompendo temporariamente as sessões devido a um processo cirúrgico. Os encontros foram retomados em janeiro de 2020, sendo realizadas mais seis sessões, somando oito atendimentos ao todo. Devido à situação pandêmica em decorrência do COVID-19, não foi possível realizar a última sessão do caso, que seria correspondente à etapa de Acompanhamento<sup>1</sup>.

Todos os atendimentos foram armazenados em recurso audiovisual, excetuando-se as sessões de acompanhamento dos casos Bethânia e Elis devido a um problema técnico nos recursos de captura. A prática de gravação é recorrente nos processos de AT, sendo destacado por Finn (2017/2007) que esse recurso possibilita avaliação de eficácia das intervenções, bem como a observação direta da dinâmica de relacionamento estabelecida entre cliente e psicóloga a partir da análise de comportamentos verbais e não verbais. A Tabela 1 descreve as especificidades, em termos de quantidade e tempo médio de sessão, referentes a cada caso.

Tabela 1 - Descrição do material audiovisual analisado

<b>Caso</b>	<b>Total de Sessões</b>	<b>Sessões Filmadas</b>	<b>Média de Tempo por Sessão</b>	<b>Menor Tempo de Sessão</b>	<b>Maior Tempo de Sessão</b>
Bethânia	12	11	01:19:00	00:40:31	01:38:05
Elis	8	8	01:18:57	01:01:57	01:53:32
Gal	10	9	01:21:40	01:01:54	01:44:57
Rita	8	8	01:24:04	00:57:58	01:43:42

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>1</sup> As etapas do processo de Avaliação Terapêutica serão descritas no capítulo seguinte.

## 2.5 Atenta ao detalhe: Por que Avaliação Terapêutica?

A proposta de delineamento metodológico pormenorizada neste capítulo demarca um modo de pesquisa que se pretende coerente, tanto em termos teóricos quanto no que concerne aos procedimentos, com uma concepção de sujeito que se funda e se transforma no movimento histórico e social. A escolha pelo aprofundamento em narrativas de mulheres aponta para as especificidades que permeiam o lugar socialmente elegido ao feminino, e, do mesmo modo como este recorte não se faz em vão, a opção pela Avaliação Terapêutica como via possível à análise dessas narrativas também não se deu ao acaso.

Operar com essa estratégia viabilizou apreender conteúdos enunciados de maneira espontânea, não direcionados por perguntas associadas àquilo que se pretendeu observar, e, portanto, situados autenticamente ao se presentificarem nos contornos das falas das participantes. Desse modo, o movimento analítico não correspondeu especificamente aos sentidos explicitados pelas clientes no tocante a temas específicos, desenvolvendo-se, diferentemente disto, como um processo que visou compreender de que maneira suas narrativas engendram-se a partir de determinações socialmente produzidas pelas estruturas de poder capitalistas e patriarcais.

Evidencia-se, nessa dinâmica, uma pesquisa que se desenrola no espaço do “entre”, atentando-se àquilo que está entre o dito e o não dito, o eu e o outro, o individual e o coletivo. Investir nesta espécie de dialética cotidiana vincula-se, sobretudo, ao reconhecimento de que aquilo que une as mulheres a partir do compartilhamento de gênero e as separa enquanto singularidades não necessariamente se forja pela oposição, mas, antes disso, pela síntese. A Avaliação Terapêutica comparece, portanto, como um caminho possível à elaboração de questões que se revelam como centrais às participantes, intimamente associadas aos seus processos de subjetivação e modos de existir no mundo.

### 3 AVALIAÇÃO TERAPÊUTICA: AS POSSIBILIDADES DE UMA APOSTA

*O Antonino disse à Isaura que amasse. Que amasse, pelos dois, o pescador, que dele cuidasse como quem cuidava do importante destino do mundo. O toque de alguém, dizia ele, é o verdadeiro lado de cá da pele. Quem não é tocado não se cobre nunca, anda como nu. De ossos à mostra. E amar uma pessoa é o destino do mundo (MÃE, 2016, p. 135).*

A elaboração desse capítulo orientou-se pelos pressupostos desenvolvidos por Finn (2017/2007) e seus colaboradores no que concerne ao modelo da Avaliação Terapêutica. Realizou-se, inicialmente, uma breve contextualização do cenário que possibilitou a emergência dessa modalidade, bem como as principais diretrizes que norteiam sua construção. Em seguida, foram apresentados os passos que constituem a organização semiestruturada do processo avaliativo. Nestas seções, foram descritos aspectos gerais concernentes aos quatro casos sob os quais este estudo se debruçou, a saber, Bethânia, Elis, Gal e Rita. Destaca-se que a exposição dessas informações teve como objetivo principal apresentar um panorama geral dos aspectos trabalhados em cada caso, funcionando como uma contextualização dos elementos a serem discutidos em conformidade com os objetivos do estudo. O movimento analítico propriamente dito e a discussão dos dados a partir do referencial teórico estarão especificados em capítulos posteriores, sendo possível compreender melhor as informações presentes nas narrativas das clientes de acordo com os elementos constituintes de cada etapa de seus processos.

#### 3.1 Aproximações conceituais

A gênese de um território teórico e prático incute em sua compreensão a descrição do contexto social que lhe possibilitou ganhar vida, atentando-se às determinações e contradições às quais se subjugou seu nascimento. A respeito da historicidade do que seriam as primeiras referências a instituições avaliativas, por exemplo, Bueno e Ricarte (2017) descrevem a seleção de trabalhadores para o serviço civil do império chinês, requisitando-se dos candidatos proficiência em música, uso do arco e montaria, além de conhecimento técnico em assuntos como agricultura, leis e geografia. Os autores situam a avaliação como um processo que se desenvolveu em função das “necessidades sociais” (p. 38) vigentes, minimizando vieses de interpretação decorrentes de percepções pessoais de quem avalia.

O modo classificatório como se estabeleceu a concepção de avaliação produziu repercussões na emergência de uma Psicologia que, ancorada em ideais positivistas, se intentava enquanto científica a partir da utilização de medidas numéricas para descrever comportamentos. Foi, portanto, no campo do interesse pela captação das regularidades que se teceram os incipientes procedimentos de testagem que se debruçavam sobre as capacidades mentais humanas.

Ao descrever o percurso da avaliação psicológica no Brasil, Wechsler, Hutz e Primi (2019) traçam um panorama que situa a área a partir de várias fases ou ondas, sendo a primeira um período de grande interesse pelos testes psicológicos, seguida por um momento de crise ou descrédito, até se chegar ao que seria o cenário atual, definido por um grande desenvolvimento do campo. Os autores explicitam que a fase inicial de valorização dos instrumentos foi sucedida por um contexto em que psicólogos dirigiam críticas à área especialmente por considerarem que os testes não representavam as características da população brasileira. O aprimoramento dos instrumentos, inicialmente voltados à mensuração de aspectos psicofísicos, caminhou lado a lado com a preocupação com a qualidade dos processos de avaliação, suscitando à elaboração de recursos cada vez mais complexos e coerentes com os objetivos traçados.

As medidas avaliativas associadas à Psicologia situam-se, atualmente, em um ponto de seu desenvolvimento no qual não somente considera, mas primordialmente conclama aquilo que, em um cenário inicial, tendia a ser visto como fonte de erro: As diferenças individuais. Definida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018) como “um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos”, a avaliação psicológica constitui-se enquanto um campo atravessado por interesses sociais diversos que apontam para o que seria o objetivo principal desse processo, a saber, fornecer informações à tomada de decisões.

Ancorada em premissas éticas e orientando-se por instrumentos de eficácia científica comprovada, a avaliação psicológica configura-se como um importante dispositivo à compreensão de demandas diagnósticas e planejamento de processos psicoterápicos (NUNES; LOURENÇO; TEIXEIRA, 2017). Além disso, ao considerar a influência do contexto e seus efeitos na dinâmica psíquica, os resultados das avaliações devem servir como instrumentos à transformação dos condicionantes históricos e sociais, extrapolando a esfera individual usualmente atribuída a essa modalidade (CFP, 2003).

No campo reflexivo, torna-se relevante destacar as possíveis limitações intrínsecas ao campo da avaliação psicológica, relacionadas especialmente à inadequação de propostas interventivas ou interpretativas durante o processo. Tal prerrogativa vem sendo reconsiderada

a partir da elaboração de novos modelos terapêuticos de avaliação, os quais, diferentemente do psicodiagnóstico tradicional, propõem procedimentos interventivos que objetivam beneficiar, de forma direta, o sujeito avaliado (VILLEMOR-AMARAL, 2016). Destaca-se, nesse contexto, a emergência da Avaliação Terapêutica (AT), modelo de avaliação psicológica que surge como uma aposta alternativa ao tradicionalismo vigente na área.

A AT toma como ponto de partida a produção de um conhecimento sempre construído enquanto uma perspectiva contextualizada. Transpondo essa noção ao campo avaliativo, Finn (2017/2007) discute a importância de situar os achados de uma avaliação a partir dos sentidos que o próprio cliente atribui a eles, descrevendo a postura colaborativa como pressuposto ao desenvolvimento de um processo de AT. A respeito dessa colaboração, o autor discorre sobre a intersubjetividade enquanto experiência humana na qual o sujeito sente a necessidade de ser entendido, conhecido e aceito por ser quem ele é, elementos descritos como necessários ao estabelecimento de uma relação entre terapeuta e cliente em um processo de AT (FINN, 2008).

O principal propósito da AT, relativo à promoção de mudanças na vida do cliente, germina a partir de tensionamentos com o modelo tradicional de avaliação psicológica, que tem sua ênfase voltada aos achados resultantes da administração de instrumentos padronizados. Desse modo, apesar de não se limitar ao procedimento de testagem, a avaliação psicológica compreende os dados obtidos por medidas psicométricas como importantes elementos a serem analisados pelo avaliador e repassados ao avaliando, em uma dinâmica que situa este último como receptor das informações obtidas por meio das técnicas e métodos utilizados. Estruturando-se em torno de uma concepção colaborativa de avaliação, a AT propõe um reposicionamento dos atores que participam do processo, e, nessa nova proposta, os testes psicológicos e seus resultados não mais são analisados unilateralmente pelo especialista, mas discutidos conjuntamente durante os atendimentos (FINN, 2017/2007).

A construção de todo o percurso da AT de maneira colaborativa institui a potencialidade terapêutica atribuída a essa modalidade (VILLEMOR-AMARAL; RESENDE, 2018). Nessa dinâmica, intenta-se compreender os modos de subjetivação do cliente, mas, além disso, propõe-se um manejo específico das angústias e questões envoltas às situações levantadas pelo cliente como problemáticas e geradoras de sofrimento. Esse movimento demanda do terapeuta uma postura empática, atentando-se aqui à complexidade que circunda a utilização desse termo em oposição a concepções reducionistas associadas à sensação de afeição por alguém. Ganha destaque, nesse ponto, o sentimento que Connie Fischer atribui à presença de Stephen Finn enquanto terapeuta em AT, expressando-o como “um respeito profundo pelo ser

do outro e pelo ‘entre’ intangível” (FISCHER, Prefácio de Pela perspectiva do cliente, 2017/2007).

### **3.2 Passos de um caminho compartilhado**

A modalidade avaliativa da AT, caracterizada pela sua capacidade terapêutica, redimensiona o processo de avaliação psicológica ao lhe conferir um novo sentido. Os procedimentos práticos descritos em um tipo de organização semiestruturada alinham-se teoricamente com os pressupostos que orientaram o seu desenvolvimento (PETERS, 2008). Destaca-se, nesse sentido, que a potencialidade conferida ao processo só é possível mediante um intenso aprofundamento teórico, assimilando-se a AT para além de um conjunto de técnicas ao passo que se condiciona fundamentalmente como uma atitude diante do sujeito. Abaixo são descritos os passos por meio dos quais o processo de AT se organiza, buscando-se ilustrar a forma como foram desenvolvidos nos casos Bethânia, Elis, Gal e Rita.

#### ***3.2.1 Passo 1: Contatos iniciais e a via do questionamento***

Finn (2017/2007) descreve os primeiros contatos estabelecidos com os clientes destacando a procura destes por novas maneiras de pensar sobre si e sobre o mundo. Segundo o autor, esta percepção o levou à prática de questioná-los quanto às suas dúvidas, incertezas ou dificuldades, configurando-as como curiosidades que os clientes tinham de si. As perguntas levantadas passam a ser o foco da avaliação, ganhando centralidade os procedimentos e as intervenções que visem à elaboração de possíveis respostas a esses questionamentos. Desse modo, durante o primeiro passo da AT, o cliente é encorajado pelo terapeuta a elaborar perguntas sobre o que deseja descobrir a respeito de si, além de ser questionado quanto às possibilidades de respostas e suas reverberações afetivas (FINN; MARTIN, 2013). Scaduto, Cardoso e Heck (2019) atentam à importância de as perguntas definirem-se como factíveis a serem respondidas, bem como envolverem o cliente e fazerem sentido para ele.

Durante o primeiro caso de AT deste estudo, foram realizadas três sessões iniciais com Bethânia, que elaborou duas questões norteadoras. A primeira, *“Como é que eu, diante de um problema tão grande, mesmo assim não sinto necessidade de compartilhar?”* (sic), relaciona-se inicialmente à autoimagem da cliente, que se descreveu como uma pessoa muito tímida, desdobrando-se em reflexões sobre as possíveis consequências cotidianas associadas ao

fato de não compartilhar suas demandas com as outras pessoas. Ademais, Bethânia discorreu acerca do sofrimento relacionado à duradoura sensação de que algo de negativo ocorreria a pessoas próximas a ela, desenvolvendo a segunda questão *“Porque, em algumas situações, tenho muito medo que aconteça alguma coisa ruim?”* (sic).

Além dessas duas perguntas, a cliente levantou o questionamento *“De que maneira eu poderia ter ajudado a relação entre minha filha e o seu pai?”* (sic). Tal questão se desenvolveu a partir de relatos da cliente associadas ao relacionamento com seu ex-companheiro, pai de sua filha, com quem teve uma relação bastante conflituosa durante 22 anos. Em suas narrativas, Bethânia evidenciou sentimentos dirigidos às situações que vivenciou junto a ele, marcados por uma ambivalência entre sentir-se em posição de abuso e interpretá-las a partir de uma perspectiva naturalizante. Sua pergunta denotou uma preocupação associada ao distanciamento que atravessa a relação de sua filha com o pai, levantando a hipótese de ter uma parcela de culpa por essa dinâmica. Entretanto, ao se aprofundar nos desdobramentos do que seria sua terceira questão norteadora, a cliente optou por descartá-la sob a justificativa de que atualmente não poderia exercer nenhuma influência para uma aproximação entre pai e filha.

O caso Elis contou com duas sessões iniciais, nas quais a cliente relatou à psicóloga o modo como sentia que se envolvia com situações de sofrimento de outras pessoas, destacando uma vivência de angústia direcionada a isso. Os relatos resultaram na primeira pergunta, descrita como *“O que eu posso fazer para não me envolver tanto?”* (sic). Durante esses primeiros contatos, Elis teceu ainda suas narrativas associadas ao ambiente de trabalho, local que gerava sentimentos ambíguos pela sua importância afetiva em detrimento às frustrações vivenciadas no relacionamento interpessoal com os colegas com os quais convivia. Se, por um lado, a escola era um lugar positivo, com trocas afetivas importantes – especialmente com os alunos -, por outro, os conflitos nas relações com os colegas a cansavam e desanimavam. A cliente se via desmotivada para exercer sua profissão, sentindo-se desgastada e com muito receio de não conseguir lutar em prol de ideais que defendia. Em relação a esse aspecto, Elis sintetizou suas inquietações em *“Será que eu vou ter forças para lutar com esse sistema?”* (sic), definindo-a como sua segunda questão.

Durante o processo de Gal, foram realizadas três sessões iniciais, nas quais a cliente discorreu, inicialmente, sobre suas experiências no trabalho, dando especial ênfase aos elementos implicados à sua atuação enquanto coordenadora de um curso em uma Instituição de Ensino Superior e o quanto isso a estava mobilizando emocionalmente naquele momento. Além disso, a cliente descreveu situações associadas a relacionamentos amorosos, situando uma atual dificuldade para confiar e se abrir com as pessoas como algo decorrente das experiências



negativas pelas quais passou. Essa etapa inicial culminou com a elaboração de perguntas para avaliação, quais sejam, “*Como melhorar como pessoa para me adaptar melhor ao contexto de liderança?*” (sic), “*Como me organizar para me sentir mais leve com as minhas tarefas?*” (sic), “*Por que eu quero desistir em alguns momentos de dificuldade?*” (sic) e, por fim, “*Como dizer ‘não’ da melhor maneira possível?*” (sic).

O caso Rita contou com três sessões iniciais, sendo trazidas queixas centrais e uma contextualização do momento em que vivia. Durante as sessões a cliente apresentou, por vezes, crises de espirro que a incomodava bastante, referindo ser algo que a acompanhava há um tempo e que já havia tentado diversos tratamentos, mas, segundo ela, nenhum havia se mostrado totalmente eficaz para o desaparecimento dos sintomas. Devido a isso, a cliente optou pela formulação da questão “*Gostaria de saber se o que estou passando é uma somatização*” (sic). Referiu sentir-se sobrecarregada, especialmente com as demandas relacionadas à sua família. Acerca disso, Rita destacou a relação conflituosa com sua filha, o que a mobilizava afetivamente e a levou a formular a questão “*Como posso melhorar a minha relação com a minha filha?*” (sic). Alinhado a isso, a cliente trouxe aspectos de sua história de vida, sublinhando sua infância e adolescência como períodos atravessados por intenso sofrimento em decorrência de abusos que sofrera de seu pai. Acerca da vida adulta, descreveu dificuldades atreladas ao seu casamento, enfatizando o comportamento abusivo de seu marido dirigido a jogos de azar. Os acontecimentos negativos, segundo ela, foram se somando ao longo de sua vida, culminando na sensação de sentir-se perdida diante de tantos problemas. Isso resultou na questão norteadora “*Qual a direção que eu tomo na minha vida?*” (sic).

### **3.2.2 Passo 2: O teste psicológico como recurso à elaboração**

À etapa inicial sucede-se a administração dos testes psicológicos, determinados a partir das questões elaboradas durante a fase anterior. Evidencia-se que um importante giro qualitativo associado a este passo não se fundamenta na aplicação dos testes em si, que deve ser realizada em conformidade com as orientações padronizadas, mas na função que os instrumentos adquirem em AT (FINN, 2017/2007). Villemor-Amaral e Resende (2018) destacam a concepção de avaliação desenvolvida em Fischer (1979), compreendida como “um processo intersubjetivo de construção” (p. 124) no qual os testes devem ser colaborativamente explorados afim de ampliar a perspectiva de fenômenos resultantes de um contexto específico.

Durante o processo de AT, os terapeutas habitualmente empregam uma abordagem multimétodos, constituída por testes de autorrelato e testes projetivos, o que possibilita a integração de informações complementares advindas de diferentes fontes (FINN, 2012; SMITH; FINN, 2014; ASCHIERI; SAEGER; DUROSINI, 2015; VILLEMOR-AMARAL; RESENDE, 2018). Ao término da administração padronizada dos instrumentos, propõe-se o desenvolvimento do que se denomina como inquérito estendido, um diálogo no qual se objetiva explorar respostas e resultados dos testes, podendo configurar-se como perguntas direcionadas ao cliente acerca dos seus pensamentos ou reações ao responder um instrumento em particular (ASCHIERI; SMITH, 2012; HINRICHS, 2015).

Elenca-se, no primeiro caso, alguns aspectos que se destacaram na narrativa da cliente durante esta etapa, salientando-se, inicialmente, o incômodo descrito por Bethânia após a administração dos testes projetivos, justificado por ela pelo contato com os estímulos ambíguos que constituem o instrumento. Considerando os dados obtidos por meio dos testes, a terapeuta convidou Bethânia a refletir sobre esse ponto, vinculando-o à possibilidade de a cliente não se sentir à vontade com aquilo que se configurava como algo novo, menos objetivo e com o qual tinha menos familiaridade. O diálogo proporcionou à cliente discorrer sobre situações em que precisou lidar com o inesperado, citando a descoberta da gravidez como um importante marco de sua vida. Durante essa etapa do processo, Bethânia também se debruçou sobre aspectos da relação com o pai de sua filha, dimensionando-a como “abusiva” (sic). Além disso, a discussão relativa aos instrumentos de autorrelato suscitou uma reflexão correspondente ao lugar de suporte ocupado pela cliente no âmbito de sua família, sendo manifestadas pela cliente suas inquietações quanto à sobrecarga de tarefas que deveriam ser compartilhadas com os demais familiares.

No que se refere ao processo de Elis, a etapa de administração dos instrumentos notabilizou-se como uma via para que a cliente pudesse, de início, descrever um período muito marcante em sua vida, relativo à sua gravidez. Mobilizadora de afetos, a descrição da gestação realizada pela cliente foi permeada especialmente pelas dificuldades que precisou enfrentar, destacando-se a solidão e a carga de trabalho dirigida a uma professora com um filho recém-nascido. Elis pormenorizou ainda elementos vinculados a uma maternagem atravessada pela função social que instaura o papel de mãe, salientando as angústias que se conformam a partir da pressão vivenciada. Além disso, a cliente discorreu, ainda nesta etapa, sobre a sua trajetória na luta por causas sociais, sendo algo que circunscreve e se presentifica em diferentes campos da sua vida. A última sessão dirigida à administração padronizada de testes psicológicos teve seu início marcado pela exposição de uma situação de assédio sexual que Elis vinha sofrendo

no seu ambiente de trabalho. Salienta-se, quanto a isso, que o aprofundamento que se intentou realizar neste conteúdo pautou-se similarmente no cuidado e respeito sobre os quais se assentou o acolhimento realizado em sessão.

A etapa relativa à administração de testes psicológicos durante o processo de Gal proporcionou um aprofundamento nas questões trazidas durante as sessões iniciais, sendo descritas situações ocorridas em seu ambiente de trabalho que a fizeram questionar quanto à sua permanência no cargo de coordenadora que estava ocupando. Menciona-se, aqui, o modo como essa função influenciou negativamente o relacionamento interpessoal com seus colegas de trabalho, sendo comuns circunstâncias de conflitos e ausência de apoio da equipe docente. Ainda durante essas sessões, Gal discorreu sobre as consequências de ter vivenciado um relacionamento amoroso descrito por ela como “abusivo” (sic), salientando a maneira como isso vinha incidindo no modo como estava se relacionando e da sempre presente desconfiança dirigida aos homens. No decurso dos atendimentos, a cliente mostrou-se bastante resistente às intervenções e apresentou uma atitude de defesa diante do que era trazido pela psicóloga, expressando, durante esta etapa do processo, a dificuldade que sentia para confiar em outras pessoas. Sublinham-se ainda os conteúdos trazidos por Gal no que diz respeito às expectativas que sua família dirigia a ela, enquanto mulher, e as divergências disso em referência ao que a cliente almejava para seu futuro.

Quanto ao processo de Rita, a etapa correspondente à administração de testes padronizados possibilitou o aprofundamento de aspectos referentes às suas relações familiar e conjugal, bem como ao modo como se percebia e percebia o outro na esfera interpessoal. A partir dos estímulos e/ou itens dos instrumentos, a cliente estabeleceu articulações com o que havia trazido anteriormente como situações afetivamente mobilizadoras, enfatizando a relação com sua filha e sua vivência enquanto vítima de abuso durante a infância e adolescência. Além disso, Rita elaborou acerca de suas perspectivas futuras, enlaçando-as a partir dos rumos que sua vida havia tomado e ao que ela descrevia como ausência de escolhas no seu passado. Quanto a isso, a cliente ressaltou o desejo de ter um novo direcionamento de vida, ao mesmo passo que percebia as mudanças como impraticáveis devido ao papel exercido em sua família.

Salienta-se que, neste estudo, não se intentou realizar a interpretação dos resultados dos testes, de modo que a pesquisa guarda relação muito mais com a análise dos conteúdos presentes na fase do inquérito estendido, momento em que as clientes expressaram suas mobilizações após entrarem em contato com os estímulos/itens dos instrumentos. É notável que esta etapa foi profícua ao aprofundamento de conteúdos centrais nos processos de cada uma das

clientes, sendo a administração dos testes psicológicos um significativo ponto de partida à discussão dessas temáticas.

### **3.2.3 Passo 3: A disponibilidade para reescrever histórias**

A integração dos dados obtidos por meio das sessões iniciais, dos instrumentos psicológicos e do inquérito estendido possibilitam o planejamento das sessões interventivas. Nestas, o profissional busca evocar, durante o atendimento, situações problemáticas vivenciadas pelo cliente, oportunizando que sejam exploradas e elaboradas enquanto contextos geradores de dificuldades e passíveis de novas construções de sentido (FINN, 2017/2007). Durante esses encontros, o terapeuta pode desenvolver diferentes estratégias a fim de facilitar condições que viabilizem um processo reflexivo por parte do cliente, valendo-se, por exemplo, do manejo não padronizado de testes psicológicos enquanto uma técnica à intervenção. A intervenção, em AT, caracterizada como um critério essencial à diferenciação dos processos avaliativos tradicionais, deve ser compreendida a partir de seus limites e potencialidades, ao passo que, apesar de ter sido sistematizada como uma etapa, reflete-se enquanto reverberação durante todo o percurso. Pontua-se que a inexistência de uma “garantia de sucesso” provém da atitude de um terapeuta que não se compromete com a eficiência da intervenção como fim, mas, ao invés disso, implica-se com o caminho percorrido durante a produção de novas histórias que o cliente é convidado a reescrever (FINN, 2017/2007; FINN; CHUDZIK, 2010).

No decorrer das sessões interventivas durante o processo de Bethânia, a terapeuta buscou transpor ao *setting* de atendimento a preocupação demasiada da cliente com o bem-estar das demais pessoas, que, aliada à dificuldade para expressar-se, gerava em Bethânia a sensação de sobrecarga e o sentimento de culpa. Além da implicação desses aspectos em sua dinâmica familiar, a cliente debruçou-se sobre as reverberações de uma postura “passiva” (sic) durante a relação com seu ex-companheiro, descrevendo situações em que este exercia controle e ela apenas “aceitava” (sic). O movimento reflexivo desenvolvido durante as sessões interventivas permitiu à Bethânia elaborar, juntamente com a psicóloga, possibilidades alternativas relacionadas aos pontos discutidos, expandido suas percepções acerca das experiências trazidas.

Na sessão correspondente ao terceiro passo, em Elis, a cliente se debruçou de maneira mais detalhada nos tópicos abordados em etapa anterior, descrevendo situações que ilustram o aspecto central que se objetivou trazer à tona, a saber, o seu posicionamento diante das problemáticas vivenciadas pelo outro. Durante o encontro, evidenciou-se o modo como esse

conteúdo se interseccionava com as demais temáticas presentes nas narrativas da cliente, situando-se como um eixo que comparece na sua experiência de maternidade, seu engajamento político e sua carreira profissional. Refletir sobre sua postura, que se fundamentava em uma intensa entrega aos problemas das demais pessoas, possibilitou à Elis levantar hipóteses que se entrelaçam aos motivos subjacentes a essa atitude, bem como pensar em modos menos desgastantes de encarar essa relação.

Na sessão interventiva desenvolvida no caso Gal, buscou-se abordar como elemento central o modo de funcionamento mais resistente e defensivo que a cliente apresentou durante todo seu processo, pretendendo-se relacionar isso a alguns elementos trazidos pela cliente, como sua dificuldade de confiar e os conflitos que vinha passando no relacionamento interpessoal com sua equipe de trabalho. Para tanto, a psicóloga estabeleceu um diálogo no qual apresentou suas percepções a respeito do processo de Gal, fornecendo um espaço para que a cliente também pudesse se expressar de maneira aberta. Apesar de sua postura mais resistente às intervenções realizadas, a cliente pensou em formas alternativas com as quais poderia lidar com determinadas situações problemáticas.

No desenvolvimento da sessão interventiva no caso Rita, uma das respostas dadas pela cliente em um dos testes projetivos foi retomada, sendo trabalhados aspectos relativos à dinâmica familiar. A cliente elaborou acerca da ambiguidade entre uma família idealizada e sua família real, entrando em contato com as concepções que tinha acerca do amor e do casamento e o modo como a realidade não havia correspondido às suas expectativas. Além disso, buscou-se trabalhar junto à Rita os conflitos existentes entre ela e sua filha, bem como seu papel exercido nessa relação.

### ***3.2.4 Passo 4: Discutindo achados: Janelas com vista para o outro***

Durante o período em que buscava compreender o potencial terapêutico da avaliação, Finn (2017/2007) debruçou-se inicialmente naquilo que era então denominado como “devolutiva”, buscando organizar as informações de modo a tornar o momento de repassá-las o mais benéfico e útil possível. Com base nisso, o autor passou a planejar essas sessões considerando a autoimagem já formulada pelo cliente, estabelecendo uma ordenação para a discussão dos resultados que objetiva assegurar, de forma gradual e cuidadosa, a assimilação de novos achados (FINN, 2017/2007). A etapa de Resumo/Discussão inscreve em sua própria denominação características que rompem com as devolutivas tradicionais, conformando-se

como um momento voltado à aproximação dos resultados de maneira relacional, envolvendo cliente e terapeuta. Desse modo, ao descrever as informações derivadas de um processo de AT, Finn e Chudzik (2010) utilizam a expressão “janela empática para a experiência do paciente<sup>2</sup>” (p. 210), evidenciando, por meio da troca, o caráter dinâmico que contorna o diálogo voltado à legitimação dos sentidos atribuídos pelo próprio cliente em relação aos achados do processo.

O caso Bethânia contou, nesta etapa, com a identificação de momentos significativos e desafiadores que constituíram o processo de AT. A cliente retomou impressões relativas ao seu desempenho nos testes psicológicos, além de destacar temas percebidos como centrais à compreensão de suas questões. Neste ponto, discorreu sobre a morte de seu irmão, lembrando situações compartilhadas com ele, e reavaliou o modo como preocupa-se demasiadamente com o bem-estar do outro em detrimento à sua própria satisfação. Após esse momento, buscou-se discutir junto à Bethânia a possibilidade de ela dar início a um processo psicoterapêutico conduzido por uma estagiária vinculada ao SPA, o que foi recebido de maneira positiva pela cliente.

Durante o segundo caso, a terapeuta buscou conduzir a sessão orientando-se por alguns tópicos principais, os quais ganharam novos contornos produzidos pelos sentidos engendrados por Elis. O diálogo pautou-se, inicialmente, pelos conteúdos associados ao ambiente de trabalho da cliente, marcado por conflitos interpessoais e situações estressoras. Posteriormente, a discussão se direcionou aos achados que faziam referência à autoimagem de Elis, elemento compreendido como central à percepção da forma como a cliente vivencia suas relações e se posiciona nelas. A etapa foi identificada por Elis como um momento que a possibilitou expandir suas concepções e repensar novas maneiras de olhar para si e para os modos como encara o outro e o insere nas suas próprias problemáticas. Ao fim da sessão, a cliente presenteou a terapeuta com o livro “Para educar crianças feministas”, da autora Chimamanda Ngozi Adichie.

No caso Gal, esta etapa foi conduzida a partir das questões elaboradas nas sessões iniciais, integrando-as aos dados resultantes de seu processo de AT. Deste modo, inicialmente foram abordados aspectos relativos ao seu trabalho, destacando-se alguns resultados de testes que convergiam com o que havia sido discutido em atendimentos anteriores, especialmente no tocante ao relacionamento interpessoal com seus colegas. Nesta sessão, a cliente discutiu sobre a decisão de possivelmente sair do cargo de coordenadora após uma reunião de colegiado, descrevendo alívio associado a essa possibilidade. Ademais, foram trazidas informações

---

<sup>2</sup> No original “une fenêtre empathique donnant sur l'expérience du patient [...]” (FINN; CHUDZIK, 2010, p. 210).

referentes à forma como a cliente parece lidar com situações de dificuldade, um conteúdo que ela havia elaborado na primeira etapa como uma questão norteadora. Durante o processo de AT, foi possível perceber que Gal apresentou com frequência uma atitude reativa frente a situações conflituosas, o que compareceu em diversos âmbitos de sua vida – trabalho, relacionamentos, organização das tarefas, etc.

Em Rita, as perguntas para avaliação serviram como base para a sessão de Resumo/Discussão, na qual puderam ser abordados diferentes conteúdos que se apresentaram como pertinentes ao longo de seu processo de AT. A hipótese de estar vivenciando um problema de ordem psicossomática, levantada pela cliente nas sessões iniciais, foi trabalhada a partir da possibilidade da construção de espaços de autocuidado, buscando-se compreender as diversas tensões às quais Rita estava submetida naquele momento. No que diz respeito ao seu relacionamento familiar, foram destacados os conflitos que a faziam querer se distanciar da família, bem como a existência de uma família real em detrimento à idealização que se constrói em torno desse grupo. A cliente se aprofundou ainda nos sentimentos que entrou em contato, no decorrer de seu processo, ligados ao abuso sexual que sofrera ao longo de sua infância e adolescência, destacando sua percepção no que tange à maneira como a violência vivida vem impactando diretamente no modo como ela se percebe e percebe suas relações.

### ***3.2.5 Passo 5: As cartas do terapeuta***

Finn (2017/2007) descreve o desenvolvimento do quinto passo, relativo à entrega de uma carta escrita em primeira pessoa do terapeuta para o cliente, diferenciando-o da forma tradicional de devolutiva em processos avaliativos. De maneira alternativa à emissão do relatório formal, sugere-se que a escrita de uma carta possibilita ao terapeuta fornecer um resumo que não se limite às hipóteses ou resultados obtidos, mas explicita a experiência vivenciada de maneira autêntica, além de ser algo discutido e alinhado aos sentidos atribuídos pelo cliente ao escrito (FINN, 2017/2007). A correspondência é enviada ao cliente cerca de duas a seis semanas após as sessões de Resumo/Discussão, sendo um intervalo de tempo considerado fundamental para que o cliente “viva” e formule os achados elaborados durante o processo avaliativo (FRACKOWIAK; FANTINI; ASCHIERI, 2015; VILLEMOR-AMARAL; RESENDE, 2018).

Considerando as especificidades da resolução nº 006/2019 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) no que concerne à elaboração de documentos escritos, adotou-se, neste

estudo, a postura de fornecer às clientes tanto a carta quanto o modelo tradicional de laudo psicológico, o que se apresentou como uma opção coerente do ponto de vista ético e em conformidade com as diretrizes da AT (FERNANDES, 2019). Nos casos Bethânia e Gal, as clientes optaram pela entrega final da carta ser realizada no SPA, de modo que se dirigiram ao local no período combinado com a terapeuta para que pudessem ter acesso ao documento. Diferentemente, tanto Elis quanto Rita receberam as cartas em suas casas, mediante autorização das clientes para que fosse realizado o envio tradicional. Em todos os casos, a produção do escrito orientou-se pelos temas centrais que emergiram durante o processo avaliativo, constituindo-se como textos marcados pela sensibilidade de uma redação elaborada em primeira pessoa.

### ***3.2.6 Passo 6: Para além do fim: Acompanhando recomeços***

O último passo da AT ocorre cerca de dois a três meses após as sessões de discussão, implementando-se como um convite para que terapeuta e cliente se encontrem posteriormente à avaliação. Finn (2017/2007) situa esse momento como uma oportunidade de diálogo para abordar aspectos do processo, bem como discutir dúvidas ou possíveis mudanças que tenham ocorrido. Além disso, o Acompanhamento propicia explicitar perguntas do cliente que não tenham sido suficientemente elucidadas, bem como engendrar opções relacionadas às possibilidades de encaminhamento (VILLEMOR-AMARAL; RESENDE, 2018).

No caso Bethânia, o Acompanhamento foi realizado 1 mês e 18 dias após a sessão de Resumo/Discussão. Nesta sessão, a cliente referiu uma mudança na percepção que tinha voltada à obrigatoriedade das responsabilidades, relatando a intenção de estabelecer um diálogo com uma de suas irmãs propondo a divisão de tarefas – permanecendo-se, apesar disso, inalterada a lógica das tarefas domésticas estarem vinculadas às figuras femininas. Pontuou suas dificuldades associadas ao compartilhamento, tanto no campo das atividades como no que tange à própria expressividade, aderindo uma postura reflexiva e flexível diante disso.

A segunda cliente teve sua sessão de Acompanhamento desenvolvida com o intervalo de 1 mês e 24 dias após a quarta etapa, sublinhando-se o retorno positivo verbalizado por Elis em relação à carta recebida. Segundo ela, o texto a emocionou especialmente por se sentir compreendida naquelas palavras, encorajando-a a refletir sobre os pontos expressos pela psicóloga. Durante essa sessão, Elis destacou algumas escolhas que fez visando o seu bem-estar, além de relatar o andamento das medidas que estavam sendo tomadas em relação à



situação de assédio sexual que havia sofrido. A cliente adentrou em um processo de revisitar seus desejos individuais e repensar a intensidade com a qual investia em um ideal de perfeição, avaliando as consequências disso e as possibilidades outras que poderia vislumbrar.

A sessão de Acompanhamento de Gal foi realizada 3 meses e 15 dias após sua sessão de Resumo/Discussão, sendo trazidas pela cliente atualizações de sua vida. Gal havia encerrado suas atividades como coordenadora há um mês, afirmando que estava conseguindo se organizar melhor em direção aos seus objetivos pessoais e profissionais. Relatou a existência de outros conflitos em sua vida, mas não se estendeu no assunto, limitando-se a falar que se tratavam de outras relações que não as do trabalho. Nesta sessão, contou ainda que estava feliz com seu namorado, com quem havia começado a se relacionar há alguns meses. Segundo ela, estava sendo uma experiência nova de estabelecer vínculos de confiança com o companheiro e, nesta nova relação, vinha tentando verbalizar mais suas emoções, o que estava lhe fazendo bem. No caso Rita, o período no qual deveria ter sido desenvolvida a etapa de Acompanhamento coincidiu com o início da situação pandêmica em decorrência do COVID-19, não sendo possível realizar a sessão com a cliente.

Não obstante não ser o objeto central deste estudo, a Avaliação Terapêutica posiciona-se como um importante lugar à expressão de questões inquietantes e que despertam a curiosidade das pessoas a respeito de si mesmas. A partir da breve descrição que se realizou de cada caso, é possível perceber a variedade de conteúdos que emergiram no decorrer das sessões, propondo-se aqui que essas temáticas possam ser discutidas sob uma perspectiva que, partindo do individual, visa ir além dele. Desse modo, apresentar o panorama geral de cada cliente foi um ponto de partida para que o processo analítico empregado possa ser compreendido de maneira contextualizada, chegando-se a uma discussão das narrativas que, ao mesmo tempo que intenta respeitar as particularidades de cada cliente, se constrói em torno dos mecanismos estruturais às quais os conteúdos se ligam, sublinhando-se o próprio entendimento da subjetividade como um processo histórico e social e todas as contradições que daí se implicam.

## 4 SUBJETIVIDADE COMO CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

*[...] todos nascemos filhos de mil pais e de mais mil mães, e a solidão é sobretudo a incapacidade de ver qualquer pessoa como nos pertencendo, para que nos pertença de verdade e se gere um cuidado mútuo. Como se os nossos mil pais e mais as nossas mil mães coincidissem em parte, como se fôssemos por aí irmãos, irmãos uns dos outros. Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós (MÃE, 2016, pp. 204-205).*

Este capítulo se propõe à demarcação da base teórica que embasa a concepção de subjetividade orientadora do presente estudo. A Psicologia Sócio-Histórica compõe o referencial no qual se ancoram os pressupostos metodológicos e, portanto, o movimento analítico empreendido no material analisado. Parte-se, desse modo, de uma noção de sujeito enquanto ser social determinado pela materialidade do movimento histórico, propondo-se, nesta pesquisa, que a maneira pela qual os dados são apresentados e discutidos esteja alinhada a essa perspectiva teórico-metodológica. Assim, este capítulo está organizado em duas seções, sendo a primeira uma apresentação dos conceitos teóricos que fundamentam a compreensão dos processos de subjetivação, seguida da apresentação, na seção posterior, dos núcleos de significação elaborados em cada caso, que serão discutidos no capítulo seguinte. Sublinha-se a articulação dos dois tópicos ao passo que o processo de construção dos núcleos foi subsidiado pelo entendimento de subjetividade que busca compreender as determinações sociais implicadas nos mecanismos de individuação, que, no caso deste estudo, são especificadas a partir do lugar social destinado à mulher e os efeitos que daí resultam.

### 4.1 Contribuições da Psicologia Sócio-Histórica à compreensão de ser social

O espectro que ronda as construções a respeito da subjetividade humana caracteriza-se por uma disputa que, ao longo da história, recorre a inúmeros modelos explicativos, culminando com o que seria o surgimento da ciência moderna. No decorrer de seu desenvolvimento, a Psicologia foi influenciada pelas perspectivas dominantes do pensamento ocidental, devendo-se compreender os condicionantes sociais que determinaram a elaboração de conceitos centrais a este campo. Sobre isso, Bock (2007) situa a impossibilidade de apreender o fenômeno psicológico descolado do contexto no qual foi definido, demarcando as concepções liberais próprias do capitalismo como importantes marcos à elaboração dos sentidos de “eu”.

Um elemento que ganha notoriedade no cenário marcado pela ascensão burguesa relaciona-se à valorização do individualismo, em uma dinâmica que centraliza o sujeito como forma de impeli-lo a movimentar-se e explorar a natureza em sua volta. O caráter individualizante sustentaria a ideia de que “cada indivíduo é um ser moral que possui direitos derivados de sua natureza humana. Somos indivíduos e somos iguais, fraternos e livres, com direito à propriedade, à segurança, à liberdade e à igualdade” (BOCK, 2007, p. 18). A construção desse ideário produz uma experiência de subjetividade privada e universal, endossando os interesses de uma sociedade fundamentada na necessidade do sujeito enquanto ser, ao mesmo tempo, produtivo e consumidor (BOCK, 2007; GONÇALVES, 2007).

A Psicologia Sócio-Histórica, que encontra na *troika*<sup>3</sup> Vigotski, Luria e Leontiev seus principais expoentes, comparece como uma abordagem crítica às teorizações naturalistas sobre o fenômeno psicológico, situando a subjetividade a partir de seu caráter histórico e social. As proposições desenvolvidas nesse campo teórico vão de encontro ao paradigma normativo que contrapõe os campos objetivo e subjetivo, em uma dinâmica que descontextualiza o ser humano ao lhe inculcar a responsabilidade de gerir, de maneira autônoma, sua condição enquanto sujeito no mundo (GOMES *et al.*, 2016). Essa crítica é evidenciada na descrição realizada por Bock (1997) a respeito do que seria o indivíduo tomado por um campo psicológico estruturado em concepções liberais:

[...] Um homem que é dotado de capacidades e possibilidades que lhe são inerentes, naturais. Um homem dotado de uma natureza humana que lhe garante, se desenvolvida adequadamente, ricas e variadas possibilidades. A sociedade é apenas o *locus* de desenvolvimento do homem. É vista como algo que contribui ou impede o desenvolvimento dos aspectos naturais do homem. Cabe a cada um o esforço necessário para que a sociedade seja um espaço de incentivo ao seu desenvolvimento. As condições estão dadas, cabe a cada um aproveitá-las (p. 277).

Ao assumir uma postura antagônica à noção de subjetividade galgada por formulações essencialistas, a Psicologia Sócio-Histórica rompe com explicações que associam o processo de humanização ao desenvolvimento evolutivo no qual o meio é um atributo isolado e externo ao sujeito. Desse modo, contrariamente à concepção de sociedade como “*locus* de desenvolvimento”, o contexto comparece como parte constituinte do aparelho psíquico, estando a evolução deste diretamente relacionada às modificações ambientais (VIGOTSKI, 2008, 2010).

---

<sup>3</sup> Expressão utilizada como referência aos fundadores da Psicologia Sócio-Histórica.

Epistemologicamente embasada nos marcos do Materialismo Histórico-Dialético e na filosofia monista de Espinosa, a definição sócio-histórica de psiquismo conforma-se, portanto, em uma consciência construída por meio da contínua transformação da natureza. Neste sentido, a compreensão de um indivíduo inserido em um contexto material anterior a ele não pressupõe um isolamento dos campos subjetivo e objetivo, mas, de maneira contrária, interpõe a atuação do indivíduo no mundo como atividade de transformação do meio e, dialeticamente, em um processo que culmina na transformação de si mesmo (SAWAIA, 2009; MORETTI; ASBAHR; RIGON, 2011; LANE, 2012; SOUZA; ANDRADA, 2013; SILVA; TULESKI, 2015, GOMES *et al.*, 2016).

No campo da Psicologia, essa visão representa a possibilidade de entender o sujeito enquanto produção histórica, atentando-se, quanto a isso, que a perspectiva sócio-histórica não reduz o ser humano às determinações sociais, mas permite analisar o modo como esses elementos se traduzem nas relações e nos sentidos produzidos nos processos de subjetivação. Com a superação da dicotomia objetividade/subjetividade, uma análise que se norteie pelo materialismo histórico e dialético possibilita uma exploração dos processos subjetivos e um aprofundamento nas contradições que constituem a individuação (SOUZA, 2006).

Apesar da categoria subjetividade não aparecer explicitamente na obra vigotskiana, é possível reconhecer, a partir de uma noção de consciência construída através das mediações sociais, a inclusão do fator subjetivo por excelência, descrito por Vigotski (2008) como a “base afetivo-volitiva” que está no bojo do desenvolvimento das funções psicológicas. Segundo Molon (1995 *apud* GONÇALVES, 2007, p. 163):

[...] Vygotsky não perde o sujeito nem a subjetividade, pois os fenômenos psicológicos são relações sociais convertidas no sujeito pela mediação semiótica. Os fenômenos psicológicos são mediados e não imediatos, são constituídos nas e pelas relações sociais, porém não são simplesmente produtos destas. Nesta perspectiva, o sujeito é “quase social”, ele não apenas expressa o social e nem o coloca dentro de si em situações artificiais, mas é na relação com os outros e por ela, é na linguagem e por ela que se constitui sujeito e é constituinte de outros sujeitos (p. 163).

Neste trecho, evidencia-se a centralidade do processo de mediação ao se intentar compreender a conversão do plano intersubjetivo para o plano intra-subjetivo. Como explicitado pela autora, o desenvolvimento do psiquismo não se configura como uma mera apropriação dos elementos culturais, em uma dinâmica que se assemelharia a uma reprodução interna do que se apresenta externamente ao indivíduo. Quanto a isso, Aguiar e Ozella (2013) descrevem a conceituação vigotskiana relacionada ao processo de internalização, dimensionado

pelo autor como um movimento que se estabelece mais como uma revolução do que como uma evolução.

A escolha da expressão se assenta na ideia de assumir a permanência da ação do sujeito dirigida ao meio, irrompendo em uma radical reestruturação da atividade psíquica. A mediação do outro se insere como a possibilidade de conversão das relações sociais no que se denominará como funções psicológicas, ideia sintetizada por Vigotski (2000) ao defender que “através dos outros constituímos-nos” (p. 24). O aparelho psíquico se desenvolve, portanto, mediado pela atividade prática do sujeito em sua relação com o mundo, conformando-se a partir do uso de instrumentos, da divisão social do trabalho e da própria necessidade de interação social (SOUZA, ANDRADA, 2013). Esta última ganha contornos específicos ao se considerar a centralidade da linguagem, tomada como via à elaboração de instrumentos internos que possibilitam a atuação do indivíduo na realidade. Não à toa, Vigotski (2008) encerra seu livro *Pensamento e Linguagem* afirmando que “uma palavra é um microcosmo da consciência humana” (p. 190), depreendendo-se o caráter relacional a que se articula a função comunicativa.

Ao se conceber o ser humano como manifestação de uma totalidade histórica e social, a linguagem conforma-se como elemento essencial para o desenvolvimento da consciência de si e social, situando-se o conjunto de práticas que se produzem no movimento histórico como uma instância imprescindível à análise dos mecanismos de subjetivação. A esse respeito, Lane (2012) enfatiza a necessidade de se considerar o indivíduo como sendo, ao mesmo tempo, produto e produtor da história, estabelecendo uma articulação entre a gênese dos processos comunicativos e o modo como estes devem ser analisados:

A linguagem se originou na espécie humana como consequência da necessidade de transformar a natureza, através da cooperação entre os homens, por meio de atividades produtivas que garantissem a sobrevivência do grupo social. O trabalho cooperativo exigindo planejamento, divisão de trabalho, exigiu também um desenvolvimento da linguagem que permitisse ao homem agir, ampliando as dimensões de espaço e tempo. A linguagem, como produto de uma coletividade, reproduz através dos significados das palavras articuladas em frases os conhecimentos – falsos ou verdadeiros – e os valores associados a práticas sociais que se cristalizaram; ou seja, a linguagem reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social. Sob essa perspectiva, qualquer análise da linguagem implica considerá-la como produto histórico de uma coletividade (LANE, 2012, pp. 32-33).

A linguagem, portanto, não é compreendida como um sistema ou um código restrito, mas como uma atividade, e, como tal, demanda elementos de ordem externa – cultura, história, interação (SANTOS, 2012). Os fenômenos linguísticos não se restringem a uma posição interna em relação à língua, mas pressupõem a relação com o mundo externo em uma

dinâmica que supera os limites imediatos da representação sensorial (MARTINS, 2004). Esta base é imprescindível para que se possa argumentar a respeito da produção das representações sociais como um processo intimamente imbricado à comunicação, às mediações que estão no bojo da formação do ser social.

A complexificação da linguagem suscita à necessidade de formas mais acuradas para o ser humano apreender e captar a natureza. Nesse fluxo, a categoria significado se interpõe como aquilo que emerge objetivamente no sistema de relações sociais, comparecendo como um sistema dicionarizado de significações elaborado no decorrer do movimento histórico (AGUIAR, OZELLA, 2013; SANTOS, LEÃO, 2014). Ao definir significado como uma generalização, Vigotski (2008) aborda o modo como essa categoria atravessa dialeticamente a relação entre a linguagem e o pensamento. Segundo ele:

Uma palavra não se refere a um objeto isolado, mas a um grupo ou classe de objetos; portanto, cada palavra já é uma generalização. A generalização é um ato verbal do pensamento e reflete a realidade de modo bem diverso daquele da sensação e da percepção [...] Tudo leva a crer que a distinção qualitativa entre a sensação e o pensamento seja a presença, nesse último, de um reflexo *generalizado*<sup>4</sup> da realidade, que é também a essência do significado da palavra; e, conseqüentemente, que o significado é um ato de pensamento, no sentido pleno do termo. Mas, ao mesmo tempo, o significado é parte inalienável da palavra como tal, e dessa forma pertence tanto ao domínio da linguagem quanto ao domínio do pensamento. Uma palavra sem significado é um som vazio, que não mais faz parte da fala humana (p. 6).

A conceituação proposta pelo autor atenta para a impossibilidade de apreensão das funções psicológicas de maneira segmentada, estando o significado situado como um eixo que atravessa o pensamento e a linguagem. Observa-se, a partir da concepção de significado como “a parte inalienável da palavra”, a permanência da mutabilidade no que concerne às transformações sociais responsáveis pelo sistema de significações. A relação existente entre pensamento e linguagem não é, portanto, algo constante e formado *a priori*, mas se dá ao longo do desenvolvimento humano. A fala, derivada da necessidade do intercâmbio social, é definida por Vigotski (2008) como o protótipo do sistema mediador, na medida em que serve à transmissão racional e intencional da experiência e pensamento ao outro. Verifica-se, desse modo, a função central da comunicação humana ao entendimento dos processos de subjetivação, ao passo que é a partir dessas mediações que o social se inscreve no sujeito, que, ao mesmo tempo em que é transformado por esse mecanismo, também transforma a realidade à sua volta.

---

<sup>4</sup> Grifo do autor.

Essa acepção dirige-se à compreensão de significado estruturada em torno da tese da dinamicidade, a partir da qual se concebe a ideia de sentido. O sentido, em uma prerrogativa sócio-histórica, associa-se ao campo da subjetivação, marcadamente carregado de componentes afetivos e sociais (SANTOS, LEÃO, 2014). A essa categoria atribui-se a possibilidade de singularização do significado, conformando-se como um “acontecimento semântico particular” (BARROS *et al.*, 2009, p. 179) que se assenta na mediação pelo outro. Esse redimensionamento das zonas estáveis do significado a partir de sua relação dinâmica com o sentido viabiliza a compreensão associada ao caráter inesgotável deste último, na medida em que não se presentifica na mente ou na natureza, mas nas práticas sociais (BARROS *et al.*, 2009).

De acordo com Santos (2012, p. 43), “O sujeito é social já que a linguagem não é o trabalho de um artesão, mas de vários artesãos”. Com essa afirmação, o autor anuncia o caráter coletivo da linguagem e, mais especificamente, dos sentidos que se formam na trama intersubjetiva da formação humana. A percepção coaduna com uma produção de psiquismo como um sistema dinâmico e integrado, no qual os sentidos se convertem como uma importante ferramenta à compreensão de fenômenos individuais e coletivos, haja vista o caráter dialético que fundamenta a relação entre os dois campos. Nesse movimento, põe-se em jogo a diversidade de signos culturais, caracterizados como elementos necessários à transmissão e ao acesso das informações imbuídas de significado social. Os deslocamentos viabilizados pela atribuição de sentidos pessoais ao signo social estão no bojo da mediação, que possibilitará o estabelecimento de relações e nexos entre as funções psicológicas constituintes do psiquismo (VIGOTSKI, 2008; 2010).

Os significados e os sentidos ancoram-se, portanto, na intersecção entre sujeito e sociedade, nos processos de interação, de transmissão, de modelações e remodelações que se dão do coletivo para o individual e, posteriormente, retornando ao coletivo, em um movimento dialético, como transformação do real. Tal prerrogativa é necessária para que se possa discutir sobre as implicações de se considerar como objeto de estudo o sujeito como ser social, como a relação entre indivíduo e sociedade. Isso porque, ao se pretender avançar nos estudos concernentes aos processos de subjetivação, é necessário que sejam apreendidas as bases materiais que regulam as relações sociais, não sendo possível operar com análises de questões na instância individual sem que sejam articuladas à concretude que fundamentam a produção de individualidades.

Com a introdução das relações sociais como definidoras das funções psicológicas, Vigotski (2000) subverte o pensamento psicológico tradicional, deslocando a ênfase da análise psicológica, que até então se restringia ao biológico, para o campo da cultura. O autor tece,

portanto, uma análise do humano enquanto produção histórica, ideia determinante nas conceituações referentes às categorias de significado e sentido descritas, mas, para tanto, não ignora a instância filogenética a que se conecta a ontogenia do ser social. A esse respeito, Sirgado (2000) afirma que “as funções biológicas não desaparecem com a emergência das culturais, mas adquirem uma nova forma de existência: elas são incorporadas na história humana” (p. 51).

Nessa perspectiva, o processo de constituição do indivíduo como ser social se dá pela simultânea articulação e diferenciação em referência à natureza, situando-se o trabalho como aquilo que fundamentalmente o humaniza pelo ato de transformação do real. A esse respeito, Moretti, Asbahr e Rigon (2011) sublinham que, diferentemente dos animais, os seres humanos criam necessidades que visam não somente à sua existência biológica, mas principalmente à cultural, havendo uma transformação do próprio conceito de necessidade ao serem extrapoladas as demandas básicas de ordem orgânica. O trabalho, portanto, não pode ser tomado como algo reativo, mas é a atividade que transforma o real e traduz os arranjos de existência.

Tendo isso em vista, uma análise dos sujeitos e de seus modos de vida pressupõe, necessariamente, a compreensão da concretude conformada pelas relações políticas e econômicas que engendram o processo de constituição psíquica. Neste ponto, situa-se o lugar do trabalho em uma sociedade capitalista como condição de instrumento da acumulação e terreno do confronto entre a classe trabalhadora e o capital, definida por Souza (2006, p. 52) como “uma relação social, cujo centro é a determinação econômica, uma totalidade que é constituída por fatores múltiplos, legais, afetivos, culturais, religiosos, sociais, psíquicos”.

A autora explicita o caráter determinante das estruturas sociais na formação das subjetividades, observando-se, a partir do marxismo, a gênese dos mecanismos de exploração de uma classe por outra e sua vinculação às práticas de opressão perpetradas no seio das relações hierarquizadas. Nesta esfera, é possível desenvolver uma análise que se volte às questões implicadas à relação entre gênero e classe que se conformam em uma sociedade capitalista e patriarcal. Em termos de definição, Souza (2006) identifica as bases nas quais encontram-se alicerçadas as engrenagens do capitalismo e do patriarcado, sublinhando-se aqui tais concepções como importantes norteadoras à análise do que comparece na objetividade/subjetividade no real:

O patriarcado se funda na *divisão sexual*<sup>5</sup> do trabalho e na submissão do patrimônio –

---

<sup>5</sup> Grifo da autora.



mulher e filhos/as – ao patriarca – o homem – cuja relação, na atualidade, tem o significado de uma relação de amor. O capitalismo se funda na divisão social do trabalho, na separação entre trabalho – seres humanos que não possuem meios de existir e, por isto, vendem sua força de trabalho – e capital – encarnados em pessoas que detêm a propriedade privada dos meios de produção, cuja relação estabelecida, entre eles, é de interesse. A família, *locus* de atuação do patriarcado, e o mercado, *locus* de atuação do capital, têm um caráter dominador, visto que as relações, entre patrimônio e patriarca, entre trabalhador/a e capitalista, são relações de poder, nem democráticas nem de autoridade (SOUZA, 2006, p. 98).

Alinhada a essa perspectiva, Arruzza (2019) argumenta, de um lado, sobre a opressão das mulheres ser um dos fatores que possibilita ao capitalismo não apenas reforçar sua dominação ideologicamente, mas também organizar continuamente a exploração do trabalho vivo e sua reprodução. De outro, segundo a autora, a articulação das relações patriarcais sob a lógica do capital levou à profunda transformação do capitalismo, tanto na família como no papel da mulher nas esferas de produção/reprodução e no que diz respeito à esfera das relações sexuais. O caráter indissociável das duas estruturas enuncia uma dinâmica que se manifesta, na concretude, também de forma imanente, o que se reflete nas análises que se desenvolvem a partir dessas categorias.

Sublinha-se, nesse ponto, o modo como a lógica capitalista e patriarcal perpassa todos os campos da vida, dentre eles, a linguagem. Lane (2012) aponta a mediação ideológica como uma função central desta categoria, sendo produzidos, por uma classe dominante, significados que servem ao seu fortalecimento e reprodução das práticas mantenedoras da ordem social. A autora descreve a palavra como uma “arma de poder” (p. 34), fazendo menção ao confronto entre os diferentes significados gerados ideologicamente como imperativos categóricos e a realidade que se apresenta para o ser humano. O sujeito estaria, portanto, envolto por significados produzidos historicamente por um grupo social específico, adquirindo, pelos processos de mediação, um sentido pessoal ligado às individualidades internalizadas como suas motivações e vivências.

Isso é necessário para que não se percam de vista as especificidades que norteiam a produção de subjetividades ao se falar sobre a existência de homens e mulheres em uma sociedade patriarcal. Evidencia-se uma constante articulação entre aquilo que se opera no campo das forças produtivas econômicas e a ideologia a partir da qual intenta-se transmitir significados aos seres inseridos em grupos sociais por meio da linguagem, forjando individualidades que se conformam de acordo com a lógica esperada do capital. A subjetividade, portanto, engendra-se enquanto totalidade, expressa pela internalização de normas, valores e padrões socialmente construídos com vistas ao fortalecimento e reprodução da materialidade particular de uma sociedade de classes patriarcais.

De acordo com Souza (2006, pp. 56-57), “A afirmação que a subjetividade extrapola os limites da individuação de um sujeito remete à discussão sobre quais são as forças com as quais os indivíduos se deparam como limite no seu processo de construção”. Ressalta-se, na passagem, o uso da palavra *limite* como um importante mote ao que se pretende discutir, na medida em que, ao se falar sobre a existência do feminino em uma sociedade fundamentalmente sexista, um ponto central em questão refere-se justamente ao modo como limites são impostos às mulheres e suas possibilidades de vida nas instâncias como trabalho, relações amorosas, sexualidade, constituição familiar, maternidade, exercício da cidadania e quaisquer outras esferas que constituem o indivíduo como ser social.

Em relação a isso, é interessante destacar a maneira pela qual se concretizam as condições que conferem ao humano papel ativo na construção da sociedade, suscitando a práticas emancipatórias de um ser que cria e recria sua realidade (MARTINS, 2004; SOUZA, ANDRADA, 2013). No tocante a esse ponto, evidencia-se a concepção trazida por Sawaia (2009) a respeito da constituição individual à luz da obra vigotskiana, sendo descrita pela autora a noção de um “sujeito que se constitui nas determinações sociais, mas como dimensão de resistência” (p. 369). Essa ideia traz consigo a ruptura com matrizes que fundam uma acepção de subjetividade paradoxalmente situada como central a um indivíduo, e, ao mesmo tempo, esvaziada das condições materiais e simbólicas que o produzem e por ele são produzidas.

O campo evidenciado por Sawaia (2009) posiciona o caráter das determinações sociais à produção de um ser que tem seu desenvolvimento estruturado justamente pela sua capacidade ativa na transformação daquilo que se elege na sua formação. Esse campo se estabelece como *resistência* especialmente para as populações que têm suas possibilidades de existência minadas por um sistema social orientado pela ideologia da exploração, dominação e opressão social, elencando-se aqui as posições assumidas pelos sujeitos nas relações de gênero, raça e classe como elementos basilares à compreensão do que se produz, concretamente, como limites e resistências nos processos de individuação.

Em consonância com essa perspectiva, Martins (2004, p. 82) reitera que “somente por meio da análise das alienadas relações sociais capitalistas é possível compreender-se a construção da subjetividade na sociedade contemporânea”. A isso encontra-se articulado o patriarcado, em uma relação simbiótica entre estruturas que fundamenta e perpetua um conjunto de práticas sexistas que objetiva uma homogeneização estável, previsível e controlável dos grupos sexuais. “O principal efeito do sexismo é a construção das categorias mulheres e homens: as posições sociais que ocupam particularmente na divisão do trabalho, os modos de

vida, e os estereótipos dos quais suas habilidades e atitudes são antecipadas<sup>6</sup> (IZQUIERDO, 2010, p. 118).

Partindo dessas considerações, as discussões constituintes deste estudo germinam e se organizam em torno do tensionamento que se impõe como pressuposto a um ser que se constitui em condições materiais específicas. Estudar o que se traduz pelo lugar ocupado por uma mulher na atual sociedade capitalista e patriarcal enseja ao aprofundamento nas posições que esses sujeitos ocupam, tomando-se como via ao entendimento desses elementos a transmissão que as próprias mulheres desenvolvem ao narrarem suas vivências e principais problemáticas. A linguagem, portanto, localiza-se como aspecto fundamental, recorrendo-se a Vigotski (2008, p. 190) quando o autor destaca que “A palavra não foi o princípio – a ação já existia antes dela; a palavra é o final do desenvolvimento, o coroamento da ação”.

#### **4.2 O social no ser (mulher): Encontrando significações**

De maneira específica neste estudo, a Avaliação Terapêutica, ao suscitar a elaboração de aspectos que inquietam aquelas que se propõem ao processo, configura-se como um espaço fundado e atravessado por condicionantes históricos e sociais. Entende-se que estes, por sua vez, comparecem nas narrativas das clientes atendidas, possibilitando uma compreensão que visa ampliar os limites tradicionalmente individualizantes às quais encontram-se associadas as análises dos fenômenos dessa área. Dessa forma, buscando-se desvelar o que se manifesta enquanto aparência, a análise com a qual se opera entende que “o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 45), situando-se a posição ocupada pelas mulheres em uma sociedade capitalista/patriarcal como aspecto central a ser aprofundado.

Alinhada à concepção de subjetividade na qual este estudo se ancora, e em consonância com os objetivos pretendidos, são apresentados abaixo os achados culminantes do processo de organização e análise de dados. Os conteúdos destacados, - conformados como resultados da pesquisa - evidenciam fenômenos que comparecem nas narrativas individuais, e, portanto, também dizem respeito à materialidade histórica e social na qual as mulheres estão inseridas. O que se enfatiza aqui são as determinações concretas, que aparecem nas similitudes,

---

<sup>6</sup> No original “El principal efecto del sexismo es la construcción de las categorías mujer y hombre: las posiciones sociales que ocupan particularmente en la división del trabajo, los modos de vida, y los estereotipos a partir de los cuales se anticipan sus capacidades y actitudes”. (IZQUIERDO, 2010, p. 118).

ambivalências, repetições e contradições das narrativas, aspectos estes que funcionaram como critérios à organização do que se denomina Núcleo de Significação.

Para melhor entendimento, apresentam-se os dados em conformidade com as Etapas do processo realizado, descritas de maneira detalhada no capítulo “Percurso Metodológico”. Desse modo, inicialmente, estão expostos os dados correspondentes à **Etapa 1** do desenvolvimento da análise, referente ao processo descritivo intitulado “Leitura Flutuante e Organização do Material”, com os respectivos Indicadores resultantes de cada caso. Explicitada de maneira conjunta, a **Etapa 2**, relativa à “Construção dos Núcleos de Significação”, ao se constituir como um processo construtivo-interpretativo, serve-se à articulação dos indicadores.

Quadro 1 - Etapas 1 e 2: Indicadores e Núcleos de Significação do caso Bethânia

Indicadores	Núcleos de Significação
1) O papel de cuidadora da mãe	Compartilhamento de Tarefas
2) Ser a única filha solteira	
3) Dificuldade de comunicar o desejo de dividir as tarefas de cuidado	
4) Medo da mãe achar que quer se livrar dela	
5) Processo de luto e necessidade de ofertar assistência	
6) Relacionamento Abusivo	Relacionamento afetivo com ex-companheiro
7) Dinâmica dominador x dominada	
8) Autoculpabilização	
9) Ausência de conjugalidade	Ser mãe solo
10) Medo de comunicar a gravidez aos pais	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 - Etapas 1 e 2: Indicadores e Núcleos de Significação do caso Elis

Indicadores	Núcleos de Significação
1) Envolvimento para além da função em sala de aula	A função social da professora
2) Relacionamento interpessoal com colegas	
3) Docência e dever com a sociedade	
4) A soma trabalho formal + execução das atividades domésticas	Acúmulo de funções e sobrecarga
5) Marido como “ajuda” (sic)	
6) Autocobrança	
7) Conciliar trabalho formal e cuidado com o filho	Maternidade
8) Cansaço físico e psicológico	
9) Acreditar ser a única capaz de cuidar do filho	
10) O medo de ser desacreditada	Assédio Sexual
11) Vivência nomeada como “importunação sexual” (sic).	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3 - Etapas 1 e 2: Indicadores e Núcleos de Significação do caso Gal

Indicadores	Núcleos de Significação
1) Cargo de liderança: Coordenação como peso	Docência e gestão: A ocupação de cargo de liderança
2) Expectativas exteriores relacionadas ao lugar de coordenadora	
3) Ser objetiva x ser grosseira	
4) Homem como aquele que trai	Relações amorosas
5) Relacionamento abusivo anterior	
6) Dificuldade de confiar	
7) Ser “a briguenta” (sic): Sentir-se louca e culpada	
8) Expectativa dos pais: Ter marido e filhos	A vivência do corpo feminino
9) Gravidez x Medo	
10) Se sentir um objeto sexual	

Fonte: Elaborado pela autora.

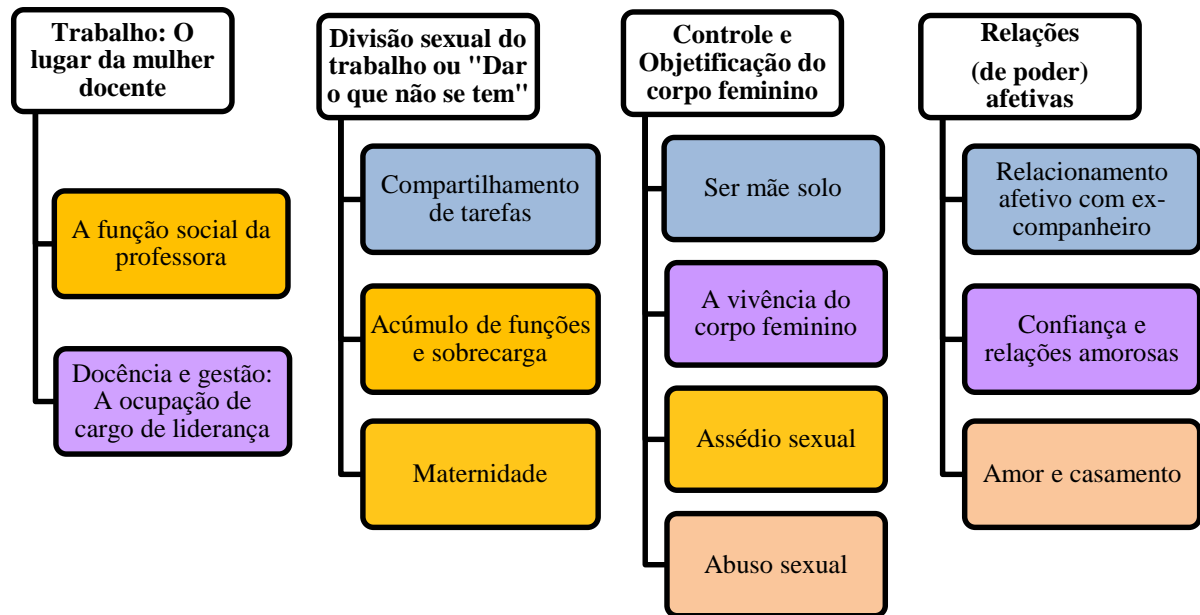
Quadro 4 - Etapas 1 e 2: Indicadores e Núcleos de Significação do caso Rita

Indicadores	Núcleos de Significação
1) Violência, controle e cerceamento de liberdade	Abuso sexual
2) Angústias que se ligam ao lugar de mãe de uma mulher	
3) Sentir-se, ao mesmo tempo, vítima e culpada	
4) Omissão da mãe	
6) A busca por um “braço protetor” (sic)	Amor e casamento
7) Casar e construir família: a impossibilidade de escolha	
8) Marido como dependente de cuidados	

Fonte: Elaborado pela autora.

A **Etapa 3**, intitulada “Organização/Análise dos Núcleos de Significação”, estabelece-se como um processo que caminha do empírico para o interpretativo, sendo o momento analítico no qual buscam-se estabelecer articulações entre os dados e o arcabouço teórico que fundamenta as análises desenvolvidas. Durante esta etapa, foram estabelecidos agrupamentos com base nos conteúdos evidenciados nos Núcleos organizados em cada caso, culminando com uma estruturação ordenada em quatro eixos centrais, quais sejam, 1) Trabalho: O lugar da mulher docente; 2) Divisão sexual do trabalho; 3) Objetificação e controle do corpo feminino; e 4) Relações (de poder) afetivas.

Figura 2 - Etapa 3: Organização/Análise dos Núcleos de Significação



Fonte: Elaborado pela autora.

**Legenda:**

- Caso 1 – Bethânia
- Caso 2 – Elis
- Caso 3 – Gal
- Caso 4 – Rita

Os eixos explicitados nortearão o aprofundamento das análises desenvolvidas, ressaltando-se que a escolha pela apresentação dos resultados dessa maneira não se deu ao acaso. Com a ênfase na observação de aspectos em comum nos quatro casos, tomando-se como referência as posições ocupadas pelas mulheres nas relações sociais, intenta-se explicitar a maneira como as regularidades presentes apontam para uma questão estrutural, extrapolando-se o caráter aparentemente individual que se apresenta no imediato. Buscou-se, portanto, apreender as determinações históricas e sociais que se encontram na base do que é trazido por cada cliente, sendo possível verificar que, não obstante as particularidades inerentes a cada uma delas, opera-se aqui com a dialética entre o particular e o coletivo, em um movimento no qual as duas instâncias não são situadas como opostas, mas como integrantes de um mesmo fenômeno.

## 5 A INSUSTENTÁVEL INVENÇÃO DA IGUALDADE: RELAÇÕES SOCIAIS GENERIFICADAS

*O Antonino explicou-lhe que não queria ser mulher e que gostava de mulheres e lhes prestava atenção. Disse que admirava a liberdade que tinham para a expressão da sensibilidade, achava que era como uma permissão para ter a alma à solta, autorizada a manifestar-se pela beleza o pelo espanto de cada coisa. Estava autorizada à sensibilidade que fazia da vida uma travessia mais intensa (MÃE, 2016, p. 135).*

Este capítulo é destinado à discussão dos elementos presentes nas narrativas de cada caso, organizados nos respectivos núcleos de significação. O agrupamento dos núcleos resultou em quatro eixos, discutidos de maneira específica em articulação com o referencial teórico. Desse modo, o tópico que inaugura este capítulo é de caráter introdutório, voltado à apresentação do aporte teórico que subsidia as noções de feminino e as questões de gênero abordadas ao longo deste capítulo. Em seguida, os eixos são discutidos de maneira aprofundada, situando-se os núcleos que os integram e os desdobramentos de cada caso. O capítulo é concluído com apontamentos a respeito das intersecções entre os eixos.

### 5.1 Predicativos do lugar feminino

O que, afinal, significa ser mulher? Estar mulher? Exercer uma espécie de feminilidade? Talvez as possibilidades de respostas a essas questões guardem relação com o modo próprio com o qual são formuladas – a partir de um verbo. Ser, estar, exercer, são, por excelência, condições de uma existência que só pode ser capturada em relação com uma teia de condições objetivas e subjetivas. Reitera-se, aqui, a função principal de um verbo: Designar uma ação, um ato, que, portanto, não pode ser empreendido por uma abstração, mas só existe em função de mediações. Falar da condição de mulher, neste sentido, pressupõe o endereçamento à pergunta: De que mulher estamos falando?

Questionar sob quais arranjos funda-se este feminino se estabelece, aqui, como um predicativo ao sujeito mulher, sendo anunciado o caráter fundamentalmente histórico e social do que se convencionou construir como “mulheridade”. Essa ideia foi trazida à tona por Simone de Beauvoir no polêmico “O segundo sexo”, obra que, fundamentada na moral existencialista, serve-se à desestabilização dos alicerces mantenedores de um conceito abstrato a respeito da condição feminina. A autora realiza um retorno ao modo como se dá o estabelecimento da relação entre os sexos, recorrendo à categoria da alteridade para explicar as conjugações de uma

mulher que não se define em si, mas apenas relativamente ao homem. Ao afirmar que “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (1970, p. 10), Beauvoir denuncia a produção de um feminino que comparece como uma negativa, afirmando-se somente em dependência ao necessitar do homem para a determinação de sua existência.

As proposições beviourianas tendem ao campo da inquietação especialmente se interpretadas prematuramente em termos de um determinismo orgânico. Contrariamente a isso, a autora demarca os limites impostos por explicações naturalistas que versam sobre uma condição de mulher atravessada pelo que seria seu destino biológico, desvelando a construção identitária de um suposto sujeito feminino. Beauvoir (1970) indica a inexistência de causalidade direta entre todo ser humano do sexo feminino e sua constituição enquanto mulher, situando a feminilidade como uma realidade ameaçada a ser forjada. É por essa via que a autora explicita a impossibilidade de sustentar o falso ideário que intenta igualar o homem e a mulher, ou, quando muito, conceder a esta última a “igualdade dentro da diferença” (p. 17). Reivindica-se, nesse ponto, a problematização que reside em assumir uma equivalência entre os sexos alheia ao fato destes nunca terem partilhado o mundo em igualdade de condições.

Cabe lembrar, aqui, que diferente faz par com idêntico. Já igualdade faz par com desigualdade, e são conceitos políticos. Assim, as práticas sociais de mulheres podem ser diferentes das de homens da mesma maneira que, biologicamente, elas são diferentes deles. Isto não significa que os dois tipos de diferenças pertençam à mesma instância. A experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente da dos homens exatamente porque, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também em termos de qualidade, a participação de umas é distinta da de outros. Costuma-se atribuir estas diferenças de história às desigualdades e estas desempenham importante papel nesta questão. Sem dúvida, por exemplo, a marginalização das mulheres de certos postos de trabalho e de centros de poder cavou profundo fosso entre suas experiências e as dos homens. É importante frisar a natureza deste hiato. Trata-se mesmo da necessidade de um salto de qualidade para pôr as mulheres no mesmo patamar que os homens, não esquecendo, porém, de humanizar os homens. Certamente, este não seria o resultado caso as duas categorias de sexo fossem apenas diferentes, mas não desiguais (SAFFIOTI, 2015, p. 124).

Este percurso engendra o debate a respeito das relações entre homens e mulheres, firmado em um terreno de intensas transformações no tocante às posições do feminino e do masculino e suas possibilidades de existência. Muitas são as reverberações concretas proporcionadas pelo desenvolvimento de estudos e movimentos feministas que põem em jogo as dinâmicas de poder existentes no capitalismo, declarando a demarcação de uma fronteira entre as esferas pública e privada como problemática ao se intentar compreender a hierarquia inerente a uma sociedade patriarcal (SAFFIOTI, 2015). Ao se compreender, portanto, a categoria de gênero como “a forma central da opressão nas sociedades de classes patriarcais”



(SOUZA, 2006, p. 153), faz-se necessário explicitar os mecanismos de exploração e opressão que transformam diferenças biológicas de grupos sexuais distintos em determinações históricas e sociais.

Considerada uma das principais pioneiras na discussão sobre o sistema sexo-gênero, Scott (1995) propõe uma caracterização deste conceito que se assenta fundamentalmente da conexão de duas proposições. À primeira, a partir da qual o gênero é tomado como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (p. 86) soma-se a ideia de que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 86), situada como a segunda proposição desse núcleo analítico. A autora constrói uma linha argumentativa que explicita os componentes embutidos na primeira parte de sua conceituação, evidenciando a articulação de quatro elementos implicados na sua proposição inicial.

A princípio, Scott (1995) destaca a existência de símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações alegóricas, sendo mencionado pela autora o desenvolvimento de mitos associados à Eva e Maria em oposição às figuras de Adão e José. Esses arquétipos remontam à construção de uma imagem de feminilidade pura e inocente, dando pistas às questões relativas ao lugar tradicionalmente imputado à mulher que se fortalece pela doutrina cristã ocidental. O segundo elemento relaciona-se aos conceitos normativos que evidenciam significados interpretativos dos símbolos e tentam equivocadamente limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Referem-se, neste sentido, ao binarismo que opõe categoricamente os significados de masculino e feminino, sendo expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas. Scott (1995) dispõe da historicidade para explicitar as conformações dessa construção normativa, denunciando a problemática que reside em uma produção de gênero subjugada aos interesses dominantes:

De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de possibilidades alternativas e, algumas vezes, elas são abertamente contestadas ('quando e em quais circunstâncias' é a questão que deveria preocupar os/as historiadores/as'). A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito (pp. 86-87).

O terceiro aspecto que engendra o conceito de gênero traduz-se por uma construção que se dá na multiplicidade das instituições, transpondo os limites da utilização desse conceito restrito à esfera familiar. Defende-se, em Scott (1995), a impossibilidade de sustentar que as relações sociais entre os homens e as mulheres são simplesmente artefatos de sistemas

anteriores de parentesco, sendo necessário reivindicar uma visão mais ampla na qual se incluem o mercado de trabalho, a educação e o sistema político. O quarto elemento proposto é conjugado pela identidade subjetiva, anunciando-se que “os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas” (SCOTT, 1995, p. 88). Neste, comparece como imperativo o exame das formas pelas quais as identidades generificadas são construídas, elencando-se, para tanto, uma série de atividades, organizações e representações sociais desenvolvidas no movimento histórico.

A autora enlaça, em sua teorização, elementos de diferentes campos, resumidamente grifados a partir dos efeitos dos significados binários culturalmente produzidos, ligados e fundamentados à produção de um feminino em detrimento a um masculino, que, ao se sustentarem em diferentes esferas institucionais, incidem diretamente sobre a produção de identidades subjetivas generificadas. As clivagens dos aspectos que integram o sistema sexo-gênero apresentadas por Scott (1995) apontam não somente a complexidade a partir da qual estas categorias devem ser concebidas, mas demarcam a forma como são forjados lugares hierárquicos em referência ao grupo sexual ao qual pertencem os sujeitos.

Ainda em relação a essa questão, destacam-se as formulações de Izquierdo (1992) a respeito do sistema sexo-gênero, identificado como o referencial sob o qual se organiza a sociedade, incluindo-se aí o modo como se dá a distribuição desigual de poder. A autora argumenta que este sistema se fundamenta em uma base dupla, na qual figuram uma base biológica e uma social – alinhada à divisão sexual do trabalho. A identidade humana estaria sustentada, segundo ela, em uma realidade que se ordena em três níveis, operando com o sexo, o gênero e a identidade psicosssexual. A forma como as esferas são articuladas, a partir de uma materialidade histórica e culturalmente determinada, sustenta um posicionamento que, na contramão de equiparar o sexo biológico ao gênero, busca entender a totalidade desse sistema sem que haja uma dissolução ou primazia de uma esfera em detrimento da outra.

É inegável, de início, situar o lugar da biologia na construção dos sujeitos, estando associada a esta base material do sistema sexo-gênero três características principais delimitadas por Izquierdo (1992). Ao considerar a relevância de serem estudados os aspectos comuns, próprios ao humano, a autora sublinha como primeira característica o fato de os humanos serem a espécie com a mais variável dotação genética, o que tem como consequência a impossibilidade de existirem duas pessoas iguais. Somada a essa singularização, aponta-se a variabilidade que se dispõe pelo contato com o meio, de forma que o desenvolvimento sempre se dará de maneira desigual em cada pessoa de acordo com as diferentes condições ambientais

com as quais ela entrará em contato. Essas duas características, segundo a autora, permitem afirmar a singularidade do fenômeno humano, o que é reforçado pelo terceiro aspecto exposto, relativo à complexidade do sistema nervoso. Este componente estaria ligado à possibilidade de o ser humano responder de forma ativa ao meio, o que incutiria não somente em sua adaptação em referência a este, mas à sua transformação.

Estas características suscitam à plasticidade da espécie humana, sendo colocado como central por Izquierdo (1992) que, apesar de a biologia incidir de forma limitada na construção que se faz de mulheres e homens, faz também com que esta construção não seja inevitável, haja vista o corpo não ser estritamente um fato natural. Desse modo, os processos de individuação, o agir no mundo, têm uma base biológica, mas não se limitam a esta, transcendendo-a pelas possibilidades de maleabilidade e pelo contínuo contato com o ambiente.

Nomear um corpo tomando-se como critério a biologia não torna um sujeito masculino ou feminino, entretanto, o reconhecimento de características biológicas específicas que dicotomiza os seres em machos e fêmeas balizam a desigualdade de socialização em função do sexo de cada indivíduo. Segundo Izquierdo (1992), a forma semelhante como são vistas, por um lado, as fêmeas, e, por outro, os machos, somada ao tratamento e expectativas desiguais dirigidas a cada um dos sexos, incorre na existência de grupos sexuais com características relativamente homogêneas. A isto não se encontram ligados necessariamente atributos naturais intrínsecos a cada um dos grupos, mas são moldados com base na educação diferenciada recebida mediante as diferenças biológicas.

Ao explicitar que as diferenças entre os sexos são também diferenças culturais, Izquierdo (1992) redimensiona o sistema sexo-gênero, categorias que não são tomadas como opostas, mas como conjugadas. As bases sociais estariam vinculadas às determinações estruturais que conformam os modos de ser dos sujeitos, sendo o gênero a expressão da distribuição desigual de responsabilidades na produção social da existência. Em suas palavras, “o masculino e o feminino diferenciam a forma pela qual satisfazemos nossas necessidades, o meio de que nos valemos para satisfazê-las e a forma como nos relacionamos com as pessoas e as coisas para alcançar este fim” (IZQUIERDO, 1992, n.p).

Nas formulações relativas às bases sociais, a autora se debruça sobre as especificidades da divisão sexual do trabalho, evidenciando o modo sexista como as obrigações são diferentemente destinadas aos homens e às mulheres. Isso estará no bojo da desigualdade pela qual os indivíduos ocuparão espaços, divididos, no capitalismo, em públicos e privados, sendo os primeiros preenchidos pelo masculino, restando ao feminino a esfera doméstica. A forma como os sujeitos são determinados por estas condições refletirá diretamente nas suas

possibilidades de existência, as quais apresentam-se como restritas para o gênero feminino. As diferenças, neste sentido, não são tomadas apenas como oposição à identidade, mas como desigualdades forjadas em um sistema que, sendo capitalista e patriarcal, eleva hierarquias e transforma o masculino e feminino não apenas em posições diferentes, mas constituídas por uma relação de dominação.

Neste ponto, é necessário salientar que discutir relações sociais generificadas não significa atribuir juízos de valor positivos ou negativos com base em diferenças sexuais, em um movimento que destinaria aos homens as adjetivações de “maus” em contraponto ao lugar “bom” das mulheres. Isso incorreria em uma análise que, longe de questionar as estruturas que perpetuam e fortalecem os mecanismos de opressão, apenas reformula o que já é colocado em uma perspectiva idealista e naturalista de mundo. Diferentemente disso, é necessário partir da concepção de que, ao se falar de homens e mulheres, não estão sendo apontados sujeitos individuais, mas posições coletivas que se compõem por determinações socialmente produzidas.

“[...] a essência do ato de ser mulher é o resultado da educação recebida, das proibições, das prescrições normativas e dos condicionamentos adquiridos desde o nascimento por todas aquelas destinadas a se tornar ‘mulher’. A ‘mulheridade’ das mulheres é, nesse sentido, naturalizada pelos efeitos da opressão e pela exclusão do poder e da participação na esfera cultural, especialmente da produção. Uma vez que são os homens que historicamente escrevem, compõem músicas, pintam, pregam e governam, não existe uma definição de mulher e daquilo que seria sua essência que não seja ao mesmo tempo um produto desse monopólio masculino e de sua paralela e sistemática exclusão. As mulheres ‘são’ o que os homens decidiram que elas deveriam ser em um mundo de fantasia de definições contraditórias, mas intimamente relacionadas: santa e puta, esposa devota e amante voluptuosa, anjo do lar e companheira infiel, mãe acolhedora e fera indomável... Todas essas várias características positivas e negativas atribuídas às mulheres, sempre consideradas ‘o outro’, são funcionais para sua exclusão do poder. Elas são o núcleo podre que justifica e oculta a opressão através de um processo de naturalização por meio do qual se acorrenta as mulheres à sua fisiologia, tornando-as prisioneiras de seus úteros”. (ARRUZZA, 2019, p. 91).

Essas considerações suscitam à elaboração dos questionamentos: Qual seria, afinal, a causa geral para o estabelecimento de relações hierárquicas entre os sexos? O que estaria em jogo na gênese desses mecanismos de exploração e opressão? Como isso se perpetua e se fortalece? A esse respeito, Arruzza (2019) aponta a existência de diversas teorias ligadas à biologia e à psicologia que, sustentadas por argumentos diversos – diferenças de tamanho e morfologia, agressividade que supostamente representaria uma característica masculina para obter poder, instinto masculino para controlar a capacidade reprodutiva das mulheres - coadunariam para o ponto de que a opressão das mulheres sempre existiu. Essas explicações,

entretanto, têm sido questionadas por antropólogos e sociólogos de origem marxista, que, segundo a autora, partem de outra hipótese: “a opressão feminina nem sempre existiu, mas surgiu como resultado de uma série complexa de processos sociais” (ARRUZZA, 2019, p. 93).

Acerca disso, é interessante sublinhar a forma com a qual Arruzza (2019) se debruça sobre as análises desenvolvidas por Engels (1884) no clássico “A origem da família, da propriedade privada e do estado”, no qual a mudança na condição da mulher é diretamente associada a dois processos históricos, a saber, a progressiva afirmação da propriedade privada em detrimento à propriedade coletiva das tribos e a mudança de casamentos coletivos para o casamento entre um casal. A tese da dominação masculina estaria baseada, portanto, no nascimento da sociedade de classes e da propriedade privada individual e na superação das sociedades de linhagem. No tocante a esta última, sublinha-se que sociedades baseadas em linhagem se definem pelo estabelecimento com base nas relações de parentesco que reúnem todos os descendentes de um antepassado comum, podendo ser patrilinear ou matrilinear. Na primeira, a linha de descendência é masculina e, desse modo, as crianças pertencem ao clã do pai, de forma que, nas linhagens de descendência matrilinear, em oposição, as crianças pertenceriam ao clã da mãe.

O que Arruzza (2019) destaca é que, não obstante a fundamental importância do método aplicado por Engels para a compreensão das origens e causas da dominação masculina, é necessário que sejam feitas algumas ressalvas. A autora pontua, neste sentido, que a reconstrução tecida por Engels estaria baseada no mito do matriarcado original, o qual seria derrotado como consequência do desejo dos homens de, em uma sociedade baseada na propriedade privada individual, assegurar a sucessão de seus próprios filhos – o que envolvia o controle sobre a vida reprodutiva das mulheres e o rompimento do vínculo destas com seu grupo de parentesco. No entanto, segundo a autora, a ideia de que, originalmente, as sociedades seriam matriarcais não foi provada e tem sido diretamente contestada pela maioria dos pesquisadores antropólogos modernos. Na realidade, o equívoco guardaria relação com o fato de não ter sido realizada a correta distinção entre matriarcado e descendência matrilinear, haja vista que essa última, diferentemente do matriarcado, não implicaria em um poder maior das mulheres.

Arruzza (2019) problematiza a resposta desenvolvida por Engels porque, segundo ela, estaria alinhada, de um lado, a mudanças nas relações sociais e de produção, porém, de outro, recorreria a um suposto instinto masculino ligado ao desejo de manter sua linhagem. A autora levanta o questionamento a respeito do que estaria na base desse instinto, recorrendo ao que vem sendo desenvolvido por pesquisadoras e pesquisadores no tocante às conexões entre as instituições matrimoniais e a produção. Desse modo, ganha ênfase, no processo de explicação

dos mecanismos de opressão das mulheres, os processos de transformação social e de transição das sociedades de linhagem igualitárias para as sociedades de classe, sendo relevante compreender o modo como a opressão sexual se articula com a exploração econômica, de forma que ambas se incorporam mutuamente:

A divisão sexual do trabalho era originalmente menos rígida do que se havia pensado e não se constituía como base para uma hierarquia entre os sexos. Segundo esta perspectiva, as origens da opressão das mulheres não devem ser buscadas nem em seu maior sedentarismo em relação às atividades realizadas pelos homens (devido à sua função reprodutiva: parto, amamentação, cuidado infantil), nem na menor importância ou prestígio dados aos trabalhos de coleta, preparação da comida ou produção artesanal de objetos em comparação à caça e à guerra [...] fatores sociais e econômicos ligados à produção, à apropriação e à distribuição do excedente e da força de trabalho, em vez da biologia, são cruciais para explicar as origens da opressão das mulheres. O elemento central é, então, o tipo de trabalho que a maior parte das mulheres realiza nessas sociedades, o trabalho de coleta, horticultura e preparação de comida, que torna os homens muito mais dependentes economicamente do trabalho das mulheres do que estas dependentes dos homens. Assumir o controle dessa mão de obra não significava apenas assegurar o controle sobre a produção de bens de subsistência, mas permitia maximizar essa produção e garantir a acumulação de um excedente (ARRUZZA, 2019, pp. 97-98).

A divisão que se faz do trabalho em termos sexuais é conjugada de maneira histórica e cultural, restringindo alternativas, incitando julgamentos e minando possibilidades de ações. É constituinte, portanto, das formas de organização de vida e subjetividades femininas, forjadas estruturalmente pelo laço social que se imprime na condição de mulher (BIROLI, 2018). É necessário, neste sentido, produzir análises que se debrucem sobre a intrínseca relação entre os mecanismos de exploração e opressão, tomando-se este último como uma forma de reproduzir e sustentar as relações de poder existentes no capitalismo.

O percurso que se intenta alçar, portanto, fundamenta-se em uma análise que, partindo do que é trazido pelas próprias mulheres, busca avançar naquilo que é apresentado no imediato, compreendendo-se as determinações sociais às quais aqueles fenômenos estão condicionados. Neste processo, o sujeito feminino não é tomado como uma abstração, mas, tendo em vista as bases do sistema sexo-gênero, deve ter sua materialidade considerada como norteadora do que se expressa, no real, como possibilidades concretas de trabalho, ocupação de espaços, vivências afetivas e sexuais. O ser mulher, neste sentido, é condição única para cada indivíduo, mas forja-se como uma construção social coletiva que incide diretamente no movimento de individuação.

## 5.2 O sujeito mulher e seus assujeitamentos

Não à toa, optou-se pela discussão dos núcleos não a partir de cada um deles de maneira compartimentalizada, mas tomando como referência seus agrupamentos, delimitados como eixos. A isto encontra-se relacionada a ideia de tecer uma discussão sobretudo direcionada para a forma como os fenômenos, em sua esfera estrutural, se repetem nas narrativas ao refletirem determinações que ultrapassam os limites individualizantes. Essa perspectiva não compete com o movimento de abordar os conteúdos presentes nas narrativas de cada cliente, mas, na contramão disso, o processo que se realiza é justamente o de discutir aquilo que, ao incidir sobre os fenômenos de subjetivação, diz de um complexo campo que se funda e se atualiza pelas engrenagens capitalistas e patriarcais às quais estão submetidos os sujeitos sociais.

### 5.2.1 Trabalho: O lugar da mulher docente

Empreender uma discussão na qual se propõe um exercício reflexivo em torno de narrativas femininas reivindica, em um primeiro momento, uma compreensão acerca dos lugares ocupados por essas mulheres e as implicações que se enlaçam a esses campos. Partindo-se dos conteúdos presentes nos relatos, alguns elementos são destacados ao se considerarem os cenários nos quais essas mulheres estão inseridas, evidenciando-se a docência como espaço comum às quatro clientes.

O cenário histórico correspondente à apropriação da força de trabalho feminina torna-se um aporte imprescindível para a compreensão das atuais relações estabelecidas entre a mulher e a sala de aula. O processo educativo escolar funda-se vinculado a uma figura de mestre, a quem era imputada a função de conduzir cada um de seus alunos para que estes adquirissem, além de conhecimento formal, virtudes que norteassem seus comportamentos ao longo da vida adulta. No Brasil, a instituição escolar identifica-se, inicialmente, por um caráter masculino associado à religiosidade presente nos primeiros processos formativos, destacando-se, nesse cenário, a atuação dos jesuítas na organização dos espaços escolares brasileiros. Tratava-se de um modelo de instituição desenvolvido para atender a um público específico, a saber, meninos católicos provenientes de classes sociais elevadas. Às meninas das mesmas classes era destinada uma formação que se voltava, sobretudo, à preparação para o casamento, sendo repassadas lições sobre bordado, culinária, história sagrada e um pouco de latim

(LOURO, 2007). Sob forte influência da Igreja Católica, os ditames relacionados à sexualidade e vigilância da família impunham valores fundamentalmente misóginos:

O modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirado nos arquétipos do cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica de mulher por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia vai desqualificar a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual (ALMEIDA, 2014, pp. 63-64).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a instrução feminina delimitava-se pelas normas sociais vigentes, as quais se concentravam em proibir a ocupação de espaços sociais pelas mulheres. A educação, quando possível, ocorria nos ambientes privados dos próprios lares, evidenciando-se a inexistência de possibilidade formativa voltada aos membros pertencentes às classes sociais mais baixas. A finalidade das instruções repassadas às meninas permanecia fundamentada na preparação para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e filhos.

Aponta-se, ao longo das primeiras décadas do século XX, o ingresso das mulheres no ensino superior como uma importante conquista efetivada, atentando-se à problemática que se relaciona às condições concretas que restringiam esse acesso a um grupo muito específico, a saber, mulheres provenientes de classes sociais elevadas. Em relação à ocupação de cargos por mulheres, delineia-se um contexto brasileiro no qual a responsabilidade feminina não deveria transpor o limite doméstico, de modo que o trabalho só poderia ser aceito se significasse cuidar de alguém e servir com generosidade. Por este motivo, a ideia de direcionar as mulheres ao ofício de educar, definido como uma *sagrada missão*, mostrou-se como possível e útil no período seguinte à Proclamação da República, havendo uma articulação entre a necessidade de expansão do ensino primário e a o direcionamento profissional dado às jovens com escassos recursos (ALMEIDA, 2014).

As chamadas Escolas Normais surgiram, nesse período, como uma alternativa possível para a instrução feminina, atendendo à demanda de mão de obra para a expansão do ensino primário. Tratava-se, inicialmente, de uma instituição de caráter precário, que contava com uma formação elementar dada às jovens que tinham o interesse de se tornarem professoras. A educação das mulheres passou a ocupar um lugar importante, porém, sempre estreitamente relacionada ao universo doméstico, sendo a prática de lecionar associada à *destinação natural* da condição feminina (ALMEIDA, 2014).



Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espírita”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la (LOURO, 2007, p. 450).

A gradativa ocupação de cargos de docência pelas mulheres consolidou o que Louro (2007) denomina como feminização do magistério, que, dentre outros fatores, estaria historicamente relacionada ao aumento do número de vagas nas escolas e ao movimento de urbanização e industrialização que ampliou oportunidades de trabalho mais bem remuneradas para os homens. De acordo com Almeida (2014), o considerável número de mulheres lecionando no ensino primário, durante o período pós-republicano, foi visto de maneira positiva pelos dirigentes do sistema escolar, alicerçando-se o magistério como trabalho feminino de maneira definitiva.

A atividade de educar passa a ocupar, assim, o lugar de doação e entrega, sendo a docência uma profissão direcionada àquelas que tinham a “vocaçãõ” para o ensino. O processo de feminização do magistério corresponde não somente à presença progressivamente maciça das mulheres nessa atividade, mas à representação de atitudes supostamente femininas como necessárias ao processo educativo. Desse modo, características como paciência, afetividade, cuidado e vigilância situariam a atividade escolar desempenhada pelas mulheres como funcionalmente próxima àquela exercida no lar, com os próprios filhos. Tais elementos, articulados à tradição religiosa do ensino, corroboraram com o fortalecimento da ideia de que a docência deve ser compreendida mais como sacerdócio do que como profissão, o que, conjuntamente com outros fatores, culminaria na desvalorização da atividade docente (LOURO, 2007; ROSA, 2011).

A “feminização do trabalho” tem, no mínimo, dois sentidos. O fato de as mulheres terem conquistado um papel cada vez maior no trabalho produtivo não poderia deixar de modificar sua condição e as formas que assume a opressão. Mas também o uso de uma força de trabalho feminina desempenha, como já demonstrou no passado, um papel essencial do ponto de vista do capital: serve para desqualificar setores produtivos e reduzir os custos com salários, para piorar as condições de trabalho e implementar sua precarização. Mais uma vez, é impossível compreender tal dinâmica sem fazer referência ao papel fundamental da ideologia e das relações de poder patriarcais. Um papel que não apenas se move em direção a uma desvalorização implícita ou explícita do trabalho feminino, invariavelmente visto como secundário, como um complemento ao trabalho masculino, mas que tem efeitos e cria dificuldades também no que diz respeito aos processos de subjetivação da classe, tornando muitas vezes mais árduo para as mulheres se mobilizar e tomar a palavra (ARRUZZA, 2019, p. 139).

A escola, portanto, como espaço social para a formação de meninas e meninos, homens e mulheres, é, ela mesma, segundo Rabelo (2007), um espaço generificado, que se constitui atravessado por questões de gênero e todas as representações atreladas a isso. Há que se falar, segundo a autora, sobre um processo que não se limita a um fator quantitativo, em termos do número de professoras em sala de aula, mas reflete o movimento histórico do qual resulta a feminização do magistério e as consequências disso nos âmbitos concreto e simbólico. Como bem destacado por Arruzza (2019), falar sobre um trabalho “feminizado” suscita às condições com as quais esse trabalho se conecta e as reverberações disso a nível de classe, ao passo que caracterizar um trabalho como destinado às mulheres liga-se diretamente à sua desqualificação, secundarização e à imposição de limites cada vez mais abissais.

Alinhada a isso, Vianna (2002) ressalta que a expansão do ensino primário no Brasil, em meados do século XX, só foi possível mediante o prejuízo das condições do trabalho docente, sendo citados pela autora a oficialização do “magistério leigo”, a redução da duração do curso primário - que passou a ser de dois anos - e a construção de unidades escolares em condições precárias sem quaisquer indícios de adequação para a atividade docente. Destaca-se, acerca disso, o fato de que as circunstâncias não se limitaram a esse período, havendo uma continuidade do quadro de arrochos salariais, desvalorização e estratificação de cargos em referência às posições ocupadas por professores e professoras.

O que se atualiza, portanto, são as exigências, que se conformam de acordo com os avanços do modo de produção capitalista e se especificam em consonância com os interesses patriarcais (SAFFIOTI, 2015). Em relação a isso, cita-se a tese desenvolvida por Souza (2006), na qual a autora articula os momentos de reestruturação produtiva e o refinamento das novas formas de dominação, dando ênfase ao modo como esse fenômeno incide na subjetivação das mulheres que ocupam cargos de direção. Esse tema é pungente ao se pensar no movimento histórico atrelado à ocupação dos cargos no sistema escolar, sendo, de início, destinados aos homens as funções ligadas à gestão escolar, havendo um elemento de reconhecimento social e valorização salarial vinculado a isso.

É interessante ratificar, acerca disso, que, com o passar do tempo, a ampliação do número de mulheres desempenhando tais papéis não significou uma mudança nas representações binárias e no desigual exercício de poder no cenário escolar. Na contramão disso, incrementam-se mecanismos de domínio, o que é explicitado por Capelle, Melo e Souza (2013) ao discutirem a absorção feminina pelas organizações e ressaltarem o quanto a questão não se trata exatamente da exclusão das mulheres de cargos administrativos, mas do modo subalternizado como isso se dá. Não à toa, o campo ideológico no qual se incluem as definições

hierárquicas de funções é construído com base em uma definição masculina de qualificação que decide quais são as “características” fundamentais para o exercício de diferentes papéis e o quanto isto se articula às posições sociais de feminino e masculino (CARVALHO, 1996).

É necessário demarcar, no tocante ao trabalho docente, a especificidade que guarda relação com o fato de haver uma maioria de mulheres como professoras, sendo pontuado por Carvalho (1996) que a incorporação dessa perspectiva não pode ser somente um aditivo às análises desenvolvidas, mas demanda uma revisão de categorias em torno desse campo. Evidencia-se, desse modo, a centralidade das representações do papel de professora para a construção da profissão docente, sendo determinadas habilidades e características socialmente esperadas para o desempenho dessa função, ligados aos sentidos e significados do que foi sendo concebido como o lugar de professora no decorrer do movimento histórico. Relacionados a isso, os núcleos de significação *A função social da professora* (Elis) e *Docência e Gestão: A ocupação de cargo de liderança* (Gal) foram construídos tomando-se como base diferentes aspectos que se associam aos sentidos enredados pelas duas clientes em suas construções subjetivas dirigidas à docência. Esses núcleos, distintos em referência aos seus conteúdos específicos, convergem para a apreensão de fenômenos comuns atrelados ao lugar socialmente conferido à mulher e à professora em uma sociedade fundamentalmente patriarcal orientada pela lógica de produção capitalista.

No que se refere ao primeiro núcleo, correspondente à cliente Elis, sublinham-se conteúdos associados ao seu trabalho enquanto professora como permeados por diferentes questões. Já durante as sessões iniciais, a elaboração das perguntas norteadoras teve como eixo central um sentimento de mobilização voltado para a mudança de problemáticas sociais, descritas pela cliente tanto a partir do contato com adversidades vivenciadas pelos seus alunos como em referência à atuação de colegas de profissão no sistema educativo e, de maneira mais abrangente, ao cenário político brasileiro.

As perguntas, delineadas como “O que eu posso fazer pra não me envolver tanto?” (sic) e “Será que eu ainda vou ter forças pra lutar e mudar esse sistema?” (sic) apresentam como ponto comum uma posição da cliente de envolvimento e indignação diante de questões que extrapolam a sua atuação como professora em sala de aula. Desenvolver um espaço voltado ao acolhimento de alunos, à parte das atividades curriculares, pode ser compreendido como uma atitude impulsionada por um comprometimento com esses estudantes que ultrapassa suas atribuições no ensino formal. A primeira questão elaborada expressa a sobrecarga emocional descrita pela cliente durante seu processo, ligada especificamente ao desempenho dessa função de apoio e do contato com contextos de vulnerabilidade social nos quais seus alunos encontram-

se inseridos. A segunda, também ligada à sua relação com o campo político e social, anuncia um posicionamento enquanto profissional da educação.

*“Eu sempre achei a profissão de professor muito nobre e eu entrei nessa profissão com esse intuito (choro), de fazer a diferença socialmente, né, na vida dos meus alunos inclusive, ou principalmente, né. Então, talvez algum questionamento a respeito disso, né, é até que ponto essas relações ruins no ambiente de trabalho podem influenciar nessa desmotivação, ou se pode chegar a acarretar uma visão contrária à que eu tinha antes, né, do papel social do professor. Tipo, será que eu vou desistir disso, né? Da educação básica, por exemplo, por conta dessas relações. Ou, será que eu ainda vou ter força pra lutar e mudar esse sistema, né? Por enquanto eu tô nesses questionamentos. Eu tenho pensado muito sobre isso porque é uma coisa que tem me maltratado muito” (Elis – Sessão Inicial 01).*

No trecho acima, Elis caracteriza as relações que têm com seus colegas de trabalho como “ruins” (sic) e levanta o questionamento a respeito da influência dessa dinâmica de relacionamento na sua visão do papel exercido socialmente pelo professor. Destaca-se, quanto a isso, uma situação que se configura como um importante marco para a intensificação desses conflitos, referente a uma denúncia feita pela cliente direcionada a um dos professores do corpo docente da escola na qual atua. No que diz respeito à acusação, a cliente descreveu como inadequadas algumas condutas empreendidas pelo seu colega enquanto docente. O episódio provocou inúmeras ressonâncias nas relações interpessoais da instituição, haja vista a existência de posicionamentos contrários e favoráveis à queixa e às pessoas envolvidas.

Sublinha-se, na fala da cliente, alguns elementos que engendram o modo como ela qualifica o lugar de docente, sendo utilizada a palavra “nobre” (sic) para descrever o ofício de ser professor e a atitude de “fazer a diferença socialmente” (sic) como uma competência ligada a esse papel. Ambas as expressões se conectam a uma espécie de imaginário social imbricado à condição de educadora, que tem suas bases fundamentadas nas transformações históricas por meio das quais se constituiu o magistério no Brasil. Durante outra sessão, a cliente trouxe novamente em sua narrativa elementos que se articulam à ideia do seu trabalho como um dever que tem com a sociedade, tomando como ponto de partida para sua fala a identificação com um item presente em um dos instrumentos psicológicos administrados:

*“ (lendo o item) ‘Preocupo-me com todos’. E acho que eu sou mais ou menos assim mesmo, pelo que a gente tem trabalhado nas sessões, pelo que eu tenho dito. Minhas ações geralmente são ações no coletivo, então... eu acho que é isso, nesse sentido, né, de me preocupar muito com as pessoas que me cercam, né, com a sociedade, com o bairro, sei lá, né, já que eu trabalho numa escola que é uma instituição social. Então eu acho que é mais ou menos isso, assim que eu me sinto. Como um dever que eu tenho pra sociedade. E vez ou outra vinha uma pergunta sobre mim mesma, né, se eu penso nos outros mais do que a mim, uma coisa assim, e às vezes é isso” (Elis – Administração de testes padronizados).*

Fica evidente, na fala acima, o estabelecimento de uma preocupação que se manifesta na cliente em referência a uma instância coletiva, sendo destacado por ela o caráter social a partir do qual a instituição escolar é identificada. Se reconhecer no lugar de quem se preocupa “com todos” (sic) se entrelaça ao papel desempenhado enquanto professora, o que condiz, portanto, em suas palavras, com um “dever que eu tenho pra sociedade” (sic). Somada a este aspecto, a cliente descreve uma atenção que não somente se volta ao outro, mas que, por vezes, ultrapassa o cuidado que tem consigo. A exposição desses elementos traz à tona problemáticas que enunciam elementos intimamente implicados à construção social atrelada à condição feminina, dada a relação que se estabelece com características como sacrifício, solidariedade e entrega.

No que se relaciona a isso, salienta-se a proposição de Louro (2007) a respeito das características tecidas historicamente relativas ao papel de professora, sendo afirmado pela autora que, ao se perceber tais representações, “(...) não se está apenas observando indícios de uma posição feminina, mas se está examinando diretamente um processo social através do qual uma dada posição era (e é) produzida” (p. 464). Neste ponto, discutir sobre as representações que se ligam a um determinado grupo pressupõe a reflexão associada à dinâmica de poder na qual esse grupo está inserido, identificando-se quem, em posição dominante, exerce seu poder para atribuir representações e quem é simbolicamente representado.

Partindo disso, apreender o modo como as mulheres e, de maneira específica, as professoras foram e são socialmente representadas significa pensar *quem* as define. Converge-se, portanto, para a centralidade do fato de que, no movimento histórico, a produção da figura feminina se deu conformada por ditames patriarcais, de modo que a atribuição de determinadas características ao papel de professora não se associa de maneira coerente com as competências realmente necessárias ao cumprimento da função, mas esteve submetida aos interesses do capital. Assim sendo, as professoras não se autodefiniram, mas, tendo sua representação subjugada às definições empreendidas por homens, acabam, constantemente, se produzindo de acordo com tais proposições (LOURO, 2007; ROSA, 2011).

Ao se falar sobre a existência de uma imagem de professora, é necessário compreender um cenário que constrói representações e, de maneira não aleatória, as dirige a um grupo social específico de acordo com os interesses da classe dominante. Verificar de que modo tais representações compõem atualmente possibilita uma reflexão acerca da manutenção do processo de feminização até o presente momento e suas implicações na definição de ser professora (ROSA, 2011). É interessante observar, nos relatos de Elis, a

maneira pela qual ela se descreve e o lugar de onde ela parte para explicar elementos que considera próprios de sua “personalidade” (sic):

*“Elis: Eu me preocupo com Deus e o mundo (risos). Com coisas da escola, com coisas da família, com colegas do trabalho, com alunos. Sempre tem alguém com quem eu esteja preocupada, ou interessada, em, sei lá, em ajudar, ou alguma coisa assim. Eu acho que deve ser da minha personalidade (risos), né, eu ser assim mesmo. E é isso. Psicóloga 2: E o que você acha que tá por trás desse desejo de ajudar?”*

*Elis: Talvez a minha formação como professora, eu acho que principalmente isso. Antes de eu ingressar no curso de Biologia eu fiz o curso técnico em Enfermagem, também, né. Então eu acho que se eu não tivesse passado no vestibular na época eu teria ficado no campo da Enfermagem, né, porque eu já tava estagiando em hospital, e eu gostava muito, era muito gratificante, então... eu acho que essas duas carreiras, talvez, juntas, né, que são, que são carreiras de cunho social. De você ajudar o outro, de você se importar com o outro, não sei. Eu acho que estão relacionadas a isso. E o professor fala-se da professora, né? E de ter meio que uma missão, né, de lecionar, de estar perto dos meninos, da comunidade e tudo. E a minha escola é uma escola do meu bairro, então, sem querer mesmo a gente se envolve, porque faz parte da nossa vida também. Então é isso, eu acho que tá relacionado a isso. Não tinha pensado em Enfermagem, que eu lembrei agora, né. Mas deve ter influência aí também” (Elis – Sessão de Intervenção).*

Ao associar diretamente o desejo de ajudar à sua formação como professora, a cliente expressa o modo como aspectos associados à feminização da docência são introjetados e se articulam na produção de um papel social muito específico. Em sua própria narrativa, ela marca esse lugar como ocupado por mulheres, destacando que “fala-se da professora” (sic), a quem é designada a função de lecionar como uma “missão” (sic). Somada à sua trajetória na educação, a cliente situa sua aproximação com a Enfermagem, por meio de um curso técnico, como um dos elementos que estariam envolvidos nesse interesse em ajudar o outro e preocupar-se com “Deus e o mundo” (sic). Sentir-se grata pela possibilidade de contribuir com outras pessoas se configuraria como uma consequência direta, comparecendo como uma recompensa intrínseca a essa seara de “carreiras de cunho social” (sic).

Sublinha-se, no relato descrito, a ênfase dada pela cliente no ato de ajudar, sendo delineado como uma espécie de predisposição natural vinculada à sua “personalidade” (sic). Não é incomum a prevalência de explicações que se aproximam da narrada pela cliente, sendo necessário um olhar atento que se dirija às nuances que incidem sobre este campo. É fundamental, neste movimento reflexivo, considerar a vivência descrita em relação com o contexto historicamente determinado no qual ela emergiu, sendo impossível o descolamento dessas duas instâncias. Ao se debruçar sobre o relato apresentado, percebe-se a forma como os arranjos culturais incidem no modo como os sujeitos se subjetivam e se autodefinem, sendo interessante constatar a aproximação historicamente instituída entre os campos do magistério e da enfermagem a partir da atuação fundamentalmente feminina nessas áreas. Almeida (2014) tece uma discussão na qual se compreende a identificação entre esses dois campos:

A responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. O trabalho somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, *qualidades inerentes às mulheres*, premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas à saúde, como enfermeira ou parteira. A ideia de alocar às mulheres a *sagrada missão* de educar transitou por décadas no imaginário social (pp. 66-67, grifos da autora).

A autora demarca, em sua exposição, o laço comum que une as duas carreiras, observando a maneira pela qual a atuação feminina nessas profissões passava por um processo de legitimação social. Educar, portanto, se aproximava da ação de cuidar, na Enfermagem, ao se identificarem nos dois âmbitos competências construídas em torno de um lugar feminino. A produção desse lugar fundamentava-se, sobretudo, no acionamento de representações naturalistas que serviam à manutenção de papéis sociais estáveis, elegendo-se a mulher como portadora de características que a predispunham à execução de atividades de cuidado. Simbolicamente, o desempenho dessa função deveria ser intrinsecamente gratificante, na medida em que se constituiria como um ato de nobreza.

A compreensão dessa dinâmica enseja uma análise da narrativa de Elis a partir de sua correspondência com o movimento histórico. Com esta ideia, não se pretende evocar uma enunciação que reitera os significados e sentidos que consolidam o lugar da mulher na docência, mas, na contramão disso, investir em uma observação que situa social e historicamente o movimento pelo qual se deu a construção dessa profissão possibilita compreender o que está em jogo no processo de feminização do magistério. Para além de um acontecimento datado no tempo, a massiva destinação de mulheres ao cargo de professora é permeada por questões políticas, mercadológicas e simbólicas, delineando-se ressonâncias atuais como importantes manifestações associadas a esse processo.

Dentre os múltiplos efeitos decorrentes da feminização sobre a educação escolar, sublinham-se as implicações nas formas de organização do trabalho docente, bem como o estabelecimento do que seriam as qualificações necessárias para a ocupação de diferentes cargos no campo educacional. Um fator importante destacado por Rabelo (2007) refere-se à instância política e mercadológica correlata à demanda de expansão de ensino estimulada pela modernidade, o que culminou na necessidade de o governo dispender menos verbas para o pagamento dos professores. Com a ampliação das escolas, impõe-se a carência de mão de obra barata, o que, como já discutido, foi suprida com a atribuição das mulheres aos cargos de magistério justificada pela premissa da vocação natural feminina. Os homens, assumindo a

posição contrária à redução de seus salários, passariam assim a ocupar, cada vez mais, os cargos de gestão.

Esse movimento converge para reverberações atuais referendadas por um mercado de trabalho que permanece tendo o sexo dos trabalhadores como uma de suas bases estruturantes. Parte-se, aqui, das especificidades que norteiam a ocupação de diferentes cargos e suas relações de poder em um cenário em que o ideal igualitarista ainda se configura como um horizonte distante de acontecer. No setor educacional, as consequências relativas à histórica atribuição das funções administrativas aos homens não se limitam somente à disparidade salarial em referência às professoras, mas se refletem nos territórios simbólicos, institucionais e relacionais.

As vivências descritas por Gal em seu processo de AT colaboram para endossar discussões relativas às relações de poder ao se falar sobre cargos de gestão ocupados por mulheres na docência. Durante o período dos atendimentos, a professora estava alocada como coordenadora de um curso superior em uma instituição de ensino federal, trazendo em seus relatos inúmeras queixas vinculadas ao desempenho dessa função. Em sua narrativa, a cliente descreveu situações problemáticas atreladas à execução de suas atividades de gestão, associando as dificuldades sentidas à dinâmica de relacionamento que estava sendo construída com os demais professores. Segundo ela, o início do cumprimento de suas atribuições enquanto coordenadora incidiu diretamente no modo como sentia suas relações com os colegas de trabalho:

*“Do trabalho, o que eu tenho mais dificuldade não é atender uma demanda: ‘ah, você tem que fazer uma planilha ali pra entregar até dia tal, tem que fazer o levantamento do orçamento pra construção e recuperação da quadra... não, não é nada disso, não é nenhuma atividade burocrática, é a... falei disso eu lembrei de uma coisa que eu não fiz (risos). É a demanda... não, não é a demanda, é o trato e o destrato, ação e reação, entre os professores que eu coordeno. Antes de eu ser coordenadora, eu não tinha nenhum problema com nenhum deles. Hoje, sendo coordenadora, uma hora eu tô bem, uma hora eu não tô. A partir do momento que eles têm as solicitações atendidas, aí tá tudo maravilhoso, a partir do momento que eles não têm, tem um ‘nãozinho’ na vida deles, aí eu viro a bruxa. E aí é difícil cobrar as pessoas a fazerem o que é pra ser o óbvio, o que é pra ser obrigatório [...]” (Gal - Sessão Inicial 01).*

Um elemento que chama a atenção, no relato da cliente, é o uso da palavra “bruxa” (sic) para adjetivar a si mesma em um momento específico na relação com seus colegas, referente à circunstância na qual nega alguma solicitação dirigida a ela enquanto coordenadora. Atentando-se ao lugar da palavra, o uso pejorativo de tal termo remonta a uma arena simbólica que circunscreve um lugar marcadamente feminino, sublinhando-se a ausência de seu uso em referência à depreciação masculina. Em Federici (2019), é possível aprofundar-se sobre as



motivações sociais conectadas ao movimento denominado de “caça às bruxas”, ocorrido especialmente durante o século XVIII<sup>7</sup>. Ao evidenciar o ambiente que estava no bojo das acusações de “bruxaria”, a autora ressalta a necessidade de se reconhecer a perseguição realizada durante esse período como um fenômeno histórico que tem como um de seus efeitos principais a legitimação da violência dirigida às mulheres.

De acordo com Federici (2019, p. 57) “O fato de ter sido comumente assumido que a personificação do diabo era uma mulher teve profundas consequências para a condição das mulheres no mundo capitalista que a caça às bruxas ajudou a construir”. A análise das relações materiais implicadas na emergência de fenômenos como a caça às bruxas enseja à reflexão sobre a complexidade histórica que está por trás dos usos normalizados de determinados termos. É importante considerar, portanto, que a desigualdade da carga assumida pela enunciação de um conteúdo em referência ao gênero de quem ele caracteriza não existe ao acaso, mas põe em jogo elementos políticos que produzem e são produzidos nas relações sociais.

“Virar a bruxa”, no caso de Gal, está diretamente associado ao ato de assumir um posicionamento e dizer “não” diante de determinadas demandas de seus colegas. Trata-se de uma problemática frequentemente narrada por ela como uma dificuldade vivida enquanto coordenadora, havendo um destaque importante às consequências que se conectam a esse “não”:

*“Analisando essas duas situações em que eu disse ‘não’, que eu me senti muito bem, apesar de sofrer as consequências enormes, né? Por exemplo, no ‘não’ do PAD [Processo Administrativo], o grupo se voltou contra mim, no ‘não’ da disciplina da professora de natação, a professora se voltou contra mim... é... eu tive forças de dizer o que eu não gostaria de fazer, mas em compensação eu sofri consequências, né? Aí, até que ponto é bom ficar dizendo ‘não’? Até que ponto eu tenho estrutura pra aguentar as consequências do ‘não’? E também ficar agradando todo mundo não é legal, porque não melhora em nada [...] O que que é melhor? Eu ficar numa zona de conforto, eu ficar tipo num banho Maria, né, pra todo mundo... é o famoso ser político, né, muita gente chega pra mim: ‘Você, tu tem que ser mais política’. Eu, política é ser... não é ser política. As pessoas hoje usam a palavra política pra dizer que... utiliza a palavra política pra falsidade na verdade” (Gal – Sessão Inicial 01).*

O questionamento de Gal no que diz respeito ao ato de dizer “não” configura-se como um dos principais aspectos discutidos durante as sessões, sendo atestada sua centralidade inclusive no decurso da elaboração de suas perguntas para avaliação. Descrita como “Como dizer não da melhor maneira possível?”, a quarta pergunta desenvolvida pela cliente para orientar seu processo de AT indica a preocupação voltada aos efeitos dessa atitude, os quais parecem ressoar diretamente na dinâmica de relacionamento com os demais professores. É

<sup>7</sup> Tema que será abordado de maneira mais específica no tópico “Controle e Objetificação do corpo feminino”.

interessante notar a forma com a qual ela optou por delimitar sua questão, aproximando a problemática para o terreno da assertividade ao tentar refletir sobre o modo como expressava esse ‘não’.

Se, por um lado, verifica-se a importância de se ponderar sobre as próprias atitudes e buscar a melhor forma de se comunicar, por outro, levanta-se a discussão sobre os aspectos que estão envolvidos na forma como é vista uma mulher se posicionando em um cargo de gestão. Relacionado a isso, sublinha-se um trecho do relato da cliente em que ela levou ao seu chefe uma adversidade vivenciada com uma das professoras do corpo docente, sendo descrita pela cliente uma situação em que a referida profissional havia negado uma solicitação para que acompanhasse um grupo de alunos em um evento:

*“[...] Eu peguei essa informação e passei pro meu superior da parte esportiva, aí ele disse que eu tinha que me posicionar à altura da resposta dela, eu disse ‘como??’, ele, ‘seja dura!’, aí eu disse ‘eu não consigo’, porque ele queria que eu fosse tipo firme e que eu me impusesse, que eu falasse no mesmo tom de igualdade que ela tava falando, aí eu disse que eu não ia fazer isso não. Aí eu me acho medrosa, às vezes, me acho mole, eu acho que as pessoas podem ver isso em mim e se aproveitar: ‘não, não vou fazer, que ela faz’, ‘não, eu não vou aqui porque ela não vai bater de frente comigo’. E também vejo às vezes, que as pessoas... por eu ser mais nova, que as pessoas reconhecem que eu me sinto mais nova e talvez incapaz de passar por cima deles, aí montam, aproveitam mais um pouquinho pra montar mais um pouquinho. Se ia demorar dez segundos na montaria, demora mais vinte (risos). Aí eu vi... eu me vi assim, nossa ele quer que eu me posicione à altura da resposta dela, não imaginava que ele fosse mandar eu fazer isso. Achei que ele tipo ia dizer ‘não, ela vai ser a... ela vai ter que ir’. Não, mas ele mandou, jogou a bola foi pra mim, dizendo que eu é quem tenho que me posicionar pra fazer com que ela perceba que ela tem que ir” (Gal – Sessão Inicial 03).*

Alguns pontos podem ser levantados a partir do enxerto em questão, a começar pela explicitação de um diálogo no qual Gal foi orientada, por seu “superior” (sic), a ser “mais dura” (sic) em uma circunstância conflituosa, ao que ela respondeu com “eu não consigo” (sic). Percebe-se, pelas falas seguintes da cliente, que certos elementos podem estar implicados nessa resposta, tais como a conformação de uma autodefinição representada por características como “mole” (sic) e “medrosa” (sic), somada ao sentimento de que os demais professores se aproveitam de sua pouca idade e incapacidade de “passar por cima deles” (sic) para se favorecerem nas atividades que lhe são delegadas. Durante a sessão posterior, a cliente retomou a situação, afirmando que, em parte, gostaria de seguir a indicação de seu gestor, mas não o faz por receio de fortalecer uma imagem que, segundo ela, a equipe docente já tem dela:

*“Psicóloga 3: Deixa eu te fazer uma pergunta só pra ver se eu entendi aqui. O teu gestor pede pra você bater de frente e aí você... você... embora talvez gostaria de*

*bater de frente, não bate, porque senão você vai alimentar essa imagem que eles têm de você de ser um pouco... não sei nomear...*

*Gal: Pode dizer grossa, porque assim, na verdade eu sou muito objetiva. Eu sou muito objetiva e eu não sei... é... usar palavras doces e carinhosas pra falar uma coisa que deveria ser dita da forma como deveria, não sei.*

*Psicóloga 3: E aí se você atendesse a esse pedido do seu gestor, você acha que seria ainda mais grosseira?*

*Gal: Eu acho.*

*Psicóloga 3: E é uma imagem que você não quer passar.*

*Gal: Eu não quero, eu não quero ser vista assim. Eu sei que todo gestor ele tem, é... é... o lado negativo, que chamam de ônus, né? Da gestão, que é a exclusão do meio mais... do meio de relacionamentos [...]” (Gal - Administração de testes padronizados).*

Nesse momento, a cliente se utiliza da palavra “grossa” (sic) para caracterizar a forma como, segundo ela, os professores a representam, o que seria fortalecido pela atitude de “bater de frente” (sic) com eles. Sobrepondo-se a isso, ela se define como “objetiva” (sic) ao descrever a maneira com a qual se comunica, o que estaria em oposição à utilização de “palavras doces e carinhosas” (sic). Os trechos apresentados convergem para a discussão que tem como ponto de partida o questionamento relativo ao imaginário que se constrói em torno da ocupação de cargos de gestão por mulheres. Se, por um lado, parece haver uma expectativa de que, enquanto líder, a mulher se posicione de maneira firme, por outro, tal firmeza pode ser interpretada como grosseria na medida em que, por se tratar de uma mulher, espera-se um comportamento mais cuidadoso e afetuoso nas relações interpessoais.

A elaboração de tais concepções encontra-se atrelada a um arranjo social no qual há não somente uma segmentação do mercado de trabalho referendada pelo gênero, mas também um processo de hierarquização integrado a isso (ARRUZZA, 2019). Neste sentido, à desigualdade de valoração das diferentes ocupações incorpora-se a linha que divide as funções destinadas ao lugar feminino daquelas que, assimetricamente, são dirigidas ao masculino. Essa dinâmica, resultante de determinações históricas e materiais conectadas à sub-representação feminina em esferas de poder superiores, incide nas dimensões simbólicas que fundamentam a percepção social acerca das qualidades requeridas para cada atividade e das qualidades portadas por cada trabalhador, homem ou mulher (CARVALHO, 1996).

Ao levantar a necessidade de se empreender uma discussão orientada pelas relações de gênero no campo da atividade docente, Carvalho (1996) aciona a categoria da qualificação, repensada a partir da noção de divisão sexual do trabalho. Partindo da articulação das relações sociais que constituem tal conceito, a autora se aproxima de uma abordagem que compreende a qualificação para além das características concretas atreladas à tarefa a ser executada, evidenciando as dimensões simbólicas que a integram. Sublinha-se, nesse ponto, as

reverberações consonantes às relações de gênero nas definições de qualificação e desqualificação, sendo atribuídos diferentes significados à qualificação masculina e à feminina. Segundo Souza-Lobo (1991 *apud* CARVALHO, 1996, p. 80),

[...] quando homens e mulheres realizam a mesma tarefa, quase sempre as mulheres são consideradas menos qualificadas, situação que só pode ser explicada pela representação social do feminino e pelas relações sociais de gênero como um todo, e não pelas características da tarefa.

Tratando-se, notadamente, da função de gestão ligada à docência, os efeitos se especificam em conformidade com a compreensão histórica que permite traçar uma articulação entre os motivos que impeliram a massiva ocupação das salas de aula por mulheres e o processo de precarização do ofício de professora. Aproximar, empiricamente, o magistério das funções desempenhadas pela mulher no ambiente doméstico vincula-se, também, à compreensão de que as habilidades adquiridas pelas mulheres em seu processo de socialização deveriam limitar-se àquelas voltadas ao cuidado.

Esse fenômeno, que se imbrica à imposição de fronteiras limitantes para a ascensão profissional feminina, produz efeitos nas dimensões materiais e subjetivas que perpassam a estratificação sexual da carreira docente. As justificativas para a delimitação desse limite têm como uma de suas bases o determinismo biológico que compreende a existência de atributos ou habilidades inerentes ao sexo. Buscando responder ao questionamento relativo ao modo como as concepções sobre o que é socialmente definido como masculino e feminino aparecem nas vidas de professores e professoras, Vianna (2002, p. 93) afirma:

Os significados femininos e masculinos definem as relações entre professores/as e alunos/as no espaço escolar e no sindicato da categoria docente. Eles se baseiam nas diferenças entre os sexos, mas indicam também uma construção social – com base nessas diferenças – que ajuda a explicar as relações de poder que definem a divisão sexual do trabalho e a inserção das mulheres em profissões ligadas a funções consideradas femininas e socialmente mais desvalorizadas. O esquema binário que situa o masculino e o feminino como categorias excludentes estende-se para definições do que é ser homem e do que é ser mulher, professor e professora em nossa sociedade. Essa dicotomia cristaliza concepções do que devem constituir atribuições masculinas e femininas e dificulta a percepção de outras maneiras de estabelecer as relações sociais.

Demarcam-se, aqui, os efeitos produzidos por esse sistema dicotômico e binário alinhados aos interesses patriarcais vigentes. Neste cenário, a já adversa inclusão das mulheres nos quadros de coordenação não se qualifica como inexistente, mas como subalternizada (CAPELLE, MELO, SOUZA, 2013). As relações de poder permanecem se manifestando de

diferentes formas, inclusive, no questionamento da conduta de uma mulher ocupando cargo de gestão. Parece ganhar força, no caso de Gal, a reiteração de um modo de ser feminino socialmente esperado, a saber, a professora que utiliza “palavras doces e carinhosas” (sic) para coordenar sua equipe. Não seguir essa norma de conduta coincide com a produção de uma imagem de pessoa rude, representada como uma “bruxa” (sic) que opta por se posicionar a “ser política” (sic).

Ao arranjo que se desdobra dirige-se uma reflexão: De que maneira as atitudes de Gal seriam representadas caso se tratasse de um homem as executando? Não se tentando tecer uma resposta como fim, o questionamento que se manifesta como inquietação propõe uma reflexão que se dispõe a nível particular, mas não dá conta de explicitar as reais problemáticas apreendidas. Compreender os elementos que atravessam a vivência de uma mulher ocupando um cargo de coordenação é necessário, inclusive, para ponderar sobre a ilusória reivindicação neoliberal vinculada à necessidade de as mulheres ocuparem cargos de liderança. Consonante a isso, é fundamental o caráter central da problematização levantada por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) a respeito da quebra do teto de vidro<sup>8</sup>, sendo defendido pelas autoras que esse tipo de pretensão não se configura como um mecanismo de questionamento do capitalismo, mas, na contramão disso, fortalece e perpetua a exploração de mulheres mais pobres. Acerca disso, Souza (2006) defende que

[...] o avanço significativo do número de mulheres em cargos de direção, que ocorre, no atual momento histórico, não representa um rompimento do padrão de dominação/opressão de gênero, mas, pelo contrário, revela um aprofundamento dessa opressão/dominação, visto que esse ascenso se dá de forma subordinada, sem alterar, substancialmente, a objetividade/subjetividade das determinações que recaem sobre as mulheres, na medida em que as novas exigências, que os cargos de direção lhes trazem, somam-se às patriarcais exigências que elas tinham de cumprir como destino de gênero.

Em coerência com o que se afirma em Souza (2006), destaca-se que, para além dos elementos individuais percebidos em Gal, é necessário situar os fenômenos no campo coletivo, salientando-se que a ocupação dos espaços de direção/gestão por mulheres não é indicativo de uma ruptura com o que está na base da divisão sexual do trabalho. As queixas da cliente, referendadas pela sua posição dentro das relações sociais, anunciam a manutenção de uma

---

<sup>8</sup> “O conceito de teto de vidro foi introduzido na década de 1980 nos Estados Unidos para descrever uma barreira que, de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional. Tal barreira afetaria as mulheres como grupo, impedindo avanços individuais exclusivamente em função de seu gênero” (STEIL, 1997, pp. 62-63).

ordem social alinhada aos interesses do capital, estando os efeitos dessa dinâmica expressos direta e indiretamente no que é trazido como problemático pela cliente.

Os diferentes conteúdos explorados a partir das narrativas de Elis e Gal constituem-se como importantes elementos para se perceberem as implicações diretas da feminização do magistério no exercício da profissão docente. As representações que se alinham à atuação feminina na função de professora não se restringem a uma época datada no tempo ou à ocupação de espaços específicos na instituição escolar, mas entoam nos diferentes modos de vivenciar a profissão na posição de mulher. Ao serem evidenciadas repercussões nos fazeres, discursos e relações interpessoais, sublinham-se as determinações históricas e sociais que marcam as relações generificadas nas práticas institucionais. Neste sentido, reitera-se a importância de uma problematização que tenha como direcionamento a contestação das engrenagens capitalistas e patriarcais das quais se resultam as normas sociais:

O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo, apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do status quo consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações feministas. Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios. Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservada aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades pelas quais é responsável a sociedade (SAFFIOTI, 2015, pp. 113-114).

Com a afirmação de Saffioti (2015), anuncia-se um posicionamento que, na contramão de adjetivar os interesses patriarcais apenas como conflitantes em referência aos movimentos feministas, situa-os como contraditórios. A isto liga-se a ideia de que não é condição suficiente a quebra do “teto de vidro”, e nem a tomada de consciência das restrições instauradas pela educação de gênero em um sentido individual, mas, fundada em uma instância coletiva, a opressão só pode ser suplantada também pela via da radicalidade das estruturas. Isso é importante, de maneira específica neste tópico, para que se possa operar com o fenômeno da feminização do magistério a partir das clivagens com a historicidade da apropriação da força de trabalho feminina, compreendendo-se, portanto, que as mulheres não são dominadas somente *para que* seu trabalho seja explorado, mas também *porque* seu trabalho é explorado.

### ***5.2.2 Divisão Sexual do Trabalho ou “Dar o que não se tem”***

Considerar o trabalho como a base material pela qual se exprimem as relações sociais indica uma posição política que reclama a construções culturais tão profundamente incrustadas nos modos de organização social que parecem ter suas raízes enlaçadas em uma natureza original. Nesta esfera, é mister situar como elemento imprescindível à luta de classes a questão das divisões engendradas pelo capitalismo no interior do proletariado mundial, destacando-se elementos vinculados às discriminações sexual e racial como importantes imperativos dessas divisões. Evidencia-se, nesse ponto, a centralidade do movimento feminista na redefinição do que constitui o trabalho, sendo trazidas à tona uma série de atividades essenciais à vida conformadas no movimento histórico como trabalho oculto.

Em uma perspectiva marxista a respeito do modo capitalista de produção, fala-se de força de trabalho a partir de sua intrínseca capacidade de gerar valor, ao passo que, por meio dela, se transforma a natureza e criam-se as mercadorias para consumo. Os mecanismos de dominação repousam na apropriação, por parte dos capitalistas, da força de trabalho proletária (MARX; ENGELS, 1998/1848). Partindo-se de tal asserção, vale-se do questionamento levantado por Bhattacharya (2019) como ponto de partida à compreensão de outro campo, imbricado como pressuposto integrado a essa lógica produtiva: “Se a força de trabalho produz o valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida?” (p. 102).

As reverberações dessa questão suscitam à esfera da reprodução social, situada como uma arena não remunerada de trabalho que se vincula especialmente às atividades domésticas e de cuidado familiarizado. A força de trabalho produtiva pressupõe, portanto, uma força reprodutiva que possibilita os meios de vida básicos necessários ao trabalhador, configurando-se como uma rede fora da economia formal a um custo bem baixo para o capital. O papel desse tipo de atividade é, portanto, encoberto e renegado, ao passo que “longe de ser valorizada por si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 52). No que concerne às concepções vinculadas ao estudo da atividade de reprodução da vida, notabilizam-se diversas compreensões relacionadas ao campo teórico desenvolvido por diferentes autoras feministas, sendo acionadas múltiplas categorias analíticas em suas apreensões.

No tocante à divisão capitalista do trabalho, anuncia-se a conceituação traçada por Kergoat (2009) em referência à divisão sexual do trabalho, deliberada como “a forma de divisão de trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” (p. 67), historicamente conformada de acordo com os valores específicos de cada sociedade. A definição elucida a base materialista

a partir da qual a autora fundamenta sua representação, destacando-se o uso da expressão “relações sociais de sexo”. Kergoat (2009, 2010) defende a ideia de que, implicada à lógica patriarcal, a divisão sexual do trabalho se organizaria em torno de dois princípios, a saber, o de separação e hierarquização.

De maneira sucinta, pode-se compreender o primeiro a partir da concepção de que existiriam trabalhos destinados a cada um dos sexos, cabendo aos homens o desempenho de atividades remuneradas – esfera produtiva - ao passo que, às mulheres, incube-se historicamente a função de educar os filhos e realizar o trabalho doméstico – esfera reprodutiva. De maneira complementar, o princípio de hierarquização estaria relacionado à concepção valorativa do trabalho, sendo historicamente imputado um valor superior às atividades desempenhadas pelo homem. Esses princípios encontrariam sua legitimação na ideologia naturalista que reduz o gênero ao sexo biológico, atribuindo-se a este último o caráter decisivo para a conformação do que seriam os “papeis sociais sexuados” (KERGOAT, 2009, 2010). Atenta-se, aqui, à forma autoritária e empobrecedora a partir da qual são atribuídas qualidades aos seres humanos tomando-se de maneira equiparada as categorias de sexo e gênero. Na contramão dessa perspectiva, reitera-se a ideia de superação dos mecanismos limitantes que permeiam o sistema sexo-gênero, o que extrapola a simples desvinculação deste último – o gênero - à sua base material – o sexo.

Devreux (2005) situa a divisão sexual do trabalho como uma das modalidades de expressão das relações sociais de sexo, sendo necessário, segundo a autora, compreendê-la em articulação com outras duas atividades, denominadas divisão sexual do poder e categorização. Em suas palavras, “essas três modalidades de divisão e de hierarquização dos homens e das mulheres, de sua atividade de trabalho, de seu poder e dos valores ligados a ambos constituem a relação social de sexo ela mesma, propriamente falando” (p. 567). Nessa perspectiva, a esfera da divisão sexual do trabalho não somente atravessaria os campos do trabalho produtivo e reprodutivo, mas os articularia ao integrar ou excluir as mulheres ao campo da produção, devolvendo-as completa ou parcialmente à esfera reprodutiva de acordo com os momentos e necessidades dos dominantes.

De maneira transversal, a divisão sexual do poder se assentaria tanto sobre a divisão sexual do trabalho quanto sobre a categorização, a qual está relacionada à delimitação de categorias ligadas ao sexo. Devreux (2005) localiza a gênese do poder masculino na divisão das funções produtivas e reprodutivas, ao passo que, segundo ela, a cidadania respectiva dos homens e das mulheres define-se socialmente em função do lugar que supostamente ocupam na esfera do trabalho e da família. A categorização se situaria como o terceiro modo de ação



das relações sociais de sexo, operando com o estabelecimento de definições sociais relativas ao homem e à mulher.

É nesse campo que se delimitaria o que é ou não trabalho, o que é certo ou não para uma mulher e para um homem, o que é ou não possível para uma mulher e para um homem, bem como o que é socialmente aceitável ou desprezível a partir dos significados hierarquizados para homens e mulheres. A autora chama a atenção para o fato de que se trata de uma categorização totalmente assimétrica, na medida em que a condição masculina seria tomada como a norma de referência, dispensando a especificação de seus termos. Fixando-se em uma oposição entre o masculino e o feminino, a categorização organizaria um cenário em torno de um sistema de atributos, normas e valores, legitimados ideologicamente pelo biologicismo a que se valem as explicações naturalistas (DEVREUX, 2005).

Na contramão da ideologia dominante, a teorização direcionada à divisão sexual do trabalho se alicerça na caracterização de práticas sexuadas enquanto construções resultantes das relações sociais. Nessa perspectiva, salienta-se a centralidade das contribuições feministas para que pudessem ser repensados os desdobramentos associados às atividades desempenhadas no seio familiar, bem como as representações vinculadas à própria família. A esse respeito, Federici (2021) demarca a família, como se conhece no Ocidente, com base na relação estabelecida com o capital, tratando-se de uma instituição que emerge e se solidifica enquanto tal a partir da necessidade de se garantir a quantidade e a qualidade da força de trabalho.

É a partir dessa caracterização que a autora defende a ideia de que “a família é, em essência, a institucionalização de nosso trabalho não assalariado” (FEDERICI, 2021, p. 33). Tratando-se de uma concepção avessa ao imaginário culturalmente construído em torno do seio familiar, a definição que a autora apresenta vai de encontro ao que se convencionou chamar de família, sendo tecidas duras críticas à glorificação de aspectos como amor e cuidado enquanto critérios inerentes e orientadores das relações familiares. A análise formulada por Federici (2021) leva em conta, fundamentalmente, os efeitos produzidos pela representação tradicional de família sobre as mulheres, a quem historicamente se atribui a função de executar as atividades necessárias à reprodução da vida.

Nessa dinâmica, a autora irá situar o salário como elemento balizador à compreensão do que se definiria ou não como trabalho, reiterando as implicações da distinção entre mulheres “que trabalham” e mulheres que são “apenas donas de casa”. Segundo a autora, o processo separatório nesses termos fortaleceria a ideia de que o trabalho doméstico não é trabalho, um movimento de recusa e invisibilidade mediante a ausência de remuneração.

[...] como mulheres, percebemos que o trabalho para o capital não resulta necessariamente em um contracheque nem principia ou termina nos portões da fábrica. Assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra -, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas (FEDERICI, 2021, pp. 28-29).

A autora sublinha que não pretende, com essa ideia, expressar o desejo de que o trabalho executado na esfera doméstica seja legitimado como parte das “forças produtivas”, inclusive porque, enquanto classe trabalhadora, ser produtiva refere-se tão somente a ser explorada. Em contraponto a isso, dizer que o trabalho doméstico, segundo Federici (2021, p. 31), é “um momento da produção capitalista” permite elucidar qual a função dessa atividade na divisão capitalista do trabalho, assim como as conformações específicas que devem ser assumidas no campo da luta para a destruição do capital.

No tocante à seara teórica constituída pelas diferentes proposições a respeito do campo da divisão sexual do trabalho, ressalta-se a linha traçada por Arruzza (2019), que compreende as concepções desenvolvidas no campo feminista a partir da relação que se estabelece entre classe e gênero. A autora demarca, para fins analíticos, os pontos que aproximam e diferenciam as contribuições teóricas do campo do feminismo materialista do movimento denominado “salários para o trabalho doméstico”. Ao primeiro, no qual se situa o trabalho de Kergoat (2009, 2010) e Devreux (2005), contrapõem-se expoentes feministas que levantam a causa da remuneração para as atividades reprodutivas, sendo apresentada a ideia central de Federici (2021) como uma das principais representantes dessa causa.

De acordo com Arruzza (2019), as duas concepções partem do reposicionamento da relação de classe e gênero sob o mesmo ponto de vista, a saber, aquele que compreende o gênero enquanto classe. O marco que evidencia o afastamento teórico é demarcado pela instância a quem se atribui a apropriação do trabalho doméstico. Se, no feminismo materialista, discute-se a ideia de que os homens se apropriam do trabalho reprodutivo e são os beneficiários diretos deste, as feministas dos “salários para o trabalho doméstico” congregam com a ideia central de que a estrutura capitalista foi a responsável por transformar o papel e a instituição família e excluir as mulheres do campo produtivo. A partir daí, depreende-se que as

consequências políticas vinculadas a cada um dos dois enfoques se distinguem, especificadas a partir da centralidade dada às diferentes estruturas.

Desse modo, no primeiro caso, referente ao feminismo materialista, ganha ênfase o efeito vinculado ao pressuposto de que existem relações de produção diferentes daquelas propostas pelo capitalismo, as quais se baseariam na divisão sexual do trabalho dentro da família. Essa posição culmina com a ideia de que existe uma classe composta por mulheres, que estabeleceria uma relação antagônica com a classe masculina de exploradores – haja vista o caráter produtivo a partir do qual a dinâmica é tomada. Assim, de acordo com essa tese, embora o capitalismo sustente o modo de produção patriarcal, e, portanto, deva ser combatido, o “inimigo principal” das mulheres é o patriarcado.

Argumenta-se como ponto problemático dessa linha teórica o apagamento das classes fundamentais do capitalismo – classe trabalhadora e burguesia -, ao ser abordado como horizonte, pelo feminismo materialista, a necessidade de as mulheres se posicionarem enquanto classe dentro do patriarcado. Nessa perspectiva, há uma aparente equiparação entre, por exemplo, a dona de casa esposa de um operário petroquímico, e a esposa de Bill Gates, na medida em que ambas compartilhariam as mesmas relações de servidão em referência aos cônjuges. Salienta-se, assim, o evidente equívoco em se considerar que a opressão feminina assume a mesma forma para todas, independentemente de classe social ou raça (ARRUZZA, 2019).

Por outro lado, ao defender a tese de que as mulheres sofrem da mesma exploração que os homens e, assim, compartilham do mesmo inimigo - o capitalismo - o movimento do feminismo dos “salários pagos para o trabalho doméstico” se utiliza de uma confusão analítica ao abordar que o trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres se integra à esfera produtiva e contribui para criar valor de mercadoria. Em sua discussão, Arruzza (2019) destaca a importância dessa teoria às lacunas da teoria marxista no que se refere às análises do papel do trabalho na reprodução da força de trabalho, mas aponta as inquietantes consequências políticas vinculadas a essa perspectiva.

A autora sublinha o fato de que a demanda de salário para as atividades domésticas não somente não desafia a divisão sexual do trabalho, como na realidade a reforça, colaborando para que a mulher permaneça dentro de casa e, portanto, isolada da produção e de uma vida social ampla. Somado a isso, Arruzza (2019) salienta que propor salário para o trabalho doméstico se situa como o pagamento pela produção de uma mercadoria, quando, na realidade, o trabalho familiarizado se mantém integrante da esfera de reprodução das condições que possibilitam que a força de trabalho esteja presente no mercado como mercadoria.

Arruzza (2019) conduz, em sua leitura, a um retorno analítico que possibilita compreender o cenário referente às diferentes searas teóricas que circunscrevem o campo da reprodução social. Defende-se, em primeira instância, a necessidade de se considerar o entrelaçamento entre a exploração capitalista e uma divisão sexual do trabalho específica, não sendo possível pensar um feminismo que não se proponha, fundamentalmente, à emancipação das trabalhadoras e trabalhadores. Atém-se como ponto primordial no que concerne à união entre feminismo e marxismo o caráter indissociável a partir do qual devem ser concebidas as relações entre gênero, raça e classe, tratando-se de um entrecruzamento, e não de uma sobreposição ou equiparação de uma a outra. Além disso, a autora destaca a relação entre capitalismo e patriarcado, diferenciando-se, a partir de suas considerações, das teorias que concebem a relação entre homens e mulheres em termos de exploração, bem como daquelas que situam o patriarcado como uma forma de organização de um setor produtivo:

Por um lado, o capitalismo rompeu os laços econômicos baseados no patriarcado, por outro, conservou e usou as relações de poder do patriarcado e sua ideologia de muitas maneiras. O capitalismo pôs fim à família como uma unidade produtiva, mas a usou e depois a transformou profundamente para garantir que a tarefa da reprodução da força de trabalho fosse feita. Aqui, as relações de poder patriarcais fizeram a sua parte: o capitalismo precisava descarregar as tarefas produtivas na família e a subordinação da mulher garantiu o sucesso da missão, agravando o fardo carregado por estas e as relações opressivas entre homens e mulheres (ARRUZZA, 2019, p. 138).

Destaca-se, neste sentido, o modo como o processo de reestruturação produtiva não reverbera enquanto modificação dos mecanismos de poder, mas, na contramão disso, refina as formas de domínio ao utilizar-se de instituições como a família, fundamentada na lógica patriarcal, para alcançar seus objetivos econômicos. Há que se falar de uma hierarquia para além do que se entende como imediato, dado que as emoções dos indivíduos são capturadas no processo de exploração de sua força de trabalho. Isso se especifica de acordo com diferentes clivagens e determinações, ao passo que a subjetivação não se dá de modo “linear, puro, reflexo interno de um acontecimento externo, mas é processo mediado, em que a emoção, a ideologia, a classe, o gênero, a etnia atuam de forma singular, construindo diversos jeitos de ser e estar no mundo” (SOUZA, 2006, p. 53).

Com isso, sublinham-se as particularidades que configuram a relação entre a mulher e o trabalho, com as esferas produtivas e reprodutivas da vida, ganhando ênfase, aqui, os reflexos disso na constituição de cada mulher enquanto ser social. Izquierdo (2010) reitera esse aspecto nas suas elaborações a respeito do sistema sexo-gênero ao discorrer sobre o modo como se sustenta a relação entre o feminino e o masculino. A autora define a exploração vivenciada

nesta esfera como uma forma particular de transferência de recursos<sup>9</sup>, o que, segundo ela, auxilia na compreensão dos motivos que levam o homem a aumentar seu valor com o decorrer da idade ao passo que as mulheres o perdem. Segundo Izquierdo (2010), isto se deve ao fato de que as mulheres transferem aos homens recursos que elas mesmas não têm, agregando valor aos homens e tendo como consequência sua própria desvalorização.

Isso pode ser compreendido em termos de exploração da força de trabalho feminina no campo da reprodução social, com o provimento, desempenhado pelas mulheres, das condições básicas necessárias ao homem para sua participação em âmbito produtivo – alimentação, cuidados com a casa, com crianças e idosos - , além da própria reprodução da força de trabalho necessária à continuidade da exploração e potencialização de extração de mais-valia, na medida em que têm suas possibilidades de vida restringidas. Recorrer ao que Izquierdo (2010) discute é essencial para que se compreenda que “dar o que não se tem”, no caso da mulher, significa um campo objetivo, concreto e estruturante, costurando-se ao que há de simbólico justamente por se configurar como uma determinação social à subjetivação individual de cada uma.

Tais deliberações convergem para uma análise das relações de poder que se propõe a extrapolar os espaços definidos como públicos, sendo evidente o papel do campo privado à compreensão das engrenagens capitalistas. Neste sentido, falar sobre vida doméstica significa pensar no conjunto de práticas organizadas pela divisão sexual do trabalho, na desigual responsabilização pelo cotidiano da vida referendada pela norma heterossexual e no campo político dos afetos. Compreende-se que a indissociável relação que se estabelece entre o público e o privado está no bojo de uma realidade material escancarada pelas diferentes condições que restringem e moldam a participação feminina nos espaços públicos e políticos, minando o exercício de uma cidadania feminina pela criação de obstáculos a recursos e possibilidades de autonomia decisória na vida doméstica e íntima (BIROLI, 2018).

O escopo teórico consonante à reprodução social comparece como um arcabouço fundamental ao desenvolvimento de proposições reflexivas que situam fenômenos da vida privada de mulheres a partir das condicionalidades estruturais conferidas à condição feminina. De maneira específica, neste trabalho, são apresentados três núcleos de significação identificados a partir da relação analítica estabelecida com o campo da divisão sexual do

---

<sup>9</sup> Izquierdo (2010) realiza uma diferenciação entre carência e transferência, destacando que a noção de carência está centrada no objeto de que se carece, seja ele educação, saúde, políticas públicas, etc. Por transferência, entende-se uma ideia atrelada à ação pela qual se produz a perda do objeto. Neste caso, portanto, fala-se sobre um estado de carência, porém, como resultado de uma relação.

trabalho, sendo tecidas hipóteses interpretativas referendadas por essa leitura. Os núcleos foram nomeados como *Compartilhamento de tarefas* (Bethânia), *Acúmulo de funções e sobrecarga* (Elis) e *Maternidade* (Elis).

O primeiro núcleo, referente ao processo de AT da cliente Bethânia, configura-se como um interessante fragmento que ilustra um modo de manifestação específica relativo à divisão sexual do trabalho. Bethânia, que reside com sua mãe idosa e sua filha, atua como principal agente no cuidado destas, além de desempenhar todas as atividades domésticas. Os conteúdos constituintes do núcleo *Compartilhamento de tarefas* comparecem em sua narrativa com uma frequência significativa, sendo evidenciados como temas circunscritos a diversos conteúdos com os quais a cliente demonstrou implicações afetivas também variadas.

Um exemplo interessante seria uma das perguntas norteadoras elaboradas pela cliente, definida como “Como é que eu, diante de um problema tão grande, mesmo assim não sinto necessidade de compartilhar?” (sic). A forma como a questão foi descrita aponta para um importante conteúdo, ao passo que, no decorrer do processo, ela a elaborou não mais a partir de uma *ausência de necessidade* de compartilhar, mas de uma *dificuldade* de realizar essa partilha, especialmente com os familiares. Bethânia associou tal aspecto à sua percepção de que, ao impor seus reais desejos, poderia gerar mal-estar nas demais pessoas, especialmente familiares, optando por calar ou aceitar posturas que não condiziam com o que ela aspirava ou acreditava.

Aqui se faz relevante um aprofundamento nos conteúdos implicados no ato de compartilhar, percebendo-se que, além do campo associado à possibilidade de expressão de sentimentos, no qual, segundo a cliente, a timidez emerge como elemento impeditivo à sua realização, também se faz presente uma impossibilidade de compartilhar com demais familiares as atividades materiais necessárias ao funcionamento da vida. Em relação a isso, percebe-se uma ênfase de Bethânia especialmente no que tange ao cuidado com sua mãe idosa, bem como as consequências e os motivos dessa função lhe ter sido delegada. Tais aspectos podem ser percebidos nos seguintes trechos da fala da cliente:

*“Com relação à parte familiar, é... talvez eu fosse mais aberta ao ponto de passar pra eles assim, que tudo deveria ser compartilhado, os problemas, a minha mãe, as responsabilidades... se eu fosse assim que falasse tudo... pronto, se eu botasse tudo pra fora talvez eu conseguisse, não sei, né? Compartilhar... e não sei se as pessoas iriam se colocar à disposição ou também não [...] As pessoas poderiam chegar e tentar ajudar né? Vamo dividir. Eu já pensei em falar, mas não falo. Por exemplo, minha mãe mora comigo. Se eu não for buscar, se eu não for deixar... tudo tem que ser eu. E meu irmão não vai, meu cunhado não vai [...] Isso aí eu acho que sei lá, poderia ser dividido, poderia se pensar, não é. Sempre sou eu. E eu não chego pra falar abertamente, pessoal vamos dividir, vamos fazer assim, não digo! Só esperando que eles tomem uma atitude e não tomam, né? Talvez isso seja negativo, ficar só... eu*

*tivesse que falar mesmo, exigir, colocar, impor, pronto. Não, não faço. Sempre sou eu e não digo nada, não reclamo de nada” (Bethânia – Sessão Inicial 01).*

*“[...] Mas não tinha o que fazer, assim, porque eu não era de chegar em ninguém e contar não. Talvez nessas horas, talvez a necessidade de compartilhar seja nessas horas difíceis, de chegar e dizer, olha gente vocês também podem fazer isso, tem que me ajudar, tá entendendo? Esse ponto aí não faço, não faço. Talvez esse seja um grande erro mesmo, sobrecarga e eu ficar... nessa hora talvez eu tivesse realmente que falar, né? Exigir (risos) Talvez eu tivesse que exigir mesmo, talvez, né?” (Bethânia – Sessão Inicial 02).*

*“[...] Não compartilhei, não dividi, eu não exigi, não mandei, não perguntei. Eu simplesmente fui absorvendo, e eles [os irmãos] já estão acostumados, e acham talvez normal, né? Com certeza. E pronto, fica por isso mesmo, eles têm a família deles, são casados, têm netos, têm filhos... eu como não tenho marido, sou a única solteira, então talvez eles achem que tem que ficar comigo mesmo, não sei” (Bethânia – Discussão de Testes Psicológicos).*

*“[...] E até assim, dessa questão aí, talvez também mamãe ache muito que eu tenho que assumir tudo porque eu não tenho marido, ela tem que ver esse lado. As outras que têm marido, o marido já fala, o marido já... tá entendendo? Tem muito isso aí, muito mesmo. No fundo acho que ela acaba achando que eu sou a responsável por tudo porque eu não tenho marido” (Bethânia – Sessão de Intervenção 03).*

Os trechos acima descritos relacionam-se a condições apontadas por Bethânia como condicionantes da ausência de compartilhamento das tarefas com os demais membros da família. Dois elementos sobressaem-se nesse processo, podendo-se situar o primeiro a partir da relação que Bethânia estabelece com a expressão desse desejo, havendo um movimento de autorresponsabilização da mesma por não solicitar a divisão das atividades. Neste sentido, não há, para ela, outra possibilidade para mudança do quadro que lhe proporciona sobrecarga senão a solicitação direta aos seus irmãos, a qual pode ser entendida como mais uma função a ser acumulada, a saber, a de quem precisa delegar tarefas.

O outro aspecto a ser destacado associa-se ao motivo pelo qual, segundo a cliente, lhe fora conferida a função de cuidadora, estando associado ao fato dela não ter se casado, e, portanto, não ter um marido. Essa dinâmica se interpõe à percepção de que aos homens parece ser conferido socialmente o direito de se eximir do cuidado com a mãe, que passa a ser somente das mulheres, o que fica evidente, por exemplo, no trecho em que Bethânia afirma que “Se eu não for buscar, se eu não for deixar... Tudo tem que ser eu. E meu irmão não vai, meu cunhado não vai” (sic). Os homens, neste sentido, não parecem assimilar sobre o seu papel no cuidado com seus genitores, destacando-se a inexistência de um mínimo movimento reflexivo diante disso.

Evidencia-se, neste ponto, um denominador comum que parece aproximar os elementos implicados nesses trechos, referente às determinações históricas e sociais a partir das quais se constrói a subjetivação. É necessário compreender, por exemplo, o arranjo cultural que

condiciona o que Bethânia descreve como timidez, destacada pela cliente durante seu processo como uma característica que a impedia de efetivar uma comunicação com sua família a respeito da divisão de tarefas. Fala-se, aqui, sobre o que é socialmente entendido como esperado da mulher, a qual deve ser subserviente em contraponto à possibilidade de ser assertiva. É pungente a reflexão, inclusive, sobre quais são as reais possibilidades de efetivação de uma comunicação que não se opera no campo da igualdade, ao passo que, dizer o que se deseja, para a mulher, coincide por vezes com o terreno da subversão e, conseqüentemente, com a probabilidade de ser punida por aquilo que verbaliza (FEDERICI, 2021).

Outro importante elemento observado durante o processo de Bethânia refere-se à maneira como a cliente descreve um evento gerador de intensa mobilização afetiva, a saber, a morte de seu irmão. Nas sessões em que este conteúdo emerge puderam-se identificar respostas emocionais em Bethânia que, possivelmente, apontam para sentimentos ainda muito difíceis de serem elaborados. Um dos aspectos que chama a atenção nesse processo se relaciona ao modo como a cliente percebe a vivência desse sofrimento, o que é indicado em alguns trechos a seguir:

*“[...] Naquele tempo a minha mãe teve muitos problemas. Quando meu irmão faleceu, ela tem diabetes, né? Então ela teve umas crises assim, foi bem difícil mesmo [...] Era muita coisa mesmo [...] Mas assim, eu acho que os outros deviam ver, tentar ajudar de alguma forma pra amenizar, mesmo no sentido de levar, trazer, tudo era sempre eu” (Bethânia – Sessão Inicial 02).*

*“Bethânia: Eu acho que naquele momento eu sofri, mas eu acho que eu não sofri tanto, porque eu acho que eu tinha que resolver as coisas e não podia nem sofrer naquele momento [...] Porque eu tinha que resolver tudo, eu tinha que dar assistência, eu tinha que... eu não sei nem se assim... sobrou nenhum tempo, eu acho, pra eu sofrer, eu acho que foi isso que aconteceu. Tive nem tempo pra sofrer naquele momento, eu tive que resolver, tive que dar assistência, eu acho que foi isso. Mesmo os outros sofrendo, como eu vi, mas eu não... não sofri como eles, eu acho. Acho que não, acho que... não sei. Não sei nem se foi normal assim” (Bethânia – Sessão de Intervenção 02).*

A cliente narra esse período de sua vida a partir de um contexto que não lhe possibilitou ter tempo para experienciar o sofrimento associado à perda de seu irmão, preenchendo seu primeiro momento de luto com a execução de tarefas que precisavam ser cumpridas. Essas atividades, situadas em uma ordem prática da realidade, ecoaram diretamente nas possibilidades materiais que contextualizaram a produção do sofrimento de Bethânia, descrito a partir de uma ausência de tempo que, em alguma medida, parece ter desautorizado a imersão nos sentimentos latentes. Elementos presentes na narrativa da cliente corroboram com a compreensão de que, muito além da sexualidade, o gênero diz sobre um modo de sentir o mundo que se constrói culturalmente e, portanto, discorrer sobre constituição psíquica implica necessariamente refletir sobre subjetividades socialmente gendradas (IZQUIERDO, 2010). Ao



descrever a forma como se percebeu, de alguma maneira, impedida de vivenciar o que sentia naquele momento, Bethânia aponta para o fenômeno do qual se exprime a ideia central de que, antes mesmo de sentirem, as mulheres precisam cuidar e dar conta dos problemas que emergem à sua volta, pondo em prática as características que lhe são imputadas como fundamentais, a saber, resiliência, força, garra, etc.

As falas constituintes desse núcleo refletem aspectos que podem ser interpretados à luz da problemática da divisão sexual do trabalho. A descrição da vivência de Bethânia enquanto profissional aposentada, mãe solo, responsável pelo cuidado doméstico e com familiares é atravessada por um arranjo social que a incube a obrigatoriedade de execução do trabalho reprodutivo. O compartilhamento de tarefas, para ela, não parece emergir como uma possibilidade real para sanar a sobrecarga sentida, especialmente pelo seu papel desempenhado no núcleo familiar, relativo à mulher sem marido.

Chama a atenção ainda a forma como Bethânia discutiu essa questão durante a Sessão de Acompanhamento, visto que, nesta, a cliente descreveu pela primeira vez a intenção de dialogar com uma de suas irmãs sobre a possibilidade de dividir as tarefas cotidianas de cuidado. Ao passo que, por um lado, esse planejamento pode ser interpretado como uma mudança no modo como a cliente estava lidando com essa dinâmica, por outro, a escolha da pessoa a quem se dirigiu a intenção de compartilhar aponta para uma espécie de trato social intocado, no qual se entende que a responsabilidade por esse tipo de trabalho é da mulher. A função de cuidado não parece passível de ser executada por um homem, não chegando a se apresentar como uma possibilidade para Bethânia a solicitação de divisão de tarefas junto a um de seus irmãos, por exemplo. Aqui, fica evidente que, não obstante uma possível mudança de atitude da cliente diante desse conflito, não houve algum deslocamento possível em termos de relações sociais, na medida em que o compartilhamento de tarefas com outra mulher coincide tão somente com uma manutenção de papéis generificados.

Põe-se em jogo, nesse ponto, a discussão desenvolvida por Biroli (2018) a respeito da “crise do cuidado”, um eixo de disputas no atual cenário capitalista que despolitiza o cuidado ao realocá-lo como responsabilidade única e exclusiva da família, e, mais especificamente, da mulher. A problemática em torno desse elemento é complexa e ganha contornos polêmicos se tomada precocemente como uma proposição que tende a destituir o vínculo implicado no ato de cuidar. Contrariamente a isso, versa-se sobre politizar a responsabilização como forma de proporcionar igualdade de condições de cuidado tanto para quem cuida como para quem necessita. Evita-se cair, com isso, na possível ingenuidade a partir da qual se localiza a noção de responsabilidade individual, paradoxalmente fundamentada na via afetiva ao mesmo tempo

em que encontra na mercantilização do cuidado a terceirização necessária engendrada pelas condições moldadas pela renda e classe (BIROLI, 2018).

Discutir cuidado para além do que tradicionalmente se entrelaça a elementos como afeto, vinculação e gratidão pressupõe um redimensionamento do conceito família e das relações existentes no âmbito privado. A isso não se liga a posição de completa ocultação do que se funda no campo afetivo, mas ressalta-se a necessidade deste ser situado como aspecto que também se estrutura subjugado à lógica de produção capitalista, e, portanto, que também atende aos interesses dominantes. Ideologicamente, os afetos são capturados e utilizados para fins muito específicos, sendo a família uma instituição que evidencia os efeitos desse mecanismo (FEDERICI, 2021). Não obstante as transformações que a representação tradicional de família vem sofrendo ao longo do movimento histórico, nenhuma delas desestabilizou o que se atualiza enquanto divisão sexual do trabalho (ARRUZZA, 2019), continuando a ser destinada à mulher a função de cuidado, quer seja com os filhos, quer seja com idosos ou com quaisquer membros do núcleo familiar que demandem suporte.

Em Bethânia, há, para além do que se evidencia concretamente como sobrecarga de tarefas, algo que remete ao campo simbólico, o que se registra em sua narrativa com conceitos como “timidez” ou um movimento de responsabilizar a si mesma por não buscar um modo mais igualitário de dividir as tarefas com os demais membros da família, especialmente àquelas relacionadas ao cuidado com sua mãe – que também é mãe de seus irmãos. É evidente, em seus relatos, a forma como sua afetividade é capturada, em termos estruturais, em prol da manutenção de um sistema no qual os homens continuam desfrutando dos benefícios da opressão de gênero.

Ao se retomar a questão elaborada pela cliente “Como é que eu, diante de um problema tão grande, mesmo assim não sinto necessidade de compartilhar?” (sic), é necessário refletir a respeito da polissemia do termo compartilhar em seu processo de AT. Se, por um lado, Bethânia se referia a aspectos objetivos, como divisão de tarefas, por outro, a cliente anuncia um impedimento de partilhar com os outros seus sentimentos e percepções próprias. Os motivos que se ligam a isso não podem ser descritos reduzidamente como um modo de funcionamento - o que é comum na psicologização de processos sociais e só fortalece perspectivas individualizantes alinhadas a pressupostos liberais. Na contramão disso, compreende-se que nessa dificuldade de compartilhar ressoa o fato de se tratar de uma mulher, mãe solo, única solteira entre os irmãos, que reside com a mãe e que, portanto, não compartilha porque não há condições concretas que subsidiem essa possibilidade.

Há que se destacar que, tratando-se de um fenômeno estruturante, a divisão sexual do trabalho comparece e se especifica referendada pelos arranjos familiares e sociais, modulando a forma como as relações são vivenciadas no cotidiano das mulheres. Situando-se as diferenças no tocante à organização familiar de Elis em referência à Bethânia, as questões trazidas pela segunda cliente, constituintes do núcleo *Acúmulo de funções e sobrecarga*, articulam-se às clivagens dos lugares que Elis ocupa. Professora, casada e mãe de um menino, a cliente expõe, inicialmente, seu incômodo dirigido especialmente à divisão desigual das atividades domésticas, tomando-se como referência o que é desempenhado pelo seu marido. Acerca disso, Elis destaca o fato de o esposo ter tido uma mudança no horário de trabalho, o que, segundo ela, estava fazendo com que ele dispendesse menos tempo com os cuidados dirigidos à casa:

*“[...] Pra não dizer que ele não tem conseguido, ele guarda a louça, né, a louça lavada. Mas antes ele enchia as garrafas, ele lavava o banheiro, eu deixava escrito o que ele tinha que fazer, né? Porque eu trabalho à noite também na escola, então quando eu ia à noite, ele ficava em casa e podia me ajudar, né? Só que agora não tem mais essa ajuda e aí eu fico meio que realmente sobrecarregada. E com o Tadeu<sup>10</sup>, muita coisa pra fazer, estudando pro doutorado, tudo isso. Mas é isso, eu acho que eu vou encontrar uma maneira de me reorganizar” (Elis – Sessão Inicial 01).*

Chama a atenção, no fragmento acima, um aspecto que se repete, apesar de em torno de outra configuração, na queixa da primeira cliente: a tarefa de delegar. Ao passo que, em Bethânia, as condições materiais e simbólicas que circundam sua dinâmica familiar a distanciam de uma possibilidade concreta de equalização no trabalho doméstico, em Elis a atitude de delegar aparece como uma prática recorrente, que se manifesta no cotidiano do casal como norteadora para a execução das atividades a serem cumpridas pelo marido. Desse modo, apesar de, aqui, a demanda referente à divisão de tarefas assumir outra forma, a ideia central que se atualiza na dinâmica do trabalho reprodutivo permanece a mesma: A mulher é a única responsável pelas atividades domésticas e a participação do companheiro nessa prática só se dá, com sorte, mediante solicitação de *ajuda*.

A maneira pela qual a cliente enuncia a queixa, o fazendo de modo superficial, evidencia sua dificuldade para desnaturalizar um cenário em que as tarefas domésticas se apresentam unilateralmente como suas obrigações. O uso de palavras como “ajudar” (sic), para qualificar o que seria realizado pelo marido, e da expressão “eu fico meio que realmente

---

<sup>10</sup> Tadeu é um nome fictício utilizado para designar o filho da segunda cliente, Elis.

sobrecarregada” (sic), ao descrever como se sente, revela uma incipiente elaboração da circunstância, a qual ainda não parece ser situada por Elis no âmbito de uma real problemática.

A partir dos significados que daí se depreendem, alicerçados em uma simbólica gramática sexista, revelam-se sentidos que apontam para um modo estruturante a partir do qual se assume a subjetivação feminina, conformada, sumariamente, em torno de elementos que constroem normas orientadoras de uma feminilidade que se engendra como desejável pelo sistema patriarcal (SOUZA, 2006). Neste sentido, para além do fato de a cliente ser a responsável pela realização das atividades domésticas, o modo velado como expõe sentir-se sobrecarregada indica uma espécie de manutenção da ordem dos papéis sociais que dificulta o contato com seus próprios sentimentos, na medida em que, ao se introjetar que à mulher se destina a função do cuidado com o lar, quaisquer tipos de atitudes que vão de encontro ao cumprimento deste papel não se situam no terreno do aceitável.

O núcleo de significação que aqui é apresentado aguça a discussão referente à subjetivação feminina e sua relação com o trabalho reprodutivo. Contextualmente, Elis tem seu percurso forjado por um intenso envolvimento político com lutas de cunho social, elemento que atravessa suas queixas e situa a cliente, por vezes, diante do conflito que reside em posicionar-se ante os fenômenos coletivos e/ou individuais. A palavra “forte” (sic), utilizada pela cliente para se descrever, adjectiva Elis nessa encruzilhada, cindindo-se, durante seu processo de AT, os ônus e os bônus produzidos por esse encargo.

*“E... fazendo uma escala, assim... o médico é fácil pedir ajuda, o amigo é mais ou menos e o familiar é quase impossível. Pra mim, assim, eu acho... não sei, o grau de proximidade que a gente tem, e aí eu não consigo [choro]. Nem mesmo pro meu marido, é muito complicado [...] E aí não querer que essa imagem se quebre pra ele [marido] e pra mim, né? É interessante que as pessoas me vejam dessa forma e não fragilizada. Acho que a questão da vaidade também, né? Que eu quero ser sempre bela e forte. Mas aos poucos eu acho que a gente vai trabalhando isso” (Elis – Sessão de Resumo e Discussão).*

O trecho acima compõe um momento da narrativa de Elis no qual a cliente descreve sua dificuldade em pedir ajuda mesmo sentindo-se sobrecarregada. Essa constatação se deu como uma construção, gradualmente evidenciada ao longo de seu processo de AT na medida em que a cliente entrava em contato com os sentidos em torno de sua auto percepção. Ser forte, para Elis, comparece como uma prerrogativa para responder às suas inúmeras funções sobrepostas:

*“É uma cobrança, né? Eu fico me cobrando muito, em tudo na minha vida, né? Não só na escola, no meu casamento, com a criação do meu filho, tudo. Tudo na minha*

*vida é essa situação de cobrança mesmo, minha, né? De ser uma boa mãe, de ser uma boa esposa, de ser uma boa professora (choro). Mas eu considero que eu já melhorei muito desse julgamento, eu era muito pior, era muito mais cruel assim nesse aspecto. Eu não me permitia errar e sofria muito quando eu errava, né?” (Elis – Sessão Inicial 02).*

*“Às vezes eu desmorono, mas eu gosto de desmoronar quando eu tô sozinha. Eu gosto de parecer forte. Até pela posição de mulher que a gente tem na sociedade. Eu gosto de dizer que eu sou capaz. Que eu consigo dirigir um carro bem, que eu consigo ser uma boa professora... enfim. Acho que é meio pra mostrar ao mundo que nós somos capazes, nós mulheres. E que a gente não deve ser vítima de preconceito só por ser mulher. Acho que é essa a grande questão” (Elis – Sessão de Intervenção).*

Os conteúdos que emergem das falas de Elis incitam a uma seara interpretativa na qual se emprega o caráter histórico e social da subjetividade, profundamente atravessada pela educação de gênero. Nesse movimento, evidenciam-se alguns elementos importantes na dinâmica perceptiva que a cliente produz a respeito de si, tomando-se como central a imagem que Elis intenta sustentar em suas práticas cotidianas. Para ela, ser forte parece ter a ver com expressar um ideário de mulher específico, buscando, por meio do desempenho de seus papéis, afirmar sua posição frente a uma sociedade patriarcal que tenta lhe relegar a um lugar de subordinação condicionada à hierarquia entre os sexos. A cliente cita, inclusive, a atividade de “dirigir um carro bem” (sic), colocando em xeque o imaginário popular amparado pelo discurso que atribui ao homem a competência naturalmente necessária para cumprir satisfatoriamente a função de dirigir um veículo.

Uma importante problemática que se interpõe a essa questão é evidenciada pela forma como a busca por esse ideário feminino gera consequências negativas para Elis. A necessidade latente de atestar ao mundo a possibilidade de subverter a ideologia naturalista que circunscreve as relações sociais incorre em uma disputa que realoca o cumprimento de tarefas, centralizando-as a uma mulher que se vê sobrecarregada e com dificuldades de pedir ajuda por um aparente medo de falhar com o que se espera da condição feminina na contemporaneidade.

A interpretação que aqui se constrói em torno da narrativa de Elis possibilita esboçar um panorama analítico no qual se enredam comportamentos instituídos em um sistema capitalista, cuja inscrição não somente se produz pelas relações que diretamente exploram a força de trabalho, mas também por aquelas que a geram e a repõem (BHATTACHARYA, 2019). Neste sentido, é interessante perceber de que maneira a reestruturação do trabalho feminino, no movimento histórico, de fato gerou ou não mudanças nas condições simbólicas e materiais atreladas à mulher. Ao discorrer sobre a transição da economia industrial para a de serviços, na segunda metade do século XX, Sorj (2013) destaca o enfraquecimento do tradicional modelo familiar constituído por um homem provedor e uma mulher cuidadora.

Segundo a autora, essa ruptura, que teoricamente subverteria convenções sobre a posição da mulher na sociedade, desafiava referências de feminilidade e maternidade culturalmente estabelecidas. Entretanto, o que se constata é que o novo padrão de divisão do trabalho não sanou a desigualdade que sustenta o conflito em torno das relações de sexo, ao passo que instituiu um modelo em que as mulheres combinam trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado enquanto aos homens incube-se o investimento exclusivo no trabalho pago (SORJ, 2013).

Mais do que uma sobreposição de tarefas, falar sobre a dinâmica da divisão sexual do trabalho em uma sociedade capitalista significa falar sobre a forma como as possibilidades de existência são minadas para as mulheres. Amparados socialmente pela lógica patriarcal, aos homens são concebidas oportunidades de dedicação praticamente exclusiva às atividades produtivas, na medida em que o campo da reprodução social se destina às mulheres. Estas, por sua vez, vivenciam um contínuo malabarismo entre ascenderem profissionalmente e proverem as condições de vida básica para si, para seus filhos, marido, e quaisquer outras pessoas que demandem algum tipo de cuidado. Fala-se, neste sentido, sobre a apropriação do tempo das mulheres não somente em seu sentido lógico, associado a um estado de constante ocupação, mas no que se configura como aquilo ao qual elas não terão acesso, um interdito de participação social e ocupação de espaços permanentemente dominados pelo masculino (BIROLI, 2018; ARRUZZA, 2019).

Nesse jogo de interesses, destacam-se as controvérsias que se atestam pela apropriação neoliberal da pauta feminista, voltada ao “empoderamento” individual na mesma medida em que se recusa a tratar as restrições socioeconômicas que tornam a liberdade impossível para uma ampla maioria de mulheres. Ao privilegiar a ascensão de mulheres enquanto indivíduos em oposição à sua organização como uma classe, o feminismo do “faça acontecer” se oferece como uma ferramenta à manutenção da ordem capitalista, cooptando-se, a partir de correntes que se intitulam progressistas, a grande mídia responsável por sua divulgação. Não é de se surpreender, portanto, que muitas das ações de mulheres que se posicionem como insubmissas na contemporaneidade partam da ideologia dominante, que, similarmente a mercadorias, vende ideias disfarçadas de soluções “transgressoras” da cultura neoliberal (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Atenta-se, quanto a isso, à forma como esse modelo de sociabilidade predominante se inscreve na construção de um imaginário de mulher estabelecido culturalmente como ideal, atestado em torno de características como independência e liberdade. Tais atributos são posicionados como índices a serem alcançados em um sistema ilusoriamente meritocrático, promovendo o oposto do que

se compreende como liberdade na medida em que mantêm ativas as engrenagens que precarizam e subjagam o trabalho feminino.

Essa dinâmica é retratada no processo de Elis ao passo que, inserida no mercado formal de trabalho, a professora permanece como a principal agente na atividade reprodutiva condicionada à instância doméstica. O acúmulo de funções gerado por esse movimento organiza a produção da materialidade na qual se situa a vivência da cliente, demarcando importantes condições ao arranjo de elementos psíquicos vinculados especialmente aos papéis que desempenha – mãe, esposa, professora. Através da frase “tudo na minha vida é essa situação de cobrança, mesmo, minha, né?” (sic), Elis evidencia como se situa diante de uma vida multiatarefada, entoando a sensação de cobrança para dar conta do que lhe é exigido.

Uma das especificidades do trabalho reprodutivo dirige-se ainda ao cuidado com os filhos, elemento disposto na narrativa de Elis aqui delimitado a partir do núcleo **Maternidade**. Ao discorrer sobre a experiência da maternidade, a cliente aborda as principais dificuldades enfrentadas, relativas especialmente ao exercício do cuidado na maternagem somado ao trabalho formal como professora. O relato abaixo descreve o início de sua experiência como mãe, sendo elencadas as adversidades que se corporificam no campo físico e emocional da cliente:

*“Lembranças felizes, mas também algumas não muito agradáveis, de dificuldades, né? Dificuldades de cuidar do neném, de eu ter que ir trabalhar e deixar ele [intensificação do choro]. São momentos difíceis. Mas se eu pudesse eu repetiria mais vezes. Eu acho assim que eu gostei muito de ser mãe e eu me dedico muito nessa função [...] Se eu pudesse eu teria mais filhos, mas vários fatores impedem, né? É o fator financeiro, a carga psicológica em torno de tudo, né? E o físico também, né? Porque o bebê requer muita energia física. E eu me lembro muito que quando o Tadeu começou a andar foi uma fase muito cansativa fisicamente, que era um momento que eu tinha que ficar muito tempo agachada como de apoio pra ele, né? E aí eu cansei muito, muito, são coisas que ficam marcadas. E a questão de eu ter que fazer muita coisa por ele sozinha, né? Eu me queixo muito do meu marido nesse aspecto, né? De não ter me ajudado suficiente nos cuidados com o bebê. E aí eu me cansei muito fisicamente e psicologicamente” (Elis – Administração de testes padronizados).*

Nesse trecho, Elis descreve o desempenho de tarefas relacionadas ao cuidado com o filho, destacando a forma solitária com a qual necessitou executar as atividades cotidianas vinculadas às demandas de um bebê. Ilustra-se aí uma circunstância pela qual se manifesta e se atualiza a divisão sexual do trabalho, concernente ao desequilíbrio a partir do qual se concebem as obrigações da mulher enquanto mãe e do homem enquanto pai no processo de criação dos filhos. Essa problemática fomenta o atual debate acerca da licença-paternidade, incluída no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como um benefício que assegura aos homens

o direito de se ausentar por um dia das suas atividades laborais após o nascimento do filho. Esse período foi ampliado para cinco dias pela Constituição Federal de 1988, ainda equivalendo a um tempo 25 vezes menor do que o assegurado em licença-maternidade, relativo a 120 dias.

Marques (2015) tematiza a licença-paternidade partindo da necessidade de sua ampliação, apostando nessa alternativa como um meio à desestabilização, ainda que fragmentariamente, de elementos estruturantes do sistema patriarcal. A tese que desenvolve assenta-se em críticas tecidas em torno da hierarquização do espaço doméstico, instaurando a desprivatização dos conflitos e antagonismos nessa esfera como condição para a aquisição de cidadania pelas mulheres. O autor debruça-se sobre o significado social do trabalho de cuidado dos filhos, imbricado à construção cultural a respeito da feminilidade e do que é ser mulher, sendo necessário, segundo ele, promover tensionamentos estruturais que permitam a despatriarcalização do Estado e da sociedade.

Essa discussão é pungente ao se constatar o patriarcado como um conceito político à análise de um sistema que subjuga a força de trabalho feminina, revelando-se aí as engrenagens de reprodução que operam cotidianamente no campo familiar e são legalmente legitimadas pelo Estado (MARQUES, 2015). Sublinha-se, com isso, que as práticas manifestadas no campo privado não são instituídas de maneira abstrata ou somente a partir de individualidades, mas se conjugam socialmente enlaçadas pela ideologia dominante que se serve à manutenção estrutural da lógica política e econômica vigente (DEVREUX, 2005).

No que se refere especificamente às conceituações em torno do cuidado com os filhos, salienta-se a produção enrijecida de papéis masculinos e femininos, elemento indicativo do que se constitui como arranjo familiar tradicional. Quanto a isso, Marques (2015) reitera que, não obstante as profundas mutações em curso no que tange à pluralização das configurações familiares e do mercado de trabalho, a permanente responsabilidade imputada às mulheres pela organização da vida doméstica “é indicativo de uma divisão sexual do trabalho intocada” (p. 245). Em Elis, as descrições referentes ao seu cotidiano como mãe são adjetivadas a partir da característica da força, aqui situada como uma reivindicação que se forja pelas demandas atribuídas culturalmente a essa função:

*“É engraçada essa história de hospital porque o Rômulo<sup>11</sup>, ele sempre foi muito mole, assim, nessas situações de doença. E eu sempre tinha que entrar sozinha com o Tadeu porque o Rômulo não consegue entrar. E ele chora de verdade, assim, ele não pode ver o Tadeu sofrendo. E eu sempre tive que demonstrar mais força, né, nessas situações. Inclusive já foi objeto de discussão entre eu e o Rômulo, de eu pedir mais*

---

<sup>11</sup> Rômulo é um nome fictício utilizado para designar o marido da segunda cliente, Elis.



*apoio pra ele nesses momentos, porque às vezes a gente quer desmoronar também” (Elis – Administração de testes padronizados).*

*“A gente tá meio que curtindo o papai em casa esse tempo, né? Que a gente nunca teve, eu acho, né, eu e o Tadeu. E ele tá bem mais aproximado do Tadeu esses dias. E aí eu to aproveitando pra resolver um monte de coisa pra mim, né? Pra ir pra zumba, pra sair, pra enfim, né? Aí eu fico mais relaxada quando o Rômulo está em casa. Do que deixar o Tadeu a cuidados de outras pessoas, não sei... Não sei. Eu me sinto menos culpada de deixar o Tadeu com o pai do que deixar ele com outras pessoas, é meio que isso.” (Elis – Sessão de Acompanhamento).*

Volta-se a atenção ao modo como Elis percebe a si e ao seu marido em atividades do dia-a-dia dirigidas ao cuidado com o filho, que, na época dos atendimentos, estava com oito anos de idade. No primeiro trecho, a cliente esboça, a partir das circunstâncias de adoecimento do menino, a descrição de uma postura de mãe que remete a elementos como disponibilidade e encorajamento, ao passo que ao pai parece ser dado o direito de não acompanhar o filho em decorrência de sua mobilização emocional frente às nuances da doença. O fato de Elis ressaltar esse ponto como “objeto de discussão” (sic) entre ela e seu companheiro pode ser associado à inexistência de um acordo prévio entre ambos que explicita suas funções e limitações, enquanto mãe e pai, diante desse tipo de situação. Seguindo o que é normativamente imposto, impõe-se socialmente à mãe o papel de quem dá conta das demandas materiais e afetivas de seus filhos, sendo esta a referência a ser seguida sem maiores questionamentos. Esse elemento é corroborado com a verbalização “às vezes a gente quer desmoronar também” (sic), reiterando a sobrecarga pela qual se moldam as atribuições da mulher no lugar da maternidade.

No segundo trecho, ganha destaque a frase “Eu me sinto menos culpada de deixar o Tadeu com o pai do que deixar ele com outras pessoas” (sic). Com essa afirmação, Elis expressa a disparidade do que se inscreve como esperado da figura materna em contraponto à paterna, evidenciando-se que, ao anunciar que se sente *menos* culpada por deixar o filho aos cuidados do pai, a cliente evoca o ainda permanente sentimento de culpa. Esse conteúdo pode ser interpretado à luz de uma socialização que está no cerne da produção subjetiva feminina, a qual se organiza, dentre outros termos, em referência às respostas que comparecem como possíveis à maternidade. Alinha-se a isso a descrição de um dos eixos que, segundo Biroli (2018), atua como uma conexão das representações predominantes da maternidade e desigualdades sociais, referente ao peso variável da parentalidade para mulheres e homens. Nessa linha, a autora denuncia não somente a desproporcionalidade das demandas práticas circunscritas no cuidado parental, mas também os elementos simbólicos que atravessam os julgamentos dirigidos a umas e a outros quando desempenham o papel de mãe e o de pai. Em relação ao desenvolvimento histórico e cultural das práticas parentais, Lyra e Medrado (2000) atestam:

[...] O suposto destino biológico da mulher à maternidade tem sido construído através de símbolos (Maria), de prescrições religiosas, jurídicas, educacionais (regulamentação da contracepção), das organizações sociais (dispor ou não de creche) e das identidades subjetivas (a mediação entre não trabalhar fora enquanto tem filhos pequenos). Em contrapartida, o masculino, ao ser associado à produção e administração da riqueza, é afastado do reino da reprodução, a não ser pelo sêmen fecundante. Se isto confere maior poder aos homens, nem todos os homens vivem harmoniosamente, sem conflitos, sem contradição esta experiência. Intersubjetividades de mulheres e de homens escapam a prescrições (p. 150).

Configurando-se como uma atividade relacionada à produção e reprodução da existência humana, o cuidado com os filhos é culturalmente associado às mulheres como uma representação que se atualiza tanto nos espaços privados como nos públicos. Naturalizada em volta da condição feminina, a maternidade se consolidou historicamente como uma prática baseada no que seriam os instintos maternos, relegando à esfera biológica elementos construídos e transformados por meio das práticas sociais. Esse processo gerou um conjunto de práticas permeado por experiências que limitaram tanto homens como mulheres, sublinhando-se que se, por um lado, as mulheres se deparam com a obrigatoriedade de responder ao modelo de boa mãe, aos homens foram impostas objeções à construção de uma relação parental afetiva. Desse modo, permeada por restrições que incubem ao pai as tarefas de proteger sua família e prover as condições materiais ao sustento dos filhos, à condição masculina são minadas as possibilidades de manifestações afetivas e expressivas no desenvolvimento da paternidade (LYRA; MEDRADO, 2000).

O que levou boa parte do feminismo à crítica da maternidade é que ela tem sido historicamente definida pela divisão do trabalho, sobrecarregando, assim, as mulheres e restringindo sua participação em outras esferas da vida, enquanto libera os homens das responsabilidades e do trabalho envolvidos no cuidado das crianças. Por isso é que se transforma em fator de vulnerabilidade para as mulheres. Essa dedicação desigual de tempo e energia desdobra-se em maiores dificuldades para elas no exercício do trabalho remunerado. Implica também restrições no envolvimento com outras dimensões da vida pública, como a política. Desse modo, dada a forma como é definida a responsabilidade pela criação das crianças, a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva, das mulheres. As tensões entre maternidade e trabalho remunerado, ou entre maternidade e atuação política, não são vivenciadas da mesma maneira pelos homens que são pais, justamente porque deles se espera menos ou muito pouco no cotidiano da criação dos filhos, ainda que a divisão convencional implique a atribuição a eles do papel de provedor (BIROLI, 2018, p. 107).

A maternidade, como outros símbolos femininos, é construída por processos históricos. Severas expectativas estão no bojo desse decurso, realçadas pelos ruídos passíveis de serem escutados na comunicação representativa do que é ser – e tornar-se – mulher. Nesse

movimento, afetos são capturados em uma dinâmica de poder que normatiza a mulher-mãe ideal: Dedicada, subserviente, forte, carinhosa. Não à toa, a construção ideológica sobre a maternagem se dá de maneira específica para que sejam introduzidos ideários em coerência com as exigências requeridas, articuladas à ausência de condições concretas que de fato possibilitem o exercício digno da maternidade.

A questão central, portanto, não se liga à negação da maternidade ou à ideia de que mulheres feministas não devem desejar ser mães, como por vezes é difundido. Isso destituiria a problemática de seu caráter fundamentalmente coletivo, caindo-se em um terreno individualista que não somente retira o foco do que está em jogo como também obnubila as questões objetivas. Ao se falar sobre educação de gênero, a desigualdade na socialização em função dos diferentes grupos sexuais obedece à lógica do capital, e isso se manifesta nas restrições que incidem na existência de mulheres, de quem se exige a reprodução da vida para ampliação da força de trabalho e a manutenção das condições básicas para a sobrevivência. O eixo, neste sentido, não gira em torno do acúmulo de funções, mas na forma como o exercício dessas atividades se determina mediante uma lógica patriarcal, em arranjos que se apropriam do corpo das mulheres, de seu tempo e de suas possibilidades de ocuparem diferentes espaços.

O que se expressa nas narrativas das duas clientes, Bethânia e Elis, demonstra a maneira como os arranjos subjetivos conformam-se como respostas àquilo que o meio solicita, especificando-se aqui a categoria gênero como balizadora desta conformação. Isto é verificado na forma como as clientes internalizam conceitos em suas definições e agem de acordo com isso, quer seja quando assumem o papel de cuidadora nas diferentes esferas da vida, quer seja quando se sentem culpadas por precisarem solicitar ajuda, já partindo da concepção de que aquelas atividades lhes cabem. A crítica, portanto, não se destina à escolha de ser ou não mãe, de ser ou não dona de casa ou cuidadora, mas no fato de que a divisão sexual do trabalho – e aí inclui-se a maternidade – é uma categoria de análise que expressa um fenômeno estruturado pelo capitalismo e pelo patriarcado. Trata-se, desse modo, de extrapolar a fronteira que separa os campos públicos e privados para que sejam explicitadas as hierarquias circunscritas às relações sociais em vistas à única forma possível de emancipação das mulheres – a partir da perspectiva coletiva de classe.

### ***5.2.3 Controle e Objetificação do corpo feminino***

Tocar naquilo que engendra histórica e socialmente a condição feminina pressupõe, necessariamente, a compreensão de que a esfera conformada pelos campos privados e íntimos é atravessada por relações de poder. Nessa instância, aciona-se a materialidade com base na qual o corpo se constitui, depreendendo-se que não é pela nomeação de um indivíduo a partir de denominadores sexuais que se produzem sujeitos femininos ou masculinos. Os critérios biológicos que diferenciam mulheres e homens dizem respeito a uma dicotomia de posições instaurada no nascimento, a partir do reconhecimento de características específicas que balizarão a desigualdade nos processos de socialização em função do sexo de cada indivíduo. No entanto, é basilar o entendimento de sujeito que se liga ao fato de que, apesar da biologia incidir de maneira limitada na construção de posições femininas ou masculinas, faz também com que esta não seja inevitável, haja vista o corpo não ser estritamente um fato natural (IZQUIERDO, 1992).

Situar as construções de gênero e sexualidades para além da ordem da “natureza” conduz, também, a uma apreensão de corpo que reivindica sua constituição social. Nessa esfera, evidencia-se, no movimento histórico, um conjunto de práticas de controle que se produzem e se atualizam em direção a determinados corpos, aqui tomados não em uma concepção amorfa, mas referendados por uma classe, gênero e raça específicos (SAFFIOTI, 2015). Fala-se, neste sentido, das especificidades implicadas à condição da mulher, sublinhando-se o modo como as formas de domínio são refinadas em consonância com as diferentes clivagens que engendram a existência dos seres sociais. É necessário demarcar, a esse respeito, fenômenos históricos nos quais a ideia de dominação foi levada a extremos, articulada a um sistema racista e patriarcal.

A apropriação de um ser humano por outro, destituindo-o de lugar de sujeito ao ser tomado como algo inanimado ou animalesco, situa-se como uma das mais extremas manifestações históricas de violência, que se demarca pela objetificação e completo apagamento da condição de humano. Desse modo, conectado à supremacia branca, o exercício do poder masculino especifica o tipo de opressão vivenciado pelas mulheres, que não se esgota em um momento histórico específico, mas dá a base para uma sociedade estruturada em conformidade com os interesses de uma classe dominante, representada normativamente pela figura do senhor – o homem branco. Ao receber a legitimação social para exercer seu poder, o homem, que é sujeito neutro, norma a ser seguida, toma o outro como objeto com o qual pode se satisfazer e praticar quaisquer atos de violência (SOUSA, 2017).

Pôr em questão o modo como o corpo de mulheres foi e é tomado como objeto de violência simbólica e material abre o caminho para uma discussão que se enlaça às práticas de dominação e controle daquilo que é culturalmente vinculado ao feminino. Sublinha-se, aqui, a compreensão das sexualidades que extrapolam a concepção de feminino como presença ou ausência de uma vagina, somada aos danosos reflexos da heteronormatividade branca. Anuncia-se, portanto, que, ainda que decorrentes da existência de um sistema patriarcal, os efeitos que se ligam à posição feminina não são produzidos de maneira uniforme, mas podem ser evidenciados nas particularidades do entrecruzamento dos diferentes agenciamentos sociais.

A demarcação das formas por meio das quais a violência se particulariza orientada por um conjunto de práticas misóginas figura como uma manifestação, no real, de um fenômeno social que precisa ser pensado em termos estruturais, haja vista o poder exercido pelo sistema capitalista se dar na ordem da coletividade. Nesse ponto, empreende-se uma discussão que intenta apreender as condições históricas e materiais que permitem, fortalecem e perpetuam a sujeição das mulheres ao longo do tempo e nas diferentes sociedades. É central, nesse processo analítico, conceber a opressão como “relações que constituem e solidificam estratégias de classe que mantêm e sustentam as relações de exploração da força de trabalho” (SOUZA, 2006, p. 154) em detrimento à sua representação limitada a um intrínseco caráter desumanizante. O destaque a tal conceituação se liga ao fato de que, não obstante a existência de diferentes formas de opressão, sejam elas sexuais, raciais/étnicas, é necessário que não se perca de vista o denominador comum que as articula, centralmente determinado por um fator econômico ligado à exploração da força de trabalho e a conseqüente extração de mais-valia (SOUZA, 2006).

No que tange à especificidade vinculada ao campo do controle do corpo feminino, evoca-se a análise desenvolvida por Federici (2019) em “Mulheres e caça às bruxas” como um importante fio condutor à compreensão das implicações dos engendramentos capitalistas para a violência sistêmica direcionada às mulheres. Em seu trabalho, a autora aponta o processo de privatização das terras e a conseqüente formação de uma classe proprietária de terras como um marco ao desenvolvimento do fenômeno histórico demarcado como “caça às bruxas”, ocorrido especificamente na Europa entre os séculos XVI e XVII. Ao suplantar o que se forja enquanto imaginário, Federici (2019) situa a necessidade de se compreenderem os ajustes estruturais capitalistas para que seja superada uma visão mítica das figuras de bruxa e mulher. A autora enfatiza as conseqüências geradas pela reestruturação econômica na reorganização de normas e valores sociais, discutindo a relação entre o que se denominou como “caça às bruxas” e o cerceamento do corpo feminino pela ampliação do controle estatal sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres:

A classe capitalista foi, desde os primórdios, confrontada com um duplo desafio. Por um lado, teve de derrotar a ameaça representada pela plebe expropriada transformada em populações errantes, pedintes e trabalhadoras e trabalhadores sem-terra, prontos para se revoltarem contra as novas classes proprietárias [...] Por outro lado, como modo de produção que postula a “indústria” como principal fonte de acumulação, o capitalismo não podia se consolidar sem forjar um novo indivíduo e uma nova disciplina social que impulsionasse a capacidade produtiva do trabalho. Isso envolveu uma batalha histórica contra qualquer coisa que impusesse limite à plena exploração da mão de obra braçal, a começar pela rede de relações que ligava os indivíduos ao mundo natural, a outras pessoas e ao próprio corpo. O elemento-chave desse processo foi a destruição da concepção mágica de corpo vigente na Idade Média. Essa concepção atribuía ao corpo poderes que a classe capitalista não conseguia explicar, que eram incompatíveis com a transformação dos trabalhadores e das trabalhadoras em máquinas de trabalho e que podiam até intensificar a resistência das pessoas a esse processo [...] (FEDERICI, 2019, pp. 64-65).

Ao falar sobre acumulação primitiva do capital, Federici (2019) situa o fenômeno da caça às bruxas na interseção de um conjunto de processos sociais que compuseram o surgimento do mundo capitalista moderno. Com base em uma série de dados históricos, a autora argumenta a respeito da relação estabelecida entre o desmoronamento dos regimes comunitários e a demonização dos integrantes das comunidades afetadas, posicionando a caça às bruxas como um instrumento de privatização econômica e social. Nesse cenário, as acusações de bruxaria dirigiam-se especialmente a grupos compostos por mulheres pobres, que viviam sozinhas, vítimas da expropriação de terras e de seu conseqüente processo de marginalização, sendo denunciadas, inclusive, por transgressões sexuais e crimes reprodutivos, a exemplo de infanticídio e impotência masculina. Entre as condenadas, haviam mulheres que, anteriormente, atuavam comunitariamente trabalhando como curandeiras tradicionais ou parteiras.

A apreensão desse fenômeno em seus termos históricos corrobora com um conceito de cerceamento designado por Federici (2019) como um processo mais amplo do que a separação de terras por cercas. Nessa perspectiva, denuncia-se um cerceamento que, fundamentado no concreto, incide nas instâncias intelectuais, sexuais e sociais. O ataque a um determinado grupo de mulheres, imputando-lhes uma representação diabólica, serve, portanto, a interesses específicos, que, orientados pela “racionalização”, transformaram essas mulheres em alvos a serem condenados em prol da tentativa capitalista de construir condições concretas e simbólicas de um mundo mais mecanizado. Nesse arranjo, sublinha-se o papel da igreja católica em torno da ideia de clã masculino, patriarcal, com a representação da sexualidade associada à mulher como instrumento do diabo a fim de proteger a propriedade dos supostos poderes femininos.

No que tange aos desdobramentos referentes ao salto capitalista, Federici (2019) aponta uma continuidade dessa tradição, agora empreendida pela burguesia emergente, mas com uma deformidade, “já que a repressão do desejo feminino foi colocada a serviço de objetivos utilitários, como a satisfação das necessidades sexuais dos homens e, mais importante, a geração de mão de obra abundante” (p. 67). Com essa asserção, a autora discute elementos pelos quais se compreende o controle do corpo feminino, atentando-se à esfera da repressão do desejo sexual e da vida reprodutiva sob a égide matrimonial. Por meio do exorcismo direcionado à interdição da sexualidade feminina, instaura-se um campo no qual a prática sexual deve ser exercida pelas mulheres somente dentro do casamento e para fins de procriação.

Fala-se, portanto, sobre o caráter político da sexualidade feminina e da esfera reprodutiva, o que se evidencia no movimento histórico pelas diversas formas de controle, regulação, intervenção, violências e diferenciação na valorização da produção de sujeitos sexuados (BIROLI, 2018). Para que se possa compreender o modo como se dá esse controle e a objetificação do corpo feminino, é necessário partir do concreto, investigando-o a partir de suas múltiplas determinações sem reduzi-lo a um mecanismo simplista. Ao se descrever, por exemplo, as acusações de bruxaria voltadas a um determinado grupo de mulheres, não se tem a intenção de equalizar as experiências em um sentido reducionista, mas de compreender, em sociedades e períodos históricos diferentes, de que modo as mulheres foram alvos de um tipo de violência referendado pela condição feminina. Nesse processo, há que se considerar como central a articulação entre capitalismo e patriarcado, direcionando o debate para as forças de exploração e opressão em função da assimetria pela qual se constituem as relações na sociedade de classes.

Norteando-se por tais deliberações, são postos em evidência quatro núcleos de significação, nomeados como *Ser mãe solo* (Bethânia), *A vivência do corpo feminino* (Gal), *Assédio sexual* (Elis) e *Abuso sexual* (Rita). Tais núcleos são compostos por diferentes elementos presentes nos processos das quatro clientes, constatando-se as particularidades expressas nas idiossincrasias relativas a cada uma delas. Não obstante a isso, o que se intenta colocar como central é o eixo em comum a partir do qual se dispõem os núcleos, de modo que ganha ênfase aqui o que se expressa como estrutural, daquilo que se constitui no social e incide em todas as clientes. Em conformidade com uma análise que se orienta por uma base materialista histórica e dialética, concebe-se como fundamental a apreensão do próprio processo de produção dos sentidos, buscando-se desvelar de que maneira os fenômenos que se expressam na singularidade são constituídos por arranjos socialmente determinados.

Nesse movimento, parte-se, inicialmente, dos conteúdos implicados ao primeiro núcleo, representado como *Ser mãe solo*. Durante seu processo de AT, Bethânia trouxe questões que se vinculavam ao seu relacionamento familiar, ganhando destaque àquelas associadas à sua mãe. Dentre as questões, destacam-se aqui os conteúdos que se relacionam ao período em que a cliente descobriu que estava grávida, o que é descrito por Bethânia referendado por uma grande dificuldade de comunicar à família:

*“Foi difícil, sabia? Começando pela questão da gravidez, foi difícil até pra falar pra minha família, porque a mamãe é muito conservadora, a mamãe é muito controladora, mamãe é muito assim dona da situação. Ela sempre foi e ainda é hoje, né? Papai não, era mais tranquilo, mais calmo, mais na dele. E assim como existia a questão deles não gostarem também do pai da minha menina, né? Eu acho que aí é difícil. Então foi muuuito difícil pra mim falar pra ela. Foi tão difícil, eu falei primeiro pra minha irmã mais nova, não tinha coragem de dizer pra minha mãe, de jeito nenhum. Depois eu fiquei analisando, né? Armaria, como é que eu sou tão besta? Porque eu já tava com 33 anos, não era uma adolescente. Eu já tinha meu emprego, poderia morar só, poderia me sustentar, sustentar minha menina. Eu não sei porque que eu sempre tive esse medo enorme mesmo, era medo irracional mesmo de dizer pra mamãe” (Bethânia – Discussão de Testes Psicológicos).*

Ao sentimento que a cliente descreve como “medo irracional” (sic), parecem se articular elementos de diferentes instâncias. Delimita-se uma evidente relação estabelecida por Bethânia entre a forma como ela se sentia e o fato de sua mãe ser “muito conservadora” (sic), compreendendo-se que, para uma pessoa representada por essa característica, uma gravidez não planejada ia de encontro a um ideal de família pautado em critérios religiosos, que se norteia fundamentalmente na tradição matrimonial monogâmica e heterossexual. A própria cliente descreve um questionamento diante de como estava se sentindo, indagando-se quanto aos motivos que levariam uma mulher de 33 anos, financeiramente estável, a sentir medo de contar à família sobre a gravidez.

É interessante notar que os pontos levantados por Bethânia se pautam em um conjunto de práticas socialmente construídas a respeito do processo de engravidar, recaindo-se sobre a mulher uma espécie de requisitos mínimos que precisam ser atendidos para que se valide aquela gestação como aceitável perante a sociedade. Nessa dinâmica, a idade e uma profissão são elementos apontados pela cliente, ajustando-se a uma ideia de responsabilidade em detrimento a uma gravidez na adolescência, por exemplo. O medo de Bethânia, portanto, parece advir do fato de a cliente não preencher outro critério, quiçá o mais importante no cenário de uma gravidez: o vínculo matrimonial. No período em que engravidou, a cliente mantinha um relacionamento amoroso no qual permaneceu durante 23 anos, mas, segundo ela, não se tratava de uma relação no formato de um casamento, haja vista os dois não morarem juntos e não



compartilharem da vida enquanto cônjuges. Este seria o motivo principal pelo qual a família de Bethânia, em especial sua mãe, criticariam a cliente ao ser revelada a gestação:

*“Psicóloga 1: Mas qual era o teu receio?”*

*Bethânia: Sei lá, era a mamãe ficar falando, falando, reclamando, sabe, falando dele [do pai da criança] sabe, tipo assim ‘como é que tu vai ter um filho daquele homem, como é que num sei que’, como ela vivia dizendo, né? Que eu não queria enxergar, que ele não queria nada sério, que num sei que lá, que não ia me assumir. Mas depois que ela sempre falava diariamente, achava que ela ia aumentar mais, era só isso. Porque botar de casa pra fora ela não ia, até porque se ela botasse eu tinha pra onde ir, eu tinha... né? E também porque assim, eu sempre praticamente ajudei muito a manter a casa, né? De certa forma eu ia sair, mas também ia fazer falta, em todos os sentidos, assistência pra ela, pro meu pai, pra tudo, porque eu sempre praticamente fui quem sustentei, ajudei muito a sustentar lá em casa, né? E aí também não ia ser muito legal nessa parte, com certeza, né?” (Bethânia – Discussão de Testes Psicológicos).*

Somado ao fato de a cliente não ser casada com o pai de sua filha, a narrativa de Bethânia indica que sua mãe também expressava desaprovação direcionada à relação porque ele “não queria nada sério” (sic). É importante que essa informação seja tomada em conexão com a descrição feita pela cliente ao longo de seu processo no que diz respeito ao referido namoro, que, segundo ela, tratava-se de um relacionamento abusivo<sup>12</sup>. Não foi acessado, neste sentido, o modo como seu então companheiro reagiu à descoberta da gravidez, bem como o nível de suporte oferecido durante a gestação, haja vista a cliente não ter feito nenhuma menção quanto a isso.

O que se observa, a partir dos trechos trazidos, é que a experiência de Bethânia vinculada ao processo de engravidar foi permeada por um grande medo, depreendendo-se que as causas desse sentimento, aqui expresso no campo individual pela reprovação de sua mãe, encontra suas origens atreladas a construções sociais que ditam um modelo aceitável para a vivência da sexualidade feminina e a vida reprodutiva. Neste cenário, é necessário ir além do que se costuma colocar como autonomia individual da mulher, compreendendo-se que a real condição de liberdade só é possível para o ser social enquanto possibilidade de escolher entre alternativas concretas. Sobre isso, Biroli (2018) afirma:

O temor de uma gravidez indesejada pode ser vivenciado em larga escala quando não há políticas adequadas para o controle reprodutivo pelas próprias mulheres. Há, ainda, uma interface entre, de um lado, o controle e as restrições ao exercício autônomo da sexualidade pelas mulheres e, de outro, a violência contra elas, socialmente amparada na dupla moral sexual e na diferenciação entre comportamentos que seriam respeitáveis e aqueles que seriam moralmente “duvidosos”. Há correspondências entre o sexo aceitável e a maternidade respeitável, assim como entre o sexo reprovável e a maternidade que, vista como resultado de escolhas irresponsáveis e equivocadas,

<sup>12</sup> Tópico que será discutido de maneira aprofundada na seção “Relações (de poder) afetivas”.

configura-se como um ônus que a mulher deve carregar por ter mantido relações sexuais fora do casamento ou de determinados padrões de afetividade (p. 136)

Com essa asserção, a autora põe em evidência um campo que combina controles e restrições aos comportamentos das mulheres, expresso na materialidade pela qual se conjuga o dispositivo da maternidade. Bethânia, desse modo, teria sua gravidez atravessada por um conjunto de normas sob as quais espera-se que a mulher se subjugué, tendo sua punição condicionada ao descumprimento de tais práticas. A queixa voltada ao arranjo de relacionamento afetivo, expressa pela mãe da cliente, denuncia não somente a lógica monogâmica e heteronormativa que engendra o conceito de família tradicional, mas indica a desigualdade pela qual é marcada a responsabilidade da gravidez em referência à mulher em detrimento ao homem. Assim, para além do que aparece como explícito na narrativa de Bethânia, entende-se que o medo de comunicar à família sobre a gravidez também enseja um sentido que se liga à concepção de que se a mulher apareceu grávida é porque *ela* se descuidou, foi irresponsável e, portanto, merece sofrer as consequências sozinha.

Neste contexto, sublinha-se a impraticabilidade de se falar sobre igualdade, liberdade e autonomia no campo da sexualidade sem que sejam problematizadas as desigualdades determinadas pela classe, raça e gênero dos sujeitos em questão. Conformados por uma sociedade capitalista marcada pela assimetria de classes patriarcais, os processos de subjetivação não podem ser tomados de maneira abstrata, disposição pela qual se compreenderia que os direitos individuais significam a mesma coisa para todas as pessoas. Na contramão disso, é necessário romper com a abstração e partir da materialidade das posições, assimilando-se de que modo a autoridade masculina e a heteronormatividade constituem-se como condições de possibilidades para a construção de trajetórias de vida (BIROLI, 2018).

Os efeitos atrelados ao cerceamento da sexualidade feminina podem ser observados no cenário da vida reprodutiva, como identificado em Bethânia, mas não se limitam a isso. Discutir sobre as consequências desse fenômeno conduz a um campo político que se liga fundamentalmente a formas de controle do corpo feminino, expressas na concretude das práticas cotidianas. Ao se partir de uma definição de subjetividade na qual esta é compreendida enquanto processo de interiorização do real, estão sendo dispostas as condições sociais que determinam a forma pela qual essa subjetividade é forjada, mas, mais do que isso, são apresentados os processos de constituição de normas que orientarão o que será definido como aceitável ou não (SOUZA, 2006).

Desse modo, é possível discorrer a respeito dos impactos do controle exercido sobre o corpo das mulheres nos processos de individuação desses sujeitos, evidenciando-se a

interiorização dessas práticas e de suas ressonâncias nas construções simbólicas vinculadas à instância da sexualidade. Os elementos que integram o núcleo *A vivência do corpo feminino*, concernente à cliente Gal, podem ser analisados sob essa perspectiva, sendo observados na narrativa da cliente conteúdos relacionados à sua percepção frente à possibilidade de ter filhos. Ao falar sobre o futuro, Gal condiciona seu possível desejo de ser mãe à existência da figura de um “marido” (sic):

*“Posso até querer, mas com marido. Eu tenho muito medo de... de engravidar de uma pessoa que não possa me dar... me acompanhar na gestação... me deixar sozinha. Uma coisa é você ter sido... é... sei lá. Eu fui, eu fui enganada pelo último relacionamento. Uma coisa é você ter sido... é... traída, né? Palavra mais bonita mesmo. E ficar sozinha, mas com tudo, e todas as condições de, de recomeçar, outra coisa é você ter um filho pra criar dum outro homem, que deixou você sozinha e aí, como que você vai se virar a partir dali sozinha? E depois... em que altura que a pessoa vai conseguir reconstruir com outra pessoa, né? Porque qual o homem que vai querer casar com uma mulher que tá grávida? Qual o homem que vai querer... só em novela mesmo que aparecem essas cenas” (Gal – Administração de testes padronizados).*

Ao discorrer sobre a condição de só engravidar se tiver um marido, a cliente inicialmente apresenta como justificativa a importância de ter um companheiro que não lhe deixe sozinha, remetendo-se ao suporte necessário durante a gestação. Em seguida, Gal explicita outros elementos que também estariam em jogo nessa decisão, retomando sua experiência negativa do último relacionamento, no qual foi traída. A cliente levanta a possibilidade de “ficar sozinha” (sic), referindo-se ao fim de uma relação amorosa, o que agregaria um peso diferente caso houvesse uma gravidez no cenário. Não somente devido à carga de cuidados que teria que ser dispendida a um filho, o receio de Gal guarda relação com o lugar destinado à mulher grávida que não está junto do pai de seu bebê.

Enfatiza-se aqui o questionamento levantado pela cliente em correspondência com isso, sendo indagado por ela sobre “Qual o homem que vai querer casar com uma mulher que tá grávida?” (sic). A pergunta de Gal, identificada como retórica, conclama a uma problemática forjada na fusão entre o feminino e o maternal. O que emerge como central, na fala da cliente, não seria somente a necessidade de dar conta sozinha de um filho e todas as demandas práticas que daí se desdobram, mas, para além disso, anuncia-se um campo simbólico no qual se articulam as consequências da imagem social da mãe solo na instância afetiva. A conclusão a que se chega a cliente é representada pela solidão que resta a uma mãe sem marido, sendo destacada a impossibilidade de outro homem se interessar por uma mulher nessa situação. Em consonância com isso, Gal destaca as expectativas de seus pais que se orientam pelo desejo de

verem sua filha casada e com filho, o que é colocado pela cliente em contraponto aos objetivos atingidos na esfera profissional:

*“É porque assim, os meus pais são muito felizes com as conquistas que eu alcancei, mas ficam tristes porque eu não tenho um marido e um filho. Eles queriam que eu tivesse um marido e um filho pra cuidar de mim. Eu ‘pai, quem garante que vai cuidar de mim que nem eu cuido de vocês?’. O meu sobrinho não cuida nem da mãe, quanto mais de mim, e eu sei que... eu sei. Eu deixo eles tristes quando eu digo assim ‘vou juntar dinheiro pra me cuidarem quando eu tiver velha’ (risos). Ai ele diz ‘minha filha num pense assim não’, eu disse ‘é verdade!’ (risos). Eu não sei se meus sobrinhos vão cuidar de mim” (Gal – Administração de testes padronizados).*

Percebe-se, no trecho destacado, a associação que se estabelece entre ter um marido e um filho e a necessidade que a mulher teria de ser cuidada. Tal relação é evidenciada especialmente ao se falar sobre o processo de envelhecimento, sendo tomado como referência o papel de cuidadora desempenhado pela cliente no contexto de seus pais. Gal levanta a possibilidade de recorrer a um serviço pago quando necessitar de cuidados, o que, segundo ela, deixa seus pais “tristes” (sic), já que confirmaria a ausência de um marido e filho. A fala da cliente pode ser analisada a partir da articulação de conteúdos que remetem a diferentes fenômenos, salientando-se o modo como partem da ideia de incompletude pela qual é representada uma mulher que opta por não casar e/ou não ter filhos.

Sob a alegação de que a constituição desse modelo de família proporcionaria um certo tipo de amparo, a fala dos pais de Gal direcionada à filha não se traduz somente por uma preocupação atrelada à futura demanda de cuidados, considerando-se, inclusive, que tradicionalmente as atividades dessa ordem são destinadas à mulher, especificadas de acordo com o papel exercido por esta no seio familiar – esposa, mãe, filha. Ao se condicionar a ideia de felicidade à existência de um marido e um filho, depreende-se que esse arranjo se sobrepõe a quaisquer conquistas no âmbito acadêmico ou profissional, que passam a ocupar um lugar secundário em referência ao exercício dos papéis de esposa e mãe.

É possível identificar de que modo os dois trechos da narrativa de Gal convergem para uma problemática em comum, referendada pelas ressonâncias implicadas às práticas de controle da mulher. É necessário ir além do que está expresso no imediato para que possam ser estabelecidas relações analíticas contundentes, evidenciando-se os efeitos de uma dinâmica social que, fundada enquanto sociedade de classes patriarcais, opera na construção de padrões normativos que incidem diretamente nos processos de subjetivação das mulheres. A esse respeito, Biroli (2018) ressalta que

[...] a fusão entre mulher e mãe continua sendo uma forma de controle e restrição da cidadania desse grupo que corresponde a mais da metade da população. Trata-se da naturalização de convenções que, estabelecidas em contextos sociais bem definidos, são vivenciadas de maneiras muito distintas, de acordo com a posição ocupada em outras dimensões das relações de poder; apesar disso, tais convenções servem de base para normas, valores e práticas que estabelecem a maternidade compulsória e permitem julgar e punir as mulheres que não desejem ser mães ou que vivenciem a maternidade de forma que não atenda aos padrões hegemônicos. Como dispositivo de controle, seu efeito é de normalização dos corpos, das relações afetivas, da conjugalidade e da família de modo desvantajoso para as mulheres – porque assimétrico, desigual e violento (p. 112).

A autora expõe, em seu texto, o caráter opressor pelo qual se estabelece a instituição casamento e o fenômeno da maternidade compulsória, compreendidos como dispositivos de uma lógica que está a serviço das engrenagens capitalistas e patriarcais. Neste cenário, discorre-se sobre a maneira como essas práticas se inscrevem subjetivamente e ditam comportamentos a serem seguidos. Em Gal, por exemplo, é evidente a internalização de valores que se associam ao lugar da mãe solo, sendo acionada uma perspectiva fundamentada no que se estabelece no concreto – o abandono da mulher grávida, a solidão da mãe solo, as consequências da lógica patriarcal nas relações afetivas. Conectado a isso, situam-se as expectativas dos pais que se dirigem a uma filha com importantes conquistas ao longo da vida, porém considerada incompleta por estar solteira e sem filhos. São modalidades de controle que, apesar de assumirem diferentes formas, apontam para uma possibilidade única, amparada na homogeneidade pela qual se compreende a família heteronormativa, tradicional, baseada na existência de um patriarca e de uma mulher que deve ter sua sexualidade relegada ao campo da reprodução (FEDERICI, 2019).

Em articulação com isso, sublinha-se outro trecho da narrativa de Gal, no qual ela descreve uma situação específica envolvendo um amigo de longa data. A cliente discorre sobre o modo como essa pessoa a trata, referindo ser um homem casado que ocasionalmente a procura com a intenção de “ficar” (sic) com ela, o que não é correspondido pela cliente. Ao abordar o assunto, inicialmente, prevalece em Gal um tom descontraído, sendo percebido pela descrição da cliente que se trata de uma pessoa querida, um amigo com quem ela gostaria de ter mais contato, mas não o faz devido às constantes investidas que recebe. Posteriormente, Gal relata a respeito dos seus sentimentos diante dessa situação, sendo possível, pela sua fala, acessar pontos importantes que devem ser levantados a partir dessa circunstância:

*“[...] E eu fico mais triste por ele não perceber que ele, na tentativa de querer ficar comigo, ele tá me usando como um objeto, tá entendendo? Um objeto de querer realizar um desejo dele que ele tem desde a época da faculdade, de querer ficar comigo, e não conseguiu, e ao mesmo tempo de... de... de passar por cima dos meus sentimentos enquanto mulher, enquanto uma pessoa que pretende ter um*

*relacionamento bacana. De, tipo assim, 'ah, eu vou te usar, eu quero só te usar e não me importo como tu vai se sentir com isso, não me importo se tu tá sendo objeto sexual pra isso, se você vai ser nesse momento que você tá, uma amante, não me importa nada disso, só quero saber eu ficar contigo e realizar um desejo que eu tenho de muito tempo atrás. E ainda passando por cima dos sentimentos da outra mulher dele, né? Então assim, isso tudo é muito triste" (Gal – Sessão de Resumo e Discussão).*

Os conteúdos expressos na narrativa da cliente abrem caminho para um elemento a ser discutido no terreno que se alinha às práticas de controle do corpo feminino, identificado pela violência que se manifesta na representação da mulher como um objeto sexual. Se, por um lado, versa-se sobre os mecanismos de repressão da sexualidade feminina e sua restrição à esfera matrimonial e com fins reprodutivos, isso congrega, na mesma perspectiva, com a construção social que repousa nos mecanismos de dominação da mulher. Nesse âmbito, observa-se a hipersexualização dos corpos femininos enquanto processo de objetificação voltada à satisfação de um público específico, que, em sua esmagadora maioria, é representada por homens heterossexuais. Gal, em seu relato, explicita o constrangimento gerado pela situação e a tristeza por constatar aquilo vindo de uma pessoa próxima, expressando decepção pelo desrespeito ao sentir um processo de objetificação de seu corpo em prol do prazer do outro.

Alinhado a isso, destaca-se o que é trazido por Sousa (2017) a respeito da chamada cultura do estupro, o que, segundo a autora, não se liga necessariamente à discussão a respeito dos critérios legais que balizam a qualificação de determinados atos em crime de estupro, mas sim a um conjunto de práticas que se forjam enquanto violência sistêmica dirigida às mulheres e ao feminino. Esse campo se instaura pela normalização de comportamentos sociais que violam e subjagam as mulheres, falando-se, portanto, sobre as relações de poder a que se articulam os discursos machistas transmitidos das mais variadas formas. Em uma sociedade de classes patriarcais, produz-se uma socialização fundamentada na ideia de que o poder sexual está no homem e que, portanto, este tem o direito de exercê-lo sobre a mulher como quiser e sempre que julgar necessário.

O núcleo de significação nomeado como *Assédio sexual* é composto por temáticas que se conectam ao campo da violência sexual contra a mulher, comparecendo, na narrativa de Elis, conteúdos concernentes a uma situação de violação sofrida em seu ambiente de trabalho. Durante seu processo de AT, a cliente relatou episódios que vinham acontecendo na escola em que trabalhava, destacando que, inicialmente, sua primeira conduta foi a de questionar sua própria percepção a respeito do que estava sentindo:

*“Assim, é uma coisa que eu acho que eu já vinha percebendo, mas eu não queria acreditar que tava acontecendo [...] ele me conhece, conhece minha família, conhece*

*meu marido, como todo mundo do bairro, porque ele é do bairro, então ele é muito conhecido. E eu sempre gostei dele, como profissional, claro. E aí eu tenho percebido que de uns tempos pra cá ele tá meio que se aproximando de mim com outras intenções. Mas eu não queria acreditar. Isso é um absurdo, porque ele sempre se mostrou muito respeitoso e tal, deve ser coisa da minha cabeça, eu acho que ele tá só sendo gentil, né? [...] Mas a cada dia ele vem investindo mais, e aí tá muito complicado, porque ele é uma pessoa que eu tenho como amigo, né? E é muito difícil, assim. Falei até com o professor amigo meu. Foi a única... A única pessoa não, que eu tive coragem não, eu falei com o Rômulo também, meu marido. E o Rômulo pediu pra que das próximas vezes que ele viesse eu meio que cortasse, falando dele, né? Porquê da última vez ele elogiou meu cabelo. Aí o Rômulo disse: Era pra você ter dito que eu gostei do seu cabelo, pra ver se ele se toca. E aí agora... fico assim, evitando chegar perto dele, eu sei quando é que são os plantões dele, eu tento não ir pra escola nesse dia [...]" (Elis – Administração de testes padronizados).*

A cliente se refere a atitudes de um colega de trabalho com quem convive diariamente, sendo descritas, durante os atendimentos, ocasiões nas quais ele empreendia falas invasivas dirigidas à Elis. Evidencia-se, no trecho apresentado, o modo como o marido da cliente maneja a situação que estava sendo compartilhada, remetendo-se à necessidade de ser colocada uma figura masculina como um elemento que intimidaria a continuidade dos comportamentos de assédio. Parece haver, com a fala de Rômulo, uma espécie de demarcação voltada ao domínio de um território que se traduziria na relação entre ele e sua esposa. É notável ainda a forma como a cliente põe em xeque a impressão que tinha das circunstâncias, duvidando do que estava acontecendo por se tratar de uma pessoa conhecida e próxima. A posição assumida, em um primeiro momento, foi a de, mesmo diante do constrangimento sentido, acreditar que aquilo era somente “coisa da sua cabeça” (sic). A esse respeito, Elis sublinha o medo de as pessoas não acreditarem nela caso dividisse suas percepções, deparando-se com a sensação de sentir-se “aliviada” (sic) ao saber que aquele tipo de situação não vinha acontecendo só com ela.

*“[...] quem é que vai acreditar, que o [nome da pessoa], um funcionário exemplar, faz isso? Isso é meio que difícil das pessoas acreditarem [...] O pior é que ele não é direto. Ele não diz abertamente, ele só lança indiretas, né? Então... tudo ainda pra colaborar com a hipótese de que são coisas da minha mente, né, que ele na verdade não queria dizer isso [...]" (Elis – Administração de testes padronizados).*

*“[...] ontem uma das minhas amigas que eu falei que ia levar pra coordenação, ela surpreendentemente disse que eu não era a única a ser assediada por ele. E eu fiquei surpresa e aliviada ao mesmo tempo, porque eu imaginava que era só comigo e ia ser a minha palavra contra a dele. E aí quando ela disse que já aconteceu com ela, que já aconteceu com outra amiga nossa, aí eu fiquei mais... ai, ainda bem que tem outras pessoas, aí é uma possibilidade de uma ajuda maior, eu acho, né? Se for necessário em algum momento eu ter que ir esclarecer essa situação. Então existe agora duas pessoas que podem me ajudar a contar a história, do que é que tá acontecendo. É isso. Aí eu fiquei mais tranquila. Mas eu tô fugindo dele, ontem ele tava lá de manhã e de tarde [...] aí eu não apareci na escola, não tive coragem, fiquei trabalhando em casa. Aí quando foi à noite eu tive que ir pra escola porque tinham alguns alunos que*

*iam fazer minha segunda chamada. E quando eu cheguei ele ainda tava lá, eu fiquei muito apreensiva, fiquei com muito medo, e desconversei, né, passei, entrei e fui logo pra perto das minhas amigas, pra não ficar sozinha” (Elis – Sessão de Intervenção).*

*“[...] descobri que outras pessoas já foram assediadas por ele, à medida que eu vou contando as pessoas também revelam, né? ‘Ah, aconteceu comigo também, num sei que’. Ontem eu conversei com uma amiga minha, aí ela falou ‘Aconteceu a mesma coisa comigo’. Aí eu fico mais aliviada, que não é só comigo. Aí ela perguntou quando que ele tinha começado a investir em mim, aí eu disse que entre agosto e setembro, né? Aí ela ‘foi exatamente no período em que ele deixou de pegar no meu pé’. Ou seja, aparentemente ele vai buscando, né? E se não conseguir ele vai atrás de outra. É uma coisa assim... É o que a gente imagina. Muito triste essa situação, né? Porque ele é uma pessoa que eu tinha total respeito. E pros outros que não sabem da história, dificilmente foram assediados, né... Dificilmente acreditariam na gente, porque é uma pessoa acima de qualquer suspeita. Mas enfim” (Elis – Sessão de Resumo e Discussão).*

Ao partir da hipótese de que as situações de assédio não estariam sendo vivenciadas por outras pessoas além dela, Elis evidencia o receio de expor o ocorrido, anunciando que “ia ser a minha palavra contra a dele” (sic). A declaração da cliente demonstra a maneira como é frequente a negação da realidade do assédio pela sociedade em decorrência do ato de se deslegitimar o relato da vítima em oposição ao que é descrito pelo assediador. Coloca-se, aí, a problemática que advém do fato de que a validade da palavra dos indivíduos é distintamente considerada tratando-se de homens ou de mulheres, ao que é somado pela posição de classes ocupada por esses sujeitos e seus processos de racialização (BIROLI, 2018). Neste âmbito, o alívio referido pela cliente ao tomar ciência de que outras mulheres também estavam sofrendo violações daquela ordem aponta, sobretudo, para a possibilidade de que sua narrativa pudesse ser qualificada como verdadeira em uma perspectiva de denúncia na medida em que, somente pela reiteração dos fatos pelos relatos de outras vítimas, poderia ser encarada como autêntica.

É notável, no cenário forjado nessas circunstâncias, o modo como as práticas de violência se justapõem ao recaírem sobre a vítima, ao passo que, além de sofrer assédio, a mulher ainda tem sua palavra submetida a um julgamento social que encontra suas bases alicerçadas às práticas de dominação patriarcais. Nisso, é instaurado o pressuposto de que o homem, detentor do poder, também dispõe de lugar de privilégio em uma disputa de narrativas, sendo socialmente estabelecido o critério de verdade com base na posição assumida no interior das relações sociais. A isso se liga a ideia levantada por Sousa (2017) no que diz respeito à construção social do estuprador/assediador, o qual tem sua representação ligada a uma imagem bestializada, de alguém que fica à espreita de sua vítima em um beco escuro, ou, por outro lado, a de um indivíduo doente, isento de qualquer responsabilidade sobre seus atos. Essas duas concepções distanciam a figura de agressor do homem “comum”, amigo, marido, colega de trabalho, pai, irmão, vizinho, destituindo-os de características que seriam vistas como



necessárias à constituição do esturpador/assediador, e, portanto, sempre os concedendo o privilégio da dúvida em uma acusação de violência sexual.

O relato de Elis demonstra justamente a inaplicabilidade de se permanecer na tentativa de reproduzir uma ideia homogênea baseada em atributos que teoricamente qualificariam um indivíduo como agressor, sendo descrita pela cliente uma violação cometida por uma “pessoa acima de qualquer suspeita” (sic). O pressuposto de que ele era “conhecido” (sic), com contato com sua família e demais colegas, levou a cliente a duvidar de que aquilo realmente estava acontecendo, necessitando da confirmação de outras pessoas mesmo sentindo-se assediada. Aqui, ganha destaque o caráter de totalidade pelo qual se compreende analiticamente a narrativa da cliente, considerando-se o modo como os fenômenos descritos reverberam, inclusive, na maneira com a qual Elis nomeia a situação:

*“[...] eu descobri até com a advogada que o nome não é assédio, que o nome é importunação sexual, porque assédio seria se fosse um superior seu tentando alguma investida assim, né? Alguma investida sexual. No caso ele é um funcionário da escola terceirizado, ele não é meu superior. Ela disse que tem essa nomenclatura, mas enfim. E aí depois dessas conversas que eu tive, aí a advogada pediu ‘Converse com o diretor, você não é obrigada a conversar com ele’ – com o assediador, né? E eu não tava realmente segura, né, eu não queria falar com ele, e nem quero” (Elis – Sessão de Acompanhamento).*

O uso da expressão “importunação sexual” (sic), em substituição a “assédio” (sic), é justificado por Elis com base na orientação que recebera de sua advogada. O argumento estaria ancorado na prerrogativa que descreve legalmente os dois termos, sendo tomado como critério para diferenciação a posição hierárquica assumida no ambiente de trabalho pelos agentes envolvidos. Desse modo, no caso de Elis, a nomeação das violações como importunação sexual estaria fundamentada no fato de que o agente que cometeu as ações não exerce um cargo de superior hierárquico da vítima, e, portanto, não poderia se aproveitar de sua condição para obter vantagem ou favorecimento sexual. A respeito dessa distinção, é mister a discussão em torno dos usos políticos que se ligam aos processos de nomeação e a maneira como isso exerce um efeito sobre as construções de significados e sentidos implicados a determinados fenômenos.

Problematiza-se, aqui, uma diferenciação que se estabelece apoiada em uma dinâmica de hierarquização restrita às relações de trabalho, sendo ignoradas as estruturas de poder que atuam em uma sociedade de classes patriarcais. Desse modo, tomar a posição ocupada por quem pratica as ações como única referência à sua caracterização como assediador pode ser compreendido como um critério que oculta o fato de que o modo de organização social em que se estabelecem as relações já é, por si só, hierarquizado pela clivagem entre a classe, o

gênero e a raça dos indivíduos. A substituição de uma expressão por outra, com um valor simbólico muito diferente, também norteia a forma como a situação pode ser encarada e julgada, tendo seus efeitos minimizados por uma aparente diminuição da gravidade daquele tipo de violação.

Ao discutir os significados da violência, Saffioti (2015) destaca que “as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente” (p. 79). Isso é demonstrado, em Elis, pelos inúmeros desdobramentos que emergem da situação, identificados desde a hesitação inicial da cliente em acreditar que aquilo estava acontecendo, minimizada somente após o fortalecimento de sua convicção pela soma aos relatos de outras mulheres, até a disponibilidade de recursos legais no direcionamento do caso.

A infeliz constatação de que paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas indica o caráter estrutural desse tipo de violência, caracterizada por um mecanismo de opressão que subjuga a mulher e localiza no corpo feminino um alvo para as mais variadas formas de abuso. Isso se especifica a depender de diferentes fatores, citando-se a relação estabelecida entre a vítima e o agressor como um importante elemento a ser aprofundado tendo em vista as consequências que estão em jogo nesse cenário. No núcleo de significação *Abuso sexual*, referente ao caso Rita, são apresentados relatos correspondentes à descrição do período em que a cliente fora violentada por seu pai, comparecendo, em sua narrativa, elementos como culpa, vergonha, além da raiva pelo posicionamento passivo de sua mãe diante daquela situação:

*“[...] eu tirei, deletei da minha vida. Porque tem gente que sofre pela ausência de um pai, né? O meu teria sido muito mais lucrativo se nunca tivesse conhecido, nunca tivesse existido, porque ele só me fez mal. Se você me conhecesse na época que eu morava com ele, eu tremia da cabeça aos pés. Eu tinha medo de dormir à noite, eu tinha medo de ficar sozinha em casa com ele, tinha medo de tudo. Tinha medo dele me matar, porque ele tinha um revólver dentro de casa, e ele só apontava pra minha cara, porque minha mãe nunca enfrentou, né? A gente passou, começou a partir pro enfrentamento, ele começou a me agredir, a dar socos, e foi uma ocasião em que ele colocou um revólver na minha cara e disse que ia me mandar pro quinto dos infernos. Aí eu perguntei se ele só servia pra isso, pra nos ameaçar, pra ME ameaçar, porque minha mãe era passiva [...]” (Rita – Sessões Iniciais 01).*

*“Isso marcou demais, parece que é uma coisa que te marca, afeta, porque parece que as pessoas não dão a dimensão correta. Porque eu sou de uma época que não se falava sobre isso, hoje você faz uma denúncia, né? Hoje têm os Conselhos Tutelares. Naquela época, só havia vergonha e você... eu, no meu caso, eu falei pra minha mãe, minha mãe num me ouviu, ela fingiu que não ouviu! Ela fingiu que não ouviu, que não era com ela, e eu não tinha coragem de falar pra outras pessoas, eu tinha vergonha, eu me sentia vítima e me sentia culpada também. A vítima leva a culpa! Será que é porque eu tava usando aquela saia?! Será que... não sei, você se faz um monte de questionamento, um abuso que começou quando eu tinha 11 anos. E assim,*

*muito complicado pra mim, meu próprio marido não acreditava em mim quando eu contei, né? Quando eu conheci o Alfredo<sup>13</sup>, meu pai havia me expulsado de casa, não sei se eu contei isso pra você. E a gente foi morar numa favela, eu fui morar numa favela, né, junto com a minha tia. Aí eu namorei o Alfredo um ano, no segundo ano a gente noivou e ele falou que ia pedir a minha mão ao meu pai. Eu falei 'não há necessidade de você pedir nada ao meu pai, meu pai me odeia'. 'Não, mas eu preciso falar com ele...' E ele nunca acreditou" (Rita – Sessões Iniciais 01).*

*"Conversei, chorei muito. Eu não consigo entender. Mas eu não gosto de ficar falando porque eu vou me exaltando (suspiro) na medida do que eu vou lembrando, sabe? Falo 'poxa, que falta de reação. Por quê? Por que, né? Por que a senhora se fez de morta? Por que tanto medo?' Ela era muito medrosa [...] Já tava trabalhando, pedi pra gente sair de casa, pedi pra que fosse comigo. Eu fico pensando, minha vida tomou um rumo que não era pra ter sido (choro). Se minha mãe tivesse me apoiado, não tinha saído de lá. Eu não tinha saído de São Paulo, não tava vivenciando todo esse drama (suspiro). Eu nunca consegui entender. Porque sempre a amei tanto e acho que ela me ama, mas por que? (suspiro). A opção dela foi meu pai. Por que que ela optou por ele? E assim, se você disser, não, eles tinham o relacionamento deles, não era bom? Não, não era bom, não era bom, ela era maltratada de todas as maneiras. Ele era abusivo com ela também, só que não chegava a agredir, porque comigo ele agredia, né? Então assim, fico pensando, esse é meu grande tormento, minha vida tomou um rumo, uma direção, foi tomando, tomando, tomando e... Eu não acho que era pra tá assim. Era pra ser diferente (suspiro)" (Rita – Sessões Iniciais 03).*

As vivências elucidadas por Rita referem-se, de acordo com a definição de Saffioti (2015), à violência familiar, que, no caso da cliente, é identificada a partir das situações de agressão física, sexual, moral, psicológica, além das ameaças e do extremo controle sobre sua vida. No contexto em que vivia, não conseguiu contar com a ajuda da mãe, enfatizando a omissão desta ao relatar que “ela fingiu que não ouviu, que não era com ela” (sic). Rita expõe uma trajetória marcada pela ruptura de sua integridade em diferentes esferas, e, ao destacar que “parece que as pessoas não dão a dimensão correta” (sic), expressa o sentimento de indignação por não ser escutada, inicialmente, por sua mãe, e, quando adulta, pelo seu marido, quem, inclusive, perpetua a prática machista de querer “pedir a mão” (sic) da então namorada ao pai. Soma-se a isso o fato de nunca ter sido tomada nenhuma providência direcionada ao agressor, o que parece relegar as violações sofridas pela cliente a um lugar de completo obscurantismo.

Depreende-se, da circunstância descrita, um cenário no qual figura como vítima não somente Rita, mas também sua mãe, caracterizada pela cliente a partir de um lugar de passividade conferido a alguém que não se mobilizou diante do que estava acontecendo. Ao silêncio sobre o qual Rita se queixa podem se ligar diferentes motivos, sendo necessário refletir sobre as implicações que se conectam à condição de esposa do agressor, levantando-se hipóteses quanto às possíveis violências também sofridas por ela neste papel. A esse respeito, Saffioti (2015) destaca que, ao se falar sobre violência doméstica, enuncia-se um gênero em

<sup>13</sup> Alfredo é um nome fictício utilizado para designar o marido da quarta cliente, Rita.

questão, o masculino, estabelecendo-se um domínio que, hierarquicamente, tem início no patriarca e termina no mais frágil dos seus filhos - possivelmente filhas:

“No grupo domiciliar e na família não impera necessariamente a harmonia, porquanto estão presentes, com frequência, a competição, a trapaça e a violência. Há, entretanto, uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus (suas) próprios(as) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas” (SAFFIOTI, 2015, p. 78).

Neste trecho, a autora explicita um elemento imprescindível ao se compreender o contexto da violência doméstica, sendo enfatizada a construção social em torno da instituição família e as danosas consequências provenientes da reprodução de um modelo familiar tradicional. Neste sentido, uma acusação de violência perpetuada pelo “chefe de família” contra seus filhos e filhas vai de encontro ao que se pretende construir como cena familiar, sendo, por vezes, colocado como absurdo, algo irrealizável no interior do próprio lar. Acrescentam-se a esse caráter simbólico as possibilidades materiais que, em muitas das vezes, atuam como um dos principais – senão o principal – empecilho à efetivação de uma denúncia. Dependência financeira, ameaças e manipulações são exemplos de condições que desempenham papel central para a permanência de mulheres em relações conjugais prejudiciais para si e para seus filhos, não sendo possível vislumbrar a separação como uma alternativa concreta.

Há que se manter o foco, portanto, naquilo que sistematicamente se conforma como um problema, a saber, a opressão que conjuga estruturalmente as relações generificadas. Este fenômeno, engendrado basilarmente no interior de uma sociedade capitalista, é o que deve ser localizado como central à compreensão do que é relatado enquanto violência. Uma análise que vá ao encontro dessa perspectiva possibilita conceber, de maneira integral, os processos que ocorrem no âmbito individual como efeitos de um tecido social constituído pela articulação entre os mecanismos da exploração e da opressão, anunciando-se uma reivindicação que se dá na ordem do coletivo em contraponto à tendência de se pessoalizar o que comparece como questão.

Desse modo, ao sentido dado por Rita em referência ao silêncio de sua mãe diante da violência que se perpetuava acrescenta-se uma análise que se debruça sobre as condições simbólicas e objetivas que, justapostas, organizam um cenário que restringe as reais possibilidades de efetivação de uma denúncia ou separação. Localiza-se no modo de organização social capitalista a radicalidade das práticas patriarcais que se revelam enquanto violência sistêmica contra as mulheres, minando sua existência pela completa sujeição ao poder

masculino (FEDERICI, 2019). Essa dinâmica molda também a representação da combatividade, recaindo-se sobre a mulher a responsabilidade por permanecer em circunstâncias de violência doméstica e/ou familiar ao se naturalizar a reprodução dessas ações pelo homem. Nesse processo, sentimentos como culpa e vergonha comparecem como imperativos de um lugar de vítima que não encontra explicação para o sofrimento vivido, o que ganha contornos ainda mais específicos quando o agressor é seu próprio pai:

*“[...] um monte de coisas, assim, na minha cabeça se embaraçam. Eu sempre tive horror ao meu pai, sem saber exatamente o porquê, desde pequena. Ai algumas cenas, assim, me vêm à memória, e eu perguntei à minha mãe ‘será que isso foi real? Será que isso aconteceu?’ Porque eu lembro que eu era uma criança de colo, queria tá sempre com ela, com ele nunca, eu não gostava, eu não gostava desse contato com meu pai, eu não gostava dele, sabe? Isso desde pequenininha. E assim, eu tentava não me expor, tá entendendo? Não andava, eu nunca andei pelada na casa, eu nunca... nunca coloquei uma roupa que provocasse qualquer coisa, qualquer tipo de... eu sempre me escondi, me recatei, e mesmo assim aconteceu o que aconteceu comigo [...]” (Rita – Sessões Iniciais 02).*

*“Acho que na verdade esses quatro elementos, sendo muito sincera, eles estão ligados ao meu abuso, ao abuso que eu sofri. Tanto a extroversão, confiança, interações sociais como assertividade. Eu tinha muita vergonha, sabia? Muita vergonha. Incrível, né, como a vítima ainda se sente culpada. Será que foi porque eu usei um short muito curto, né? Será que foi algum gesto meu? Eu penso um monte de coisas. Eu acho que essas questões tão ligadas, as quatro, são ligadas ao abuso” (Rita – Sessão de Resumo e Discussão).*

Tanto no primeiro trecho, no qual Rita descreve a memória de sensações infantis acionadas pela presença do pai, quanto no segundo, com a articulação de elementos resultantes da administração de testes psicológicos em seu processo de AT, estão presentes a vergonha e a culpa que se associam aos abusos sofridos por ela em um determinado momento de sua vida. À colocação de que “tentava não se expor” (sic), a cliente soma a descrição de que evitava usar uma roupa que “*provocasse qualquer coisa*” (sic), como se, de algum modo, a responsabilidade pelo que acontecia pudesse estar ligada a algum comportamento seu. Além disso, Rita levanta questionamentos direcionados a ela, que têm como ponto em comum a indagação se, de alguma forma, seu modo de se vestir ou de agir pudesse ter incentivado seu pai a violá-la.

Acerca disso, recorre-se à explanação desenvolvida por Souza (2006), que, para analisar o modo como a subjetividade se constitui, a delimita como “concretude que auxilia a opressão a colocar-se em ação, enquanto contribui para o seu fortalecimento” (p. 112). Uma perspectiva sócio-histórica dos processos psicológicos conduz ao entendimento de fenômenos particulares em conexão com as determinações sociais, depreendendo-se, portanto, que uma sociedade estruturada sob égides patriarcais é produtora de subjetividades que se alinham a essa configuração. Isso é importante para a análise das narrativas de Rita na medida em que guardam

relação com a interiorização de normas que se traduzem nos sentimentos de vergonha e culpa, expressando a maneira com a qual as mulheres são ensinadas, em seu processo de socialização, a lidarem com circunstâncias em que têm seus corpos violados.

Relacionado a isso, Sousa (2017) discute a respeito da construção social vinculada à imagem da vítima de violência sexual, sublinhando a existência de uma idealização na qual são projetadas particularidades que caracterizariam o “tipo” de mulher que potencialmente correria o risco de ser estuprada/abusada sexualmente. Em consonância com a ideia desenvolvida pela autora acerca da figura do estupro, a representação da vítima estaria de acordo com a construção que se faz do estupro como um caso isolado, que ocorreria em contextos específicos em virtude muito mais da imprudência da mulher, que se colocaria em situações de risco, do que da responsabilidade do agressor. Produz-se, então, um conjunto de práticas que normalizam determinados comportamentos, roupas, gestos, ratificando a premissa de que a forma como a mulher age perante a sociedade legitimaria a forma como ela deverá ser tratada.

Observa-se, na narrativa de Rita, uma grande preocupação em referência ao modo como sua filha age e se veste, sendo colocada pela cliente a desaprovação direcionada ao comportamento da jovem. Durante seu processo de AT, Rita descreveu episódios frequentes nos quais reclamou sobre a filha estar sem roupa na frente do pai e do irmão, além de relatos condizentes à forma como a garota vivencia, de maneira livre e não conservadora, seus relacionamentos amorosos e sua sexualidade. A cliente expressa o medo de que se repita com sua filha o que lhe aconteceu, e passa a dimensionar os riscos associados às situações nas quais a jovem se coloca:

*“[...] então, ela foi crescendo, a gente sempre foi muito próxima, mas chegou um momento que ela começou a entrar na adolescência, começou com esse negócio de namoros e de achar que tudo é natural, sabe? De ser desbocada, de contar da vida íntima dela, que eu não gosto, eu não gosto. Eu sou muito conservadora, sabe? Aí ela é toda assim... anda nua dentro de casa, sabe? ‘Por favor, tem teu irmão, teu pai, né? Eu sou uma pessoa vítima de abuso, você faz um negócio desses, a gente tem que se preservar’. ‘Ah, mas é meu irmão, meu pai!’ Eu falo ‘é, no meu caso era o meu pai, e aí, o que você me diz?’” (Rita – Sessões Iniciais 01).*

*“[...] tudo que eu tenho pavor, ela faz! E por mais que eu tente colocar na cabeça dela que essa história de irmão, pai, não existe... o abuso é uma coisa real! E isso num é o estranho não, que vem lá da puta que pariu pra te abusar não, é quem geralmente tá dentro da tua casa, cara! Eu peço que ela se preserve, se preserve. Acho que tem, porque dá raiva, sabe? Eu sinto muita raiva! De eu ter passado pela situação, de eu ter falado, narrado pra ela tudo que é, como é que é, e ela não tá nem aí” (Rita – Sessões Iniciais 01).*

*“[...] ela sempre diz ‘não quero concordar, não vou fazer, não me importo com o que os outros falam! Não me importo com o que a sociedade tá pedindo!’ Filha, cuidado,*

*pelo amor de Deus... cuidado... porque eu também concordo com um monte de coisas, mas às vezes a gente se submete a isso pra não entrar em conflito, pra não... é... não sofrer. Porque assim, a nossa sociedade infelizmente ela é muito cruel com a mulher, né, muito! E num diga que os tempos mudaram, porque não mudaram tanto assim não, viu? Você vê a mesma violência. A gente vê a figura do nosso presidente que é o exemplo maior, né, essa história com a repórter foi horrível! Se fosse um homem, será que seria o mesmo contexto?! Tudo isso é o mundo quem tá dizendo, não sou eu! Que tô falando pra ela... é o mundo, é a sociedade, a gente tem o nosso governo misógino, misógino, que odeia mulheres! Né? Então, assim, eu tenho muito medo por ela [...] eu acho muito complicado, não é a minha postura pessoal, é a postura da sociedade, é a postura do mundo. É claro, a gente pode mudar o mundo, pode. Mas também cê vai sofrer as consequências disso, é isso que eu tenho medo” (Rita – Sessão de Intervenção).*

O modo advertido pelo qual Rita se expressa indica importantes desdobramentos decorrentes da sua vivência pessoal na medida em que a própria cliente situa o fenômeno em uma perspectiva mais ampla, alertando sobre o reconhecimento de uma sociedade que é “muito cruel com a mulher” (sic). Ganha destaque, aqui, a polissemia identificada nos sentidos de desempenhar a função da maternidade quando se tem uma filha, o que, no caso de Rita, se especifica mais ainda em função do histórico de abuso sofrido durante sua infância e adolescência. O medo da repetição entoa um cenário no qual nenhuma mulher parece estar imune a ser vítima de quaisquer tipos de violência, sendo diluídas as convicções de segurança que estariam equivocadamente amparadas no grau de parentesco ou proximidade em referência aos homens com quem se convive. A constatação, em Rita, da violação ter sido cometida pelo seu próprio pai fortalece o medo de que o mesmo ocorra com sua filha, o que a cliente busca minimizar com orientações voltadas à conduta da jovem, especialmente no que tange à exposição de seu corpo.

Depreende-se, a partir das manifestações da cliente, algo que se repete para além do receio direcionado à possibilidade de sua filha sofrer violência sexual, sendo reproduzida, no relato de Rita, a percepção de que a probabilidade de abuso pode ser minimizada mediante os comportamentos da potencial vítima. O fato da jovem ter o hábito de não usar roupas em casa, na presença de seu pai e irmão, aciona em Rita um estado de alerta que, possivelmente, vincula-se à sua experiência particular e ao modo como se deu a internalização de normas sociais que legitimam a perpetuação da violência sexual em face das situações nas quais a mulher se colocaria. A isso se soma a ratificação sublinhada pela cliente de que, na contramão do que se produz no imaginário social, o abuso não se dá somente enquanto violência externa ao ambiente doméstico, mas, pelo contrário, o agressor “é quem geralmente tá dentro da tua casa” (sic).

A afirmação de que “não é a minha postura pessoal, é a postura da sociedade, é a postura do mundo” (sic) traduz a articulação pela qual se dá o processo de construção da subjetividade. Se a individuação é um fenômeno determinado pelas mediações históricas, o gênero é um importante indicador da direção tomada pelos processos de socialização em virtude do que se cria como feminino e masculino e a o que se destinam cada uma dessas posições (IZQUIERDO, 1992). Ganha ênfase, na frase dita por Rita, a articulação entre o que seria “pessoal” e o que seria “da sociedade”, de modo que, no real, o campo existente é o que essas duas esferas se entrelaçam e se confundem, justamente porque uma não se esgota na outra, mas só existem em uma relação.

Ao localizar sua existência, enquanto mulher, em um país que conta com “um governo misógino” (sic), Rita demarca as condições objetivas e simbólicas que subsidiam a vivência das mulheres enquanto alvos de violações e sujeições ao poder masculino, institucionalmente legitimado por um governo que “odeia mulheres” (sic). É possível observar, em Rita, a construção de uma narrativa que, produzida em conexão com sentidos e significados localizados socialmente, no real, produz-se como uma teia de elementos de diferentes ordens, enlaçados como uma instância afetiva que conclama às violações perpetuadas pelo seu pai, às impossibilidades de resistência, à validação social da violência sistêmica contra as mulheres e à forma como isso se reflete na relação com sua filha.

O eixo em comum em torno do qual empreendeu-se a análise das narrativas indica a centralidade do caráter estrutural que organiza, reproduz e fortalece as práticas de controle do corpo feminino. As particularidades manifestadas nas experiências singulares de cada uma das quatro clientes apontam para a forma não hegemônica com a qual a opressão incide, de maneira diferenciada, nos sujeitos pela intersecção da história de vida destes e das determinações históricas da sociedade em que estão inseridos. Tomar esses fenômenos em uma perspectiva de totalidade vincula-se à urgência de se redimensionar pautas concernentes ao controle do corpo feminino e suas conseqüentes violações, combatendo-se o caráter liberal que se alinha ao fortalecimento de uma política de empoderamento pessoal. Conceber o controle, o assédio e o abuso sexual enquanto conseqüências diretas do modo de organização capitalista significa, portanto, demarcar uma reivindicação que só pode se dar no coletivo.



### 5.2.4 *Relações (de poder) afetivas*

O título que nomeia esta seção anuncia um posicionamento que parte da conceituação de gênero como “a forma central da opressão nas sociedades patriarcais” (SOUZA, 2006, p. 153), prerrogativa fundamental à compreensão do que se coloca enquanto determinação social nas relações entre homens e mulheres. A esse respeito, fala-se sobre a necessidade de realizar um movimento analítico no campo dos afetos que possibilite apreendê-los enquanto construção histórica, que se integra e se transforma pelo modo como a realidade é experimentada e internalizada nos processos de individuação (VIGOTSKI, 2000). Nisso, há que se pôr em evidência um real ditado pela norma patriarcal, com um arranjo social sexista pelo qual se sustenta o lugar de privilégio masculino em face dos interesses do capital (SOUZA, 2006).

Este cenário é o campo concreto no qual as relações se conformam e são institucionalizadas, balizadas por parâmetros muito específicos alinhados a uma perspectiva de heteronormatividade que dita características representativas das posições masculinas e femininas no interior da esfera íntima. Ao discutir o que se produz como ideais de gênero, Zanello, Fiuza e Costa (2015) destacam atributos que se colam às definições de homem-mulher no que tange aos relacionamentos amorosos, situando mecanismos de subjetivação que se forjam a partir dessas anunciações:

É o retrato da prescrição socialmente destinada ao “ser mulher”: devem ser dóceis, amorosas, devotadas, recatadas e, sobretudo, amantes. A exigência social para que cumpram este padrão preestabelecido aprisiona as mulheres ao desejo do outro, silenciando-as em uma vivência de impotência, apagada [...] No que se refere aos homens, o ideal valorizado em “um homem de verdade” segue uma lógica fálica, de virilidade, que se firma em duas vias: pelo exercício ativo de sua sexualidade (“pegador”), mas também pelos aspectos relacionados à produtividade laboral. Ao contrário das mulheres, destinadas a uma existência marcada pelo silenciamento, a representação da masculinidade não trata apenas de atingir um padrão viril assumido como dominante, mas de parecer, transparecer, demonstrar essa situação (pp. 239-240).

As características elencadas pelos autores não se dispõem como algo dado, mas refletem o conjunto de práticas que se ordenam no binarismo em torno do qual se dá o processo de tornar-se pessoa em uma sociedade patriarcal, qual seja, tornar-se homem ou mulher. Essas posições orientarão tratamentos diferenciados em função das expectativas, também diferenciadas, que se destinam a cada grupo sexual, refletindo-se em mecanismos de subjetivação coerentes com o desenvolvimento individual que o capital espera (IZQUIERDO, 2010). Nisso, encontram-se articulados os conceitos de família, de casamento, de

relacionamentos afetivos e a própria concepção de amor romântico subjugados à socialização patriarcal capitalista.

À devoção e ao silenciamento implicados à condição feminina, como destacado em Zanello, Fiuza e Costa (2015), opõe-se a representação de um homem viril, que, tendo sua valoração ponderada pelo desempenho sexual e laboral, demanda do reconhecimento social para fortalecer seu lugar masculino. Dentre os inúmeros desdobramentos que se ligam a essas normas, figuram as manifestações no campo das relações afetivas, o qual tem, inclusive, como elemento basilar a determinação social da heteronormatividade como padrão a ser seguido. Elenca-se a naturalização de modelos de relacionamentos convergentes com o que se espera como resposta de homens e mulheres, sendo estabelecida a monogamia como pacto organizador da afetividade, a qual passa a ser socialmente aceita como passível de rompimento somente no caso de a traição ter sido cometida pelo parceiro.

Os efeitos dessa dinâmica condizem com a ordenação de uma esfera íntima marcada por configurações afetivas protagonizadas por dinâmicas abusivas, traições, responsabilidades assimétricas, cerceamento da liberdade, além de outras reverberações forjadas nas relações amorosas. O que se pretende enunciar, com isso, é que os mecanismos de ordem estrutural, ao se falar sobre uma sociedade de classes patriarcais, incidem diretamente na conformação da vida privada e no que se apresenta como possibilidade real para a vivência das mulheres e dos homens no interior dos relacionamentos. Não se sustenta, como indicado por Beauvoir (1970), a falsa ideia de igualdade que balizaria um ideal romântico, o que é verificado, inclusive, na disparidade do que se transmite como representativo das condições feminina e masculina na construção dessas relações.

Ao discorrer sobre a diferenciada valoração dos afetos, da sexualidade e das condições objetivas nos arranjos familiares e amorosos, Biroli (2018) destaca as ambivalências que se situam nos padrões excludentes e na imposição de restrições aos indivíduos, em especial às mulheres e às crianças. Situando a família e os relacionamentos na história, em conexão com contextos culturais e sociais determinados, a autora opera com as dimensões do controle e dos privilégios e desigualdades, referindo que o primeiro, ao incidir “sobre a vida de mulheres e homens, define fronteiras entre, de um lado, formas de vida aceitáveis e valorizadas e, de outro, formas que, por serem estigmatizadas, são alvo de violência simbólica e de privações” (p. 92). Os privilégios e as desigualdades convergem-se no campo das leis, que, ao legitimarem determinadas concepções de arranjos amorosos, culminam não somente no desigual reconhecimento social, mas têm implicação direta no acesso aos recursos concretos para a vida.

As diversas restrições que se ligam ao domínio da vida doméstica, e neste se enfatizando as relações amorosas, se especificam em consonância com as posições assumidas pelos indivíduos na sociedade, apontando-se a conjunção das variadas formas de exclusão a partir do “contexto comum de formação de uma classe burguesa como classe universal, capaz de definir seus valores e suas formas de vida como signos de diferenciação e normas de interação que seriam caracterizadas como racionais” (BIROLI, 2018, p. 94). A isso encontra-se articulada a produção de estereótipos que sustentam juízos sobre o valor da vida das pessoas, suas capacidades e modos de interagir com o mundo, destacando-se aqui os significados gendrados que operam na conformação dos papéis sociais (IZQUIERDO, 1992). No tocante a isso, os núcleos de significação **Relacionamento afetivo com ex-companheiro** (Bethânia), **Confiança e relações amorosas** (Gal) e **Amor e casamento** (Rita) são identificados pela confluência de narrativas que expressam elementos importantes à análise do que se apresenta como determinação social nas vivências amorosas.

Durante o processo de AT de Bethânia, a cliente discorreu sobre o relacionamento que teve com o pai de sua filha, com quem esteve durante 23 anos. A relação era alvo de críticas feitas pela família da cliente, especialmente sua mãe, que não concordava com a forma como o então companheiro da cliente a tratava. As descrições de Bethânia relativas à vivência desse relacionamento demarcam o lugar de sujeição ao qual esteve submetida, o que se evidencia nas palavras utilizadas para narrar esse período de sua vida:

*“[...] o relacionamento que eu tive foi muito... de me reprimir, né? Acho que eu até já te falei, né? Como a minha menina diz, um relacionamento abusivo, depois eu chamei de abusivo” (Bethânia – Administração de testes padronizados).*

*“Tipo assim, voltando no tempo, né, a questão de relacionamentos, eu tive muitos anos, muitos anos... quer dizer, eu sempre aceitei tudo. Mesmo não gostando, não querendo, não achando que era legal. Foi um período assim que realmente eu só fiz tudo que a pessoa quis. Não fiz nada, nada do que eu quis naquela época, nada. E assim, embora eu ainda continue muito assim, mas eu não sei como é que foi possível, realmente durante tantos anos, eu me importar daquela forma [...] E tipo eu só dizia amém, amém, amém, amém. Não sei como foi possível, mas foi. Aí isso aí, não sei se isso aí também foi que me deixou mais assim, porque talvez eu já tinha essa maneira de ser, e talvez assim aumentou mais ainda, né? Pressionada mesmo, porque tinha uma pressão mesmo, que ficava difícil até eu me libertar totalmente disso. Posso até já ter me libertado pela metade, digamos, mas como foi tanto, muito, muito intenso assim mesmo, talvez não consegui me libertar totalmente, porque foi uma vida assim, foram 23 anos. Foi toda minha juventude mesmo, nessa situação, que hoje, pra me libertar totalmente talvez não seja tão fácil” (Bethânia – Sessão de Intervenção 01).*

Os relatos de Bethânia evidenciam características balizadoras do relacionamento amoroso vivenciado, operando-se com uma dinâmica de repressão e supressão dos reais desejos da cliente. Com a descrição “não fiz nada, nada do que eu quis naquela época” (sic), a cliente

situa o que estava em questão, suscitando a um lugar de sujeição em referência ao que era posto pelo seu então companheiro. Bethânia se utiliza do termo “relacionamento abusivo” (sic), inicialmente empregado por sua filha, assimilado pela cliente como representativo do jogo de poder ao qual estava submetida. Um elemento relevante que se observa na narrativa da cliente concerne às repercussões da relação no seu modo de agir e de ser, o que comparece no trecho “Aí isso aí, não sei se isso aí também foi que me deixou mais assim, porque talvez eu já tinha essa maneira de ser, e talvez assim aumentou mais ainda, né?” (sic). Bethânia enfatiza ainda a duração do relacionamento, aspecto a que atribui a dificuldade de se “libertar” (sic).

O relato fomenta a discussão acerca da dinâmica de poder engendrada pelo patriarcado e os efeitos disso no tocante aos modelos de relações amorosas, o que se apresenta como um processo de violação que incide, estruturalmente, sobre as mulheres. Ao assumir que “a organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominância, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres”, Saffioti (2015, p. 79) exprime a ideia central de que a diferença sexual, por se integrar ao tecido social, converte-se em diferença política, diluindo-se os limites que distanciariam a esfera pública da privada. A narrativa de Bethânia é ainda uma expressão do modo como o processo de individuação se atualiza em consonância com a interação estabelecida com o meio (VIGOTSKI, 2000), o que comparece, inclusive, nos sentidos que a cliente atribui ao desenvolvimento de um relacionamento abusivo e sua permanência nele:

*“Bethânia: Assim, porque eu só fazia o que ele queria. Eu não podia sair, se não fosse com ele... assim, até dos meus amigos eu me afastei, né? Não tinha liberdade. Era horrível, era um controle geral. ‘Que horas sai? Que horas chega? Já chegou? Tava aonde? Com quem tava?’ Era assim um controle assim, pelo amor de deus. Uma coisa assim até doentia, digamos assim. Eu não sei como é que eu vivia com isso. Me pergunto meu deus, como é que eu aceitei? Não posso nem botar a culpa nele, né? As pessoas às vezes tinham raiva dele por causa disso também, né, minha mãe, minha família. Mas de repente tava até em mim mesmo, não era nem nele. Eu aceitei [...] Eu acho que eu é que teria que não aceitar, né? O fato dele querer que eu fosse daquele jeito... tudo bem que eu já tenho assim esse jeito, eu já sou assim mesmo, pacata, não sou de sair, eu já tenho um jeito assim. Mas assim, era ao extremo, era exagerado, era fora do limite, de acordo com o que ele queria [...] Eu poderia não ter aceitado, poderia nem ter dado certo o relacionamento, não ter me relacionado. Mas era pra eu ter feito isso, né? Não ter aceitado, de jeito nenhum.*

*Psicóloga 1: O que você acha que fez você permanecer nessa posição, o que é que passa pela tua cabeça?*

*Bethânia: Assim, não botando a culpa na pessoa, mas talvez são pessoas que são muito dominadoras, né? E eu acho que ele é esse tipo de pessoa, dominador... e eu, deixei me dominar. Eu sou uma pessoa dominada, digamos, e ele o dominador. Por isso que aconteceu isso. Talvez se eu fosse igual a ele, não tivesse acontecido. Como a gente era diferente, nesse sentido... era a situação” (Bethânia – Sessão de Intervenção 01).*

Um elemento importante a ser sublinhado nos excertos diz respeito ao entendimento de Bethânia no que concerne à responsabilização pela dinâmica abusiva de relacionamento, destinando a si a questão “como é que eu aceitei?” (sic). Enlaçados a isso, os trechos “Não posso nem botar a culpa nele” (sic) e “era pra eu ter feito isso, né? Não ter aceitado, de jeito nenhum” (sic) expressam a direção para onde a cliente aponta, em um movimento no qual o que parece estar em jogo não é necessariamente a sua implicação na manutenção do relacionamento, mas a maneira como o ex-companheiro é eximido da responsabilidade do que ocorrera. Neste sentido, Bethânia encontra justificativas para as atitudes abusivas no que seriam características próprias dos sujeitos, descrevendo um arranjo no qual ela era “a pessoa dominada [...] e ele, o dominador” (sic).

A afirmação parece ser fundamentada em determinações naturalísticas às quais encontram-se associadas as produções de estereótipos das representações binárias, depreendendo-se, das conceituações de “dominada” em oposição a “dominador”, as posições que se atribuem, respectivamente, à mulher e ao homem no interior de um relacionamento. A dinâmica abusiva parece encontrar explicação, para Bethânia, nas respostas que já se esperam do homem, cabendo a ela, enquanto mulher, aceitar. A maneira como esse processo ressoa nos sentidos que a cliente atribui à relação e à forma como se culpa por isso indica o comparecimento da lógica patriarcal na assimilação das impossibilidades afetivas com as quais as mulheres se deparam, sempre atravessadas pela hierarquia de gênero (IZQUIERDO, 2010).

Não à toa, as construções em torno dos significados sociais de se apaixonar ou não, estar namorando ou não, trair ou não, experimentar a sexualidade livremente ou não, se apresentam de formas completamente desiguais em referência ao feminino ou ao masculino. As narrativas de Gal, no tocante a isso, expressam o impacto, para uma mulher, de ter vivenciado um relacionamento abusivo e o modo como essa dinâmica passa a balizar o campo da afetividade. O núcleo de significação *Confiança e relações amorosas*, relativo a essa cliente, denota a maneira como a própria noção de relação se atualiza em conformidade com o que se opera enquanto norma social nas relações heterossexuais. A ênfase no elemento “confiança”, presente no título que nomeia este núcleo, circunscreve um conteúdo importante nos relatos de Gal, na medida em que, para ela, confiar passa a ser algo impraticável em uma relação amorosa com um homem, registrando-se o espectro da mentira como algo que parece estar sempre presente:

*“Digamos que eu conheça uma pessoa hoje, eu não vou entrar de cabeça confiando cem por cento nela, já vem aquele pré-julgamento de que o homem não vai ter aquele perfil de pessoa perfeita, vai ter sempre a pessoa que trai, a pessoa que... coisas*

*assim, sabe? Que não fala a verdade... não sei. Existem pessoas e pessoas, eu não tô generalizando, mas você, de acordo com alguns comportamentozinhos, você acaba dizendo mentalmente como é que aquela pessoa é. Se a pessoa mostra pra você que só estuda, que só trabalha, que não tem tempo às vezes nem pra assistir um filme e tal, ela é uma pessoa que você vai... pensar que ela é uma pessoa mais caseira. Aí se é uma pessoa que vive dizendo, que posterga o trabalho, você já faz uma outra análise dela. É mais ou menos isso, mas eu não queria fazer contextos, ow, julgamentos com muita antecedência, sabe? Às vezes as coisas nem são o que parece e eu já tô achando que são, tá entendendo? Não sei se é isso” (Gal – Sessões Iniciais 01).*

*“É porque assim, a pessoa quando mente ela não percebe quando tá mentindo, eu penso assim, né? Que quando ela tá mentindo, tá todo mundo percebendo que ela tá mentindo, né? Só ela acha que ninguém tá percebendo. Eu posso também exagerar, né, achar que todo mundo é um mentiroso, mas não. Por exemplo, a pessoa diz que ‘ah, eu não vou poder ir porque eu vou ter que trabalhar’ e aí você tenta entrar em contato com a pessoa, a pessoa não está acessível, que quando tá no trabalho, está acessível, quando realmente tá no trabalho, está acessível, atende telefone ‘oh, to aqui no trabalho, tá super lotado e tal num sei que, já já eu te ligo’, tá entendendo? Uma coisa assim. Mas quando diz que está no trabalho e não atende, não... fica incomunicável, e às vezes você audaciosamente liga pro trabalho, pergunta pela pessoa, a pessoa não está... Então, assim, não tem muita coisa pra descobrir não, a mentira é muito fácil de ser descoberta, eu acho (Gal – Sessões Iniciais 02).*

*“E falo pras minhas amigas, falo pros meus amigos, o pessoal ‘ai tu generaliza’, eu gente mas não tem condição, a estatística me comprova! Todos os homens mentiram pra mim! Então assim, ou eu vou aceitar a mentira como uma coisa normal, ou eu vou passar a mentir também, ou eu vou ficar sozinha, se isso me incomodar muito. Eu tenho essas soluções. Com relação a relacionamento é isso” (Gal – Sessões Iniciais 02).*

Uma temática frequentemente abordada no decorrer do processo de AT de Gal diz respeito às suas queixas envolvendo relações interpessoais, especificando-se, aqui, aquelas que convergem para o campo da afetividade. Ao descrever suas experiências amorosas, a cliente costumeiramente reiterava um posicionamento de desconfiança dirigida aos homens, sendo localizado o ato de mentir como um pressuposto inerente à condição da dinâmica heterossexual. Os trechos acima ilustram alguns conceitos que direcionam a construção das representações introjetadas por Gal, o que se verifica nas passagens “já vem aquele pré-julgamento de que o homem não vai ter aquele perfil de pessoa perfeita, vai ter sempre a pessoa que trai, a pessoa que... coisas assim, sabe? Que não fala a verdade” (sic) e “Gente mas não tem condição, a estatística me comprova! Todos os homens mentiram pra mim!” (sic). A cliente narra ainda sua forma de lidar com isso, buscando estabelecer uma análise com base na observação de determinados comportamentos que indicariam diferenças importantes nesses homens.

Os fenômenos descritos por Gal guardam relação com um período marcante na sua vida, relativo aos seis anos que passou vivenciando um relacionamento abusivo. Trata-se de um ponto fundamental ao indicar os sentidos que se ligam ao modo como a cliente registrou a relação e seus desdobramentos, culminando com a construção de uma percepção acerca das

possibilidades de arranjos amorosos intimamente atravessada pelo lugar que ocupou nessa dinâmica:

*“[...] Fiquei muito... é... vacinada num relacionamento de seis anos embaixo de mentiras, né? Você... a pessoa começou a mentir, não, se é pra ficar com mentira, é melhor a gente se afastar, porque aí eu não vou passar pelas mesmas coisas que eu passei, e aí fica todo mundo bem, você fica feliz mentindo, eu fico feliz sem mentir” (Gal – Sessões Iniciais 02).*

*“Essa situação hoje de relacionamento não me atrapalha, de jeito nenhum. Me atrapalhava quando eu estava num relacionamento que eu achava inclusive abusivo, eu sofria com esse relacionamento, né? Porque eu tava ali sendo traída, vendo que tava sendo traída e ainda sendo chamada de louca. Que eu que estava inventando essas coisas, entendeu? Aí isso me atrapalhava, porque... eu me via aquelas pessoas nos filmes que diziam assim... ela tava super saudável, todo mundo dizendo que ela tava louca, aí faziam manipulações e colocavam cenas pra poder ela se confundir, ‘mas fui eu quem fiz isso?’ e tal, pra poder ela não acreditar nem nela mesma, né? E às vezes eu ficava me pegando, meu deus, será que sou eu mesma que tô ficando louca? De tanto ouvir que eu estava, né?” (Gal – Sessões Iniciais 02).*

A cliente narra uma relação referenciada pela mentira, em um movimento no qual ela era enganada pelo seu então companheiro, que a fazia duvidar do que estava vivenciando pondo em xeque sua capacidade de discernimento. Trata-se de uma prática comum em relacionamentos abusivos, algo que, de imediato, parece se remeter a um aspecto extremamente individual pela vivência na ordem subjetiva, mas que, pela sua regularidade, demonstra a forma como é moldada no tecido social (ZANELLO, FIUZA, COSTA, 2015). A esse respeito, sublinha-se a mentira como um elemento com o qual não se opera somente a esfera individual, o que se evidencia no “um a um”, mas se exprime, no âmbito das relações afetivas gendradas, como um dispositivo que fortalece os mecanismos de sujeição ao beneficiar quem, hierarquicamente, detém o poder.

Há de se considerar que uma das expressões da mentira manifesta-se como omissão/falseamento de informação que atinge de forma prejudicial a capacidade de representação da consciência humana. Não é possível haver uma apreensão real e verdadeira de determinado objeto se não estiverem expostos ao exame sensorio-perceptivo-intelectual todos os elementos que o integram. Sob o esconderijo da ideologia da indústria cultural, isso não ocorre, visto que as informações são omitidas, insuficientes ou truncadas, portanto a atividade relacional da apreensão perceptivo-intelectual não se efetua e a representação simbólica do objeto é feita de forma deformada. Com a afetividade humana ocorrem prejuízos similares, ocasionados pelas deformações dos *significados dos afetos* que deixam de sinalizar corretamente as diferentes nuances discriminatórias presentes nas relações. Os indivíduos ficam fragilizados, atordoados, mesmo para a identificação e discriminação do ataque ou do aconchego, do amigo ou do inimigo, da traição ou da sinceridade, da agressividade da inveja ou do afago amistoso; portanto, expostos às manipulações de uma sociedade muito pouco preocupada com os caminhos dos sentimentos humanos: a vulnerabilidade humana é explorada em todas as suas determinações (CANIATO, 2007, pp. 99-100).

Transpondo-se o que é colocado em Caniato (2007) para o campo das relações gendradas, assume-se o modo como a mulher passa a ocupar o lugar de vulnerabilidade pela captação de seus afetos e a conseqüente desfiguração destes em face dos interesses masculinos. É importante sublinhar, aqui, que a mulher não é *vulnerável*, afirmação que se alinharia a uma perspectiva idealista, mas *torna-se vulnerabilizada* pelas clivagens dos mecanismos de exploração e opressão que indicam a relação simbiótica entre capitalismo e patriarcado. As implicações disso podem ser verificadas em Gal, fazendo-se um movimento dialético que possibilita apreender as determinações sociais que se articulam e incidem nas vivências amorosas da cliente.

Dessa forma, ao se situar o relacionamento abusivo e toda sua dinâmica de funcionamento como um importante marco à formação dos conceitos que se ligam ao campo amoroso da cliente, intenta-se enunciar que o aspecto que está centralmente em questão não são as características do antigo casal ou a dificuldade para confiar descrita por Gal, mas os mecanismos de poder aos quais estão condicionadas as relações amorosas desse modelo. Com tal análise, não se pretende a dissolução das individualidades das quais é formado o processo da cliente, mas a identificação daquilo que tem base histórica e social, e, portanto, coletiva, no que é trazido como problemático.

Assim sendo, é possível compreender, por exemplo, porque a mentira é descrita por Gal como algo inerente à condição masculina, evidenciando-se o fato de que a cliente não se deparou tão frequentemente com situações desse tipo por acaso, mas apenas constatou algo que se repete porque é socialmente aceito e fortalecido na construção que se faz do masculino. Do mesmo modo, seu então companheiro se utilizava da estratégia de manipulá-la para que a própria cliente duvidasse de suas percepções, na medida em que, de tanto escutar, levanta a possibilidade de estar “ficando louca” (sic). Essa representação da mulher a partir de adjetivações como ‘louca’, ‘emocionalmente instável’, ‘raivosa’ servem à manutenção da ordem social sexista, ao passo que, construído um imaginário em que as mulheres assertivas são agressivas e as que contestam são loucas, fortalece-se a invalidação da palavra feminina e seu conseqüente silenciamento.

A sujeição à ordem do capital, segundo Souza (2006), compõe-se tanto de métodos ideológicos e simbólicos como de uma base material que ampara essa ideologia, objetividade esta que determinará os fatores subjetivos da história dos sujeitos e sua forma de agir no mundo. Neste sentido, as ações que conformam os arranjos amorosos encontram-se solidificadas em uma malha social que se organiza em referência aos interesses capitalistas e patriarcais,



percebendo-se, em Gal, o processo de entrelaçamento de diferentes fatores e instâncias que culminam com a manutenção da hierarquia que rege as relações homem-mulher. Nomear como *abusivo* um relacionamento remete ao pressuposto de que se abusa de um poder, o qual, no tocante ao masculino em referência ao feminino, é estabelecido como prerrogativa em uma sociedade de classes patriarcais.

Essas conjugações se especificam se a relação em questão recebe o caráter institucional de casamento, ganhando novos contornos ao se falar na contratualidade social pungente à instância familiar. Tendo como marco a separação das esferas pública e privada, a família é caracterizada por Federici (2019) como “uma invenção do capital para o capital, uma instituição que deve garantir a quantidade e a qualidade da força de trabalho e seu controle” (pp. 32-33). Para que essa força de trabalho fosse ampliada, as atividades foram divididas entre espaço de produção econômica e espaço de reprodução da vida, fortalecendo-se uma linha fronteira que destina os homens à vida pública e as mulheres ao ambiente doméstico (FEDERICI, 2021). Situar o que está na base da formação da esfera privada e dos núcleos familiares enseja à compreensão do que se coloca como determinação nas relações entre homens e mulheres, na medida em que a própria noção de matrimônio funda-se em resposta aos interesses do capital. Biroli (2018) salienta a necessidade de se operar com o terreno da ambivalência quando o enfoque recai sobre a família:

A família toma forma em instituições, normas, valores e práticas cotidianas. Sua realidade não é da ordem do espontâneo, mas, sim, dos processos sociais, da interação entre o institucional, o simbólico e o material. Ganha sentido em contextos históricos específicos e modifica-se no tempo e em diferentes ambientes culturais, mas corresponde a uma pluralidade de arranjos em um mesmo local e tempo. Sua definição legal, no entanto, estabelece fronteiras entre diferentes formas de organização da vida cotidiana e de vivência das relações afetivas, conjugais, de parentalidade e de coabitação (p. 91).

Na passagem acima, a autora explicita vieses que perpassam a constituição do ambiente familiar, sendo de suma importância o destaque ao fato de que não se trata de algo espontâneo, mas ancora-se na concretude e nela se atualiza em conformidade com o movimento histórico. Em uma sociedade de classes, o termo família corresponde à família nuclear burguesa, que tem seus padrões apropriados às hierarquias sociais, e, portanto, regida por interesses patriarcais. Isso é necessário para que se possa argumentar a respeito das diferenças correspondentes às expectativas, demandas, representações, trabalho e uma infinidade de outros elementos do real ao se assumir uma posição masculina ou feminina no interior de uma relação como o casamento.

Tendo em vista que a ordenação de papéis gendrados no núcleo familiar não se conecta à existência de fatores naturais que provocariam o progresso de habilidades destoantes, mas institui-se como recurso às demandas de desenvolvimento das forças produtivas, é possível depreender que a maneira como os homens e mulheres respondem às exigências que lhe são dirigidas conforma-se de maneira circunscrita a isso. A estrutura, desse modo, é constitutiva das possibilidades de ação, uma vez que limita alternativas e fundamenta formas de organização de vida (BIROLI, 2018). Encontram-se intimamente articulados a isto os fenômenos descritos no núcleo de significação *Amor e casamento*, correspondente ao processo de Rita. A cliente demarca o lugar que o casamento ocupa em sua vida, o qual efetivou-se como algo alheio aos seus reais desejos e às aspirações que tinha para seu futuro:

*“[...] tinha nem perspectiva, tinha nem planos, eu nunca tive planos de me casar. Me casei realmente porque, é como eu to falando, minha vida progrediu pra um lugar que nunca foi meu sonho, nunca foi o que eu planejei, nunca foi o que eu queria [suspiro]” (Rita – Sessões Iniciais 03).*

*“Eu num tinha planejado nem me casar, eu não, nunca sonhei com isso. Nem em casar, nem em formar família. Assim, se eu pudesse ter uma escolha, se eu pudesse ter tido, né? Eu escolheria continuar meus estudos. Eu era uma aluna nota 10, meu pai não olhava nem meus boletins [...]” (Rita – Sessões Iniciais 03).*

*“Já falei pra você que a minha perspectiva, o meu sonho, não era me casar, nem ter uma família. Foram os caminhos que a vida foi me dando, os atalhos que foram aparecendo, e eu fui trilhando, porque não era... pra mim, assim, essa noção familiar que eu tinha dentro da minha própria casa não era exemplo. Eu não queria aquilo pra mim. Eu tinha ali a vida independente, financeiramente, estudar, mas pra isso eu precisava também de apoio, o principal que eu não tinha. Então eu vim, conheci o meu marido, oportunidade de sair da casa da minha avó, porque meu pai tinha me expulsado de casa, foi a solução que se me apresentou, né, mas não era meu sonho. Porque realmente, pra mim, eu não tenho ilusões, não tenho. Ficaram perdidas há muito tempo, né? Me foram roubadas. Tiradas. Porque essa história do meu pai foi muito forte, foi muito forte. E o silêncio da minha mãe também, que doeu demais. O que é família pra mim, né? Qual o significado de família?” (Rita – Sessão de Resumo e Discussão).*

Chama a atenção, nos trechos acima, a passagem em que a cliente ressalta o modo determinante como a ausência de possibilidades moldou o curso de sua trajetória, o que se registra em “se eu pudesse ter uma escolha, se eu pudesse ter tido, né?” (sic). Em sua narrativa, Rita situa o casamento como algo com o qual nunca sonhara, mas foi o que se colocou como única alternativa para que pudesse se tornar independente de sua família de origem. À época, a cliente já estava residindo na casa de sua avó, após ter sido expulsa de sua casa pelo pai depois de anos de violência sofrida. O casamento, nessas condições, não foi uma escolha, mas um “atalho” (sic) para que talvez pudesse se obter alguma liberdade, o que também não se efetivou.

A história de Rita é ilustrativa do que se intenta colocar como ruptura da romantização construída em torno dos significados de laços familiares e idealização de amor, não se podendo perder de vista a quem beneficia o arranjo familiar tradicional. No caso da cliente, o sentido de família corresponde ao assujeitamento vivenciado sob o teto de sua casa, com o silêncio de sua mãe e o cerceamento de liberdade predominante. Nessas condições, casar-se e construir uma família nunca foram planos almejados, mas colocou-se como um imperativo ao movimento “natural” da vida. Visualiza-se, pelo percurso de Rita, as justificativas que se ligam à quebra das representações tradicionalmente atribuídas à família – lugar de amor, respeito, união – e a conseqüente inexistência de interesse pela perpetuação de um grupo familiar.

O que se coloca como questão, a partir disso, é a maneira como o casamento e a constituição de uma família não se conformam pela ausência de escolhas somente em casos específicos, como em Rita, mas, por serem instituições determinadas historicamente e responderem a interesses do capital, são socialmente impostos à mulher como a perspectiva plausível à organização da vida. Ora, a disposição da sociedade em núcleos familiares destinou as mulheres à produção do lar “como *locus* de afeto das classes trabalhadoras, construindo uma ideologia mítica de que o lar significaria, para o sujeito, o descanso das opressões. Porém, o sujeito para quem o lar é preparado é o homem adulto” (SOUZA, 2006, p. 316). Neste sentido, o estabelecimento do que se institui como família, composta normativamente por um casal heterossexual e filhos, regula-se pela divisão sexual do trabalho, haja vista a necessidade da força de trabalho na esfera produtiva e sua constante manutenção e ampliação.

Falar de reprodução da vida, portanto, é falar de reprodução da força de trabalho, do suprimento de demandas básicas do dia-a-dia, condições fornecidas pelas mulheres sob a égide patriarcal que vincula a “edificação do lar” ao feminino, ao cuidado e ao sacrifício em nome da família (FEDERICI, 2021). Esses arranjos conectam-se intimamente ao campo simbólico, sendo evidente a perpetuação do imaginário em torno do casamento para as mulheres como um elemento ideológico que se articula aos interesses do capital direcionado à organização dos núcleos familiares. O descompasso com o qual a mesma questão é dirigida aos homens indica a forma como a educação de gênero é constitutiva das relações sociais e, especificamente, do que se manifesta no afetivo.

Em Rita, fala-se sobre um cenário em que as possibilidades se restringiam dadas as condições objetivas às quais a cliente estava submetida, sendo o casamento uma forma de escapar da realidade que vivenciava. A situação é um exemplo de como o imperativo social do casamento como alternativa à mudança de vida incide sobre as mulheres de diferentes formas,

condicionadas aos agenciamentos de classe e de raça. As expectativas que se enlaçam ao casamento ancoram-se na produção de significados sociais que se fazem do amor romântico, apropriados individualmente a partir dos sentidos que cada sujeito construirá sobre aquilo. Durante seu processo de AT, Rita discorreu sobre o que buscava em um matrimônio, em consonância com a imagem que construía acerca de um companheiro e o que isso poderia lhe proporcionar:

*“[...] essa minha relação conjugal... quando eu me casei, eu não sei se você já viu essa sensação de você tá procurando um braço protetor, você tá procurando também proteção e ajuda. Com o meu marido... como você disse, eu assumo todas as responsabilidades, e eu assumo mesmo, e ele é uma pessoa que gosta de jogar pra cima de você porque ele não tem essa maturidade, nem aos 54 anos. O papel foi inverso, ao invés de eu achar proteção nele, fui eu quem tive que [faz gesto de abraço]... muitas vezes” (Rita – Sessões Iniciais 02).*

*“Eu acho que assim, esse coração tem muito a ver com meu relacionamento também, sabe? Eu casei, eu era muito apaixonada pelo meu marido, muito. Muito. E aos poucos, assim, eu já falei pra você, tudo que me decepciona eu tenho uma tendência a ir me afastando, me distanciando, e eu fui ficando distante dele, por causa das próprias atitudes que ele teve, tanta, tanto sofrimento, tanto... tanto trabalho que me deu. Ele nunca foi uma pessoa equilibrada, né? Claro que nós não somos, né? Mas tem ali seus pequenos... mas meu marido me deu muito trabalho, como se fosse mais um dos meus filhos. O meu filho brinca muito, um dia ele colocou uma charge pra mim de um homem com fralda e a mulher cuidando, ele ‘mãe, aqui, oh, é a senhora! Seu filho mais velho’. E eu acho que eu fiz muito isso, sabe? Mas também... eu cuidei muito. Só que pra mim ele foi diminuindo, né, foi dilacerando aquela, aquele amor todo, admiração foi indo pelo ralo, pelo esgoto, principalmente por causa desse trabalho que ele me deu com o vício no jogo. A gente quase perdeu tudo. Tudo! Eu chorava noite e dia. E não sabia o que fazer [...]” (Rita – Administração de testes padronizados).*

*“A gente idealiza demais, como tudo na vida, né? Como tudo na vida. Como o amor, você acha que deveria ser assim, assado e realmente, quando você cai na real, não é bem assim, né? São os problemas surgindo... eu idealizava meu marido, não meu marido, meu esposo, como um ser protetor, como alguém que, né, que viesse me protegendo, me acalentando, e muitas vezes esse papel acaba sendo meu, né? Eu acho que ele tem uma dependência emocional muito grande em relação a mim, muito, muito grande, que eu, na minha idealização de amor, de casamento, de matrimônio, deveria ser o contrário, eu iria me sentir mais acalentada, porque... é... não foi fácil a minha infância e adolescência, e eu esperava encontrar no casamento um... como que eu vou dizer? Uma compensação, né? Uma amenização de tudo que eu tinha passado, de todo o sofrimento que eu tinha tido durante a infância e adolescência. E num foi assim, num foi assim, eu compreí mais problemas pra minha vida. Muito. O meu marido é muito problemático, e sempre foi, imaturo, irresponsável, o que fez eu sofrer ainda mais, né? Foi sofrido, o começo do casamento foi muito sofrido. E, assim, a gente idealiza sim, uma família ideal, eu queria que fosse, né? [...]” (Rita – Sessão de Intervenção).*

Os relatos denotam as divergências existentes entre o que era esperado e a realidade encontrada. Rita traz uma narrativa que se inicia, temporalmente, com a existência de um amor dirigido ao seu marido, o que, segundo ela, vai gradualmente sendo sucumbido em decorrência das decepções vividas no decorrer do seu casamento. Os conflitos destacados pela cliente

vinculam-se especialmente ao comportamento problemático de seu marido em relação a jogos de azar, ao que se liga a passagem “a gente quase perdeu tudo. Tudo! Eu chorava noite e dia. E não sabia o que fazer” (sic). Rita situa essa questão como um marco importante para seu distanciamento em referência ao marido, na medida em que foi tendo suas idealizações frustradas. Contrapõe-se, portanto, a representação de “braço protetor” (sic), como ideal de companheiro, às adjetivações “problemático, imaturo, irresponsável” (sic) que a cliente utiliza para designar as ações de seu marido.

É possível observar, na narrativa de Rita, um movimento inaugurado por “uma idealização de amor, de casamento, de matrimônio” (sic) fundamentada pelas posições ocupadas nessa relação, de modo que a mulher deveria se “sentir mais acalentada” (sic) em decorrência do lugar de protetor a ser assumido pelo homem. A cliente estabelece uma conexão direta entre essa idealização e os abusos sofridos durante sua infância/adolescência, vislumbrando no casamento a possibilidade, em suas palavras, de “uma amenização de tudo que eu tinha passado, de todo o sofrimento que eu tinha tido” (sic). O que acontece, no entanto, é o oposto, e Rita encontra no casamento um espaço de sobrecarga e ruptura de suas aspirações. Há, nessa relação afetiva, uma atualização da vivência de situações negativas, agora não mais conformadas enquanto violência direta, como em seu pai, mas engendradas pelo papel que teve que assumir frente à sua família e, principalmente, as responsabilidades para as quais foi destinada em consequência dos efeitos da circunstância problemática de seu marido.

Nota-se, no caso de Rita, a maneira como a lógica patriarcal regula a objetividade e a subjetividade constitutivas dos seres sociais, imbricando-se ideologicamente nas concepções simbólicas de idealizações e seu conseqüente declínio em virtude do que se apresenta como concreto às mulheres. A imagem de marido como “proteção” ancora-se na produção do feminino como subordinado ao masculino, em consonância com o que é apontado em Zanello, Fiuza e Costa (2015) no tocante às características gendrificadas. O processo de homogeneização de indivíduos tendo como critério o grupo sexual ao qual pertencem modula as exigências requeridas em ambos os lados (IZQUIERDO, 1992), o que se verifica, no casamento, pela manutenção de padrões fixos atrelados ao casal. Motivadas pela construção social circundante ao amor romântico e ao predomínio da ideia de relação amorosa como único caminho possível à felicidade e completude, as mulheres frequentemente se deparam, no casamento, com uma atualização do que já era experimentado em outras instâncias interpessoais, ocorrendo, na contramão de uma ampliação de possibilidades de vida, uma restrição efetivada pelos arranjos matrimoniais.

O percurso analítico traçado a partir das narrativas das clientes é desenvolvido em correspondência com o denominador comum com o qual encontram-se articulados os núcleos de significação. Neste processo, recorre-se ao movimento dialético de partir do que se apresenta como geral – o que está na base material das relações afetivas heterossexuais -, em direção ao que se manifesta nas particularidades das histórias de cada cliente para, por fim, como um retorno ao ponto inaugural, estabelecer uma apreensão do que se evidencia como determinação social. Observa-se uma regularidade nas narrativas, guardadas suas devidas especificidades, que se dirige à centralidade das estruturas de poder às quais encontram-se enlaçadas as problemáticas anunciadas. Com isto, assume-se a urgência de tratar de questões em voga, como relacionamentos abusivos, casamento, acordo monogâmico, dentre outros fenômenos, a partir do caráter coletivo, estrutural, que regula, atualiza e aprofunda os hiatos entre homens e mulheres nas instâncias concretas e simbólicas. A apropriação dos afetos e a reprodução de certos arranjos amorosos não se dão como experiências individuais, e, portanto, somente pela radicalidade do contexto socioeconômico é possível evocar um direcionamento possível à ruptura desses padrões.

### 5.3 O gênero como terreno onde se pisa por toda a vida

A música “Samba de Benção” invoca características que conformariam uma posição feminina, estando esta poeticamente representada por *“uma beleza que vem da tristeza de se saber mulher, feita apenas para amar, para sofrer pelo seu amor e pra ser só perdão”*<sup>14</sup>. Licenças poéticas à parte, a letra da canção já denuncia o inegável – trata-se de uma obra composta e cantada por homens. A posição masculina de onde partem permite, como vem sendo feito, transformar o sofrimento feminino em beleza e traduzir amor como perdão. O que se intenta trazer aqui, ilustrativamente via escopo musical, é o que marca a existência da mulher, elemento balizador das narrativas das clientes – o fato de a feminilidade ser um conceito construído e atualizado por homens.

Os conteúdos que se expressam nas individualidades correspondem a narrativas de mulheres em diferentes momentos da vida profissional, amorosa, com variados arranjos familiares e, ainda assim, se enlaçam e tocam em pontos tão circunscritos uns aos outros que não poderiam dizer respeito a nada mais senão algo em totalidade. O que se manifesta, no real, são as estruturas de poder sob as quais se conformam as práticas sociais, incidindo-se nos modos

---

<sup>14</sup> “Samba da Benção” foi composta por Baden Powell e Vinicius de Moraes, e lançada em disco no ano de 1967.

de vida as formas de dominação capitalistas e patriarcais sob as quais se dá a organização social atual. A opção por discutir os Núcleos de Significação a partir de quatro eixos, agrupando-os pela aproximação dos conteúdos ao invés de trazer os dados de cada cliente em separado, é efeito daquilo que foi percebido nos próprios dados, a saber, a repetição com a qual os fenômenos apareciam.

Inicialmente, no eixo **Trabalho: O lugar da mulher docente**, são identificados elementos que estruturam as relações profissionais ao se falar da mulher, e, de maneira mais específica, da mulher docente. Com isso, não se empreende uma discussão que leva a defender a existência de uma única forma de vivenciar a docência sendo mulher, mas explicita o que se impõe como limites para o desempenho desse trabalho em função do modo gendrado como ele se estrutura no movimento histórico. Limites estes evidenciados na objetividade, com as desigualdades nas oportunidades de formação e ascensão profissional, além do campo simbólico, ganhando ênfase as representações em torno do ser/estar professora, das qualidades requeridas para cada cargo, bem como a forma como se desenvolvem as relações profissionais no ambiente educacional.

Tanto o que é trazido por Elis, no tocante ao modo como sua dinâmica profissional é moldada por representações sociais atreladas à função social da professora e todas as representações que isso carrega, quanto o que Gal destaca em torno das idiossincrasias de ocupar um cargo de gestão em um contexto de ensino universitário, apontam para o fato de que as mulheres serem a maioria no exercício docente não pode ser tomado como um detalhe, um algo a mais a ser pontuado ao se falar sobre esse espaço. É preciso que se sublinhe este dado histórico e social como elemento chave à compreensão dos processos formais de ensino, à precarização das condições de trabalho e aos abismos que separam campos acadêmicos que se situam na educação básica e no contexto universitário, por exemplo. Acerca disso, como destacado no texto, não se deve alçar uma perspectiva de mudança pautada na “quebra do teto de vidro”, haja vista essa ser mais uma estratégia capitalista desenvolvida sob fundamentos liberais individuais que não somente não contribuem para o fim das questões problemáticas, como aprofundam as clivagens de classe, raça e gênero que organizam o trabalho.

Na contramão disso, é preciso que se localize a problemática no modo de produção capitalista, nos processos de exploração da força de trabalho e na relação com as formas de dominação social. A isso encontra-se vinculado o campo da reprodução social, discutido no tópico **Divisão Sexual do Trabalho ou “Dar o que não se tem”**, operando-se com esse conceito ao se explicitarem os efeitos decorrentes da ocultação de uma série de atividades necessárias à vida humana. Exercidas na esfera privada, as funções voltadas ao cuidado com o

lar, com as crianças, com os idosos ou com quaisquer outros sujeitos que demandem algum tipo de atenção especial foram, no movimento histórico, atreladas ao feminino, cabendo à mulher o provimento das condições básicas para a manutenção e reprodução da força de trabalho direcionada ao âmbito produtivo.

O que se buscou colocar em evidência, ao serem discutidos os Núcleos que compõem o eixo, foi a constatação de que incumbir à mulher o desempenho dessas atividades não foi um fenômeno ocasional, mas alinha-se diretamente às estruturas de poder ao atender aos interesses da classe dominante. A caracterização desse campo como um serviço desvinculado do âmbito público não somente condiciona a mulher às restrições do espaço doméstico, como também o destitui de ser tomado como algo coletivo, social, e, portanto, como um fenômeno a ser politizado em oposição à ideologia que o vincula tão somente a decisões “familiares”.

Os conteúdos relativos às narrativas de Bethânia e Elis são ilustrativos dos efeitos concretos e subjetivos que determinam a construção do lugar feminino, estando esta construção condicionada ao que se espera como resposta da mulher em prol dos dispositivos econômicos do capital. Explicita-se, nos relatos das clientes, que a condição de “cuidadora” não é imputada à mulher somente em contextos específicos, mas que a divisão sexual do trabalho se atualiza e se especifica em consonância com aspectos como idade, estado civil, carreira profissional, etc. Tanto Bethânia, professora aposentada que reside com a mãe e a filha adulta, quanto Elis, professora, casada e mãe de um filho em idade infantil, congregam de restrições em função do que esperam delas, quer seja enquanto encarregada de assumir o cuidado com a mãe idosa, quer seja com a sobrecarga da maternidade ou cuidados com a casa. Isso porque não se trata de pessoalizar a questão, mas de referendá-la como processo em sua totalidade, alicerçado em uma base estrutural comum.

Aqui, portanto, assume-se a premissa de que caracterizar algo como “comum” não se remete a uma equalização das condições de vida, mas se traduz por aquilo de histórico e social estruturante do lugar da mulher. A esse respeito, sublinha-se o eixo **Controle e Objetificação do corpo feminino**, dado que este é o único constituído por Núcleos das quatro clientes, a saber, Bethânia, Elis, Gal e Rita. As narrativas trazem conteúdos relacionados a vivências específicas de cada uma das clientes, compartilhando de um elemento em comum associado à violação do direito da mulher sobre seu próprio corpo, seja de forma mais ou menos velada. Há uma diferença que marca as narrativas de Elis e Rita em comparação com as demais, tratando-se de relatos que descrevem tipos de violência sofridas de modo mais explícito, ao



passo que, em Bethânia e Gal, opera-se com a prática de controle do corpo feminino em uma esfera mais simbólica – que não deixa de ter sua materialidade também evidenciada.

Não obstante o aparente contraste entre as narrativas das clientes, dadas as particularidades das vivências de cada uma e os sentidos atribuídos por elas, a associação entre os Núcleos está demarcada no título que nomeia a seção. Fundamentando-se na historicidade como determinação do conjunto de práticas sociais, é mister falar de um processo assentado em uma ideologia patriarcal que naturaliza e fortalece práticas de domínio e regulação do corpo feminino. As variações do poder são circunstanciadas, tais como suas repercussões, mas têm suas origens atreladas a uma base única, de caráter coletivo, que não somente se norteia por ditames classistas patriarcais, como estão, elas mesmas, no bojo das ativas engrenagens que movimentam o capital. A ideologia que ampara e permite a perpetuação do que é trazido como controle do corpo feminino tem suas origens vinculadas às transformações do modo de produção, devendo ser compreendido como um processo intimamente vinculado a interesses econômicos e ao lugar onde a mulher figura na então nova organização social.

Nesse ponto, reitera-se o que já se defendeu a respeito da impossibilidade de práticas cotidianas lidas como machistas permanecerem sendo justificadas pelo que se convencionou a qualificar como naturalmente masculino, argumento que serve para mascarar violência em nome de um suposto “instinto sexual” ligado à masculinidade. A isso se liga intimamente o que foi discutido no eixo **Relações (de poder) afetivas**, no qual estão integradas as narrativas de Bethânia, Gal e Rita no tocante a aspectos que marcaram seus relacionamentos heteroafetivos. As diferentes descrições feitas pelas clientes demarcam as singularidades da experiência de cada uma, comparecendo, em Bethânia, a narrativa de um relacionamento duradouro, caracterizado por ela como “abusivo” (sic), que culminou no nascimento de sua filha. Gal também identifica práticas abusivas em uma relação anterior, sendo evidenciados os efeitos dessa dinâmica em seu modo de se relacionar na atualidade. Rita, por sua vez, expõe suas frustrações dirigidas ao casamento, estabelecendo importantes associações com a história de sua família nuclear e o desejo que tinha de romper com esse modelo.

As vivências de cada cliente correspondem a representações específicas de relações, que ganham significados singulares em cada caso. Observa-se a forma como são conferidos sentidos às práticas amorosas em conformidade com aquilo que é socialmente concebido como posição feminina ou masculina, com um campo afetivo que se estrutura referendado por um conjunto de práticas sociais normatizadas enquanto ideologia. As relações heteroafetivas engendram-se, portanto, como uma dinâmica estruturalmente desigual, marcada pela diferença hierárquica entre os gêneros. Isso incide nas práticas cotidianas e na forma como os afetos são

introjetados por mulheres e homens, o que não significa dizer que, necessariamente, este último exercerá seu poder de forma direta ou consciente, mas que há uma estrutura social que confere a ele este poder e todos os privilégios que daí decorrem e dos quais ele se beneficia.

Os dados discutidos evidenciam a relação dialética entre o que comparece na imediaticidade como externo ou interno, objetivo ou subjetivo, não havendo, de fato, uma demarcação de fronteiras possível entre ambas as esferas, haja vista que pressupõem uma articulação mútua. O que se visualiza como machismo nas práticas profissionais, interpessoais, cotidianas, sexuais, amorosas, é resultado do movimento histórico, dos imperativos materiais que conformam o ser social, não sendo possível falar de sujeito e de processos de individuação sem que sejam analisadas as condições objetivas das quais resultam e a partir das quais transformam-se.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*[...] E muito pouco lhe importava o disparate, tinha nada de vergonha e sonhava tão grande que cada impedimento era apenas um pequeno atraso, nunca a desistência ou a aceitação da loucura.*

*Pensava que quando se sonha tão grande a realidade aprende (MÃE, 2016, p. 21).*

Limites são impostos no processo de individualização do ser social em uma sociedade capitalista e patriarcal, havendo uma ampliação ou um estreitamento desses limites em virtude das posições que os sujeitos ocupam enquanto classe, raça e gênero. Entende-se que, pelo próprio caráter de mutabilidade que caracteriza a historicidade, qualquer análise que se proponha a debruçar-se nos fenômenos e compreender suas determinações sociais não se esgota em um fim, mas, ao desvelar regularidades no que comparece como imediato, situa a dimensão estrutural como aquilo que está na base do processo de subjetivação. Isso vai de encontro à noção em um sentido cartesiano que se volta à separação de categorias como indivíduo x sociedade; material x simbólico; natural x aprendido, evidenciando-se que, na realidade, o conhecimento de uma esfera só é possível a partir de sua relação dialética com a outra.

Neste sentido, buscou-se situar fenômenos psicológicos em articulação com seu caráter social, partindo-se do pressuposto de que a história que se narra no individual diz respeito, também, à história da sociedade. Não é possível, desse modo, falar de sujeito sem falar sobre as condições materiais que o circunscrevem, sem situá-lo a partir do aspecto temporal que delimita as práticas que o precederam e, portanto, integram os alicerces sobre os quais configuram-se suas possibilidades de existência. Defende-se que a Psicologia, e, mais especificamente neste estudo, o campo da avaliação psicológica, configuram-se como saberes que, ao se voltarem iminentemente à compreensão de fenômenos psicológicos, não podem ser desenvolvidos de maneira desvinculada à base história e material dos seres humanos.

Nesse ponto, a Avaliação Terapêutica (AT), caracterizada como uma modalidade que rompe com determinados aspectos característicos dos processos tradicionais de avaliação psicológica, ao se conformar como uma proposta colaborativa, pode ser identificada como um espaço profícuo à elaboração de conteúdos considerados relevantes por aquelas que se disponibilizaram a participar do processo. É necessário, acerca disso, incluir a limitação, neste estudo, de não ter sido abordado o desenvolvimento da AT de modo mais aprofundado, com o detalhamento das especificidades das linhas teóricas e o modo como se articularam para culminar nesta modalidade. Realizar uma exposição mais minuciosa destes aspectos poderia

sanar possíveis questões adjacentes à combinação de diferentes referenciais teóricos e responder, de modo mais eficaz, a possíveis críticas dirigidas a isso.

O que se ateve, no decorrer do trabalho, foi ao elemento central de que, sem hipóteses ou questionamentos previamente estruturados e direcionados a tópicos específicos, os atendimentos, em AT, puderam ser todos conduzidos orientados por questões construídas pelas próprias clientes, em consonância com o que gostariam de saber a seu respeito. A partir daí, emergiram conteúdos que tocaram nos mais diferentes pontos, havendo um aspecto comum a todas as participantes – eram todas mulheres. Assim, elencar a posição que as clientes ocupam nas relações de gênero como fio condutor do movimento analítico empreendido foi um modo de buscar compreender, a partir de uma perspectiva feminista, o concreto que determina socialmente esse lugar e que confere regularidades específicas em função do sexismo que orienta as práticas gestadas nas relações sociais. É necessário salientar, quanto a isso, uma limitação associada à impossibilidade de ter sido desenvolvido um estudo que ampliasse o olhar para além do gênero, reconhecendo-se a relevância de uma perspectiva interseccional que se volte também à compreensão dos processos de racialização e um aprofundamento no que tange à classe.

Tal ausência encontra justificativas nos processos sob os quais este estudo se debruçou, constituído por vídeos dos processos de AT referentes às quatro clientes. Nestes, não foram encontradas menções das clientes quanto à maneira como se identificavam étnico-racialmente, por exemplo. Sobre isso, levanta-se a hipótese de que tais conteúdos não estiveram presentes justamente porque não comparecem como questões no cotidiano das clientes. Citando as palavras de Grada Kilomba em palestra apresentada na Mostra Internacional de Teatro de São Paulo (MITsp) no ano de 2016, “Uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa”.

O questionamento quanto à existência de sujeitos universais, ou neutros, suscita à necessidade de se destacar os limites associados ao desenvolvimento de um estudo no qual são evidenciadas as produções materiais e simbólicas resultantes de estruturas de poder capitalistas e patriarcais sem que haja um aprofundamento no racismo estruturante. O que é exercido como opressão ao se falar de uma mulher branca não deve ser convertido como eixo universal para a leitura das questões de gênero, ao passo que, à mulher negra, somam-se diversos outros mecanismos de poder como resultado de uma materialidade histórica. O que é necessário pôr em evidência, inclusive como forma de não cair em uma noção pós-moderna, é que, não obstante as especificidades inerentes às posições sociais dos sujeitos, a origem das desigualdades deve ser situada na questão central, que é a exploração da força de trabalho,

sendo os mecanismos de opressão mediações significativas para seu estabelecimento, mas não o dispositivo principal por meio do qual devem ser compreendidas as estruturas de poder.

Salienta-se o desenvolvimento deste estudo como uma possibilidade de contribuição a duas grandes áreas, a saber, a Psicologia Social e a Avaliação Psicológica. A primeira, cujos referenciais específicos da Psicologia Sócio-Histórica constituíram-se como base à concepção de subjetividade enquanto processo determinado histórica e socialmente, foi aqui dimensionada como área que não só se articula aos diferentes campos da Psicologia, mas comparece como prerrogativa necessária à construção de qualquer saber psicológico, entoando-se a citação que inaugura a Introdução deste trabalho. Partindo-se dessa perspectiva, desenvolveu-se uma proposta de análise de processos avaliativos – aqui conformados a partir da Avaliação Terapêutica – que amplia o campo de estudo tradicional da área, ao serem estabelecidas novas formas de apreensão dos conteúdos que comparecem nesses processos.

Para além do que se evidencia como dados de entrevistas, resultados decorrentes de testes psicológicos ou propostas interventivas em âmbito individual, buscou-se observar o que havia de social, estruturante, histórico, nas narrativas de cada cliente. Intentou-se, por meio de uma análise materialista histórica e dialética, ir além do que já se convencionou a observar como informações relevantes em um processo avaliativo, sendo estabelecido um posicionamento que vai de encontro ao apagamento de uma perspectiva crítica no tocante aos fenômenos sociais que se constituem como concretude, o real em que os aspectos avaliados por esses processos são organizados, transformados, condicionados. Destaca-se, com isso, que, ao se falar sobre narrativas de mulheres em Avaliação Terapêutica, não se colocou como necessário um questionamento diretivo para elas acerca de quais foram suas vivências engendradas por práticas sexistas, inclusive porque isso não necessariamente se configura como um processo consciente. A materialidade do machismo compareceria, de modo mais ou menos sutil, porque não se trata somente do que está na aparência, mas nas possibilidades de respostas possíveis a uma socialização que se destina ao feminino.

A desigualdade que marca as relações entre os gêneros sempre foi dada como algo natural, internalizada e convertida em práticas que se alinham ao que se espera do indivíduo homem e do indivíduo mulher. Neste estudo, um dos desafios com os quais se deparou associa-se à proposição de uma análise que se dirigia às narrativas não de indivíduos, mas de sujeitos; seres sociais, mulheres com trajetórias de vida carregadas de sentidos muito pessoais, afetivos e particulares. Evidenciar o que existe de coletivo nas particularidades foi a grande questão, justamente por não ser uma possibilidade perder de vista as singularidades que conferiam a cada uma subjetivação ímpar. Se há necessidade do desenvolvimento de estudos que situem as

estruturas de poder como determinantes do psiquismo, reivindica-se que o movimento de não se perder a capacidade de ver o que há de “sujeito” no campo coletivo é igualmente pungente.

Não se trata, portanto, de linhas antagônicas, recorrendo-se à dialética entre os campos inter e intrapsicológico para que se possam situar as interdições da individuação e sua ampliação como subjetividade histórica e social. Evoca-se, por fim, um horizonte para onde se olhar como fundamental – o da emancipação. Se a mulher só se constitui como sujeito por mediações sociais, também somente por elas pode transformar a realidade que a conforma. Ir além do indivíduo e apreendê-lo em relação às forças externas que o balizam anuncia o caráter de classe com o qual deve-se operar para a real modificação da sociedade e, conseqüentemente, das formas de relação entre os gêneros. Somente pela destruição de um modo de produção patriarcal e racista como o capitalismo é possível falar sobre práticas sociais equânimes, sem a propriedade privada como mediação definidora do desequilíbrio estrutural que comparece em cada detalhe da vida humana. Há que se lutar pela liberdade como liberdade coletiva, como única via possível para que se possa impedir a contínua reificação dos sujeitos e a captura daquilo que deveria pertencer somente a eles: Seus afetos, seus sonhos, seu desejo, sua existência como tal.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J. A Pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: contribuições para o debate metodológico. *In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 3ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 129-140.*
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 07 mar. 2020.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 07 mar. 2020.
- ALMEIDA, J. S. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? *In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (org.). O legado educacional do século XX no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014, p. 55-100.*
- ARRUZZA, C. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo.** Tradução de Nina Jacomini. São Paulo: Usina, 2019.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** Tradução de Heci Regina Candiani, 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2019.
- ASCHIERI, F.; SAEGER, H; DUROSINI, I. L'Evaluation Thérapeutique ET Collaborative: Preuves empiriques. **Pratiques Psychologiques**, [s.l.], v. 21, n. 4, p. 307-317, 2015. Disponível em: [https://www.therapeuticassessment.com/docs/Aschieri\\_de\\_Saeger\\_Durosini\\_2015.pdf](https://www.therapeuticassessment.com/docs/Aschieri_de_Saeger_Durosini_2015.pdf) Acesso em: 10 fev. 2020.
- ASCHIERI, F.; SMITH, J. D. The Effectiveness of Therapeutic Assessment With an Adult Client: A Single-Case Study Using a Time-Series Design. **Journal of Personality Assessment**, v. 94, n. 1, p. 1-11, 2012.
- BARNES, J. **Altos voos e quedas livres.** Tradução de Léa Viveiros de Castro. 1ed. Rocco Digital, 2014.
- BARROS, J. P. P. *et al.* O conceito de "sentido" em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 174-181, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000200004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 ago. 2020.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. 4ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *In*: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 3ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 15-35.

BOCK, A. M. B. **As aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia**: um estudo sobre o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos. 1997. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

BUENO, J. M. H; RICARTE, M. D. Aspectos históricos da testagem psicológica. *In*: LINS, M. R. C.; BORSA, J. C. (org.) **Avaliação Psicológica**: aspectos teóricos e práticos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 38-55.

BRASIL, Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 2017.

CANIATO, A. A banalização da mentira na sociedade contemporânea e sua internalização como destrutividade psíquica. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 96-107, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/CkBzjRfgBVhgGqW3BdDkssb/?lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2021.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; SOUZA, N. L. Mulheres, Trabalho e Administração. **Revista Interdisciplinar de gestão social**, UFBA, v. 2, n. 2, p. 161-191, 2013. Disponível em: [www.researchgate.net/publication/330298922\\_Mulheres\\_Trabalho\\_e\\_Administracao](http://www.researchgate.net/publication/330298922_Mulheres_Trabalho_e_Administracao). Acesso em: 04 abr. 2021.

CARVALHO, M. P. Trabalho docente e relações de gênero. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 77-84, 1996. Disponível em: (PDF) Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações (researchgate.net). Acesso em: 10 mai. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n. 006, de 29 de Março de 2019**. Brasília: 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n. 007, de 14 de Junho de 2003**. Brasília: 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n. 009, de 25 de Abril de 2018**. Brasília: 2018.



DEVREUX, A. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Soc. estado.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000300004&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000300004&script=sci_arttext). Acesso em: 15 jun. 2020.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, S. B. **Avaliação Terapêutica como recurso à saúde mental de professores**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

FINN, S. E. Empathy, Intersubjectivity, and the Longing to be Known: Why Personality Assessment Works. *In*: C. G. Overton, *Conceptual Innovations in Personality Assessment. Symposium conducted at the meeting of the Society for Personality Assessment*, New Orleans, 2008.

FINN, S. E. Implications of recent research in neurobiology for psychological assessment. **Journal of Personality Assessment**, v. 94, n. 5, p. 440-449, 2012.

FINN, S. E. **Pela perspectiva do cliente**: teoria e técnica da Avaliação Terapêutica. Tradução de Cecília Camargo Bartolotti. São Paulo: Hogrefe, 2017. [Originalmente publicado em 2007].

FINN, S. E.; CHUDZIK, L. L’Evaluation Thérapeutique: Une intervention originale brève [Therapeutic Assessment: An original brief intervention]. *In*: SULTAN, S.; CHUDZIK, L. (Eds.), **Du diagnostic au traitement: Rorschach et MMPI-2**. Wavre, Belgium: Mardaga, 2010, p. 203-226.

FINN, S. E.; MARTIN, H. Therapeutic Assessment: Using psychological testing as a brief therapy. *In*: GEISINGER, K. F. (Ed.). **APA Handbook of Testing and Assessment in Psychology**. Washington: American Psychological Association, 2013. p. 453-465.

FINN, S. E.; TONSAGER, M. E. Therapeutic effects of providing MMPI-2 test feedback to college students awaiting therapy. **Psychological Assessment**, [s.l.], v. 4, n. 3, p. 278-287, 1992.

FRACKOWIAK, M.; FANTINI, F.; ASCHIERI, F. L’évaluation thérapeutique: description de quatre modèles. **Pratiques Psychologiques**, [s.l.], v. 21, n. 4, p. 319-330, 2015. Disponível em: [https://www.therapeuticassessment.com/docs/Frackowiak\\_Fantini\\_Aschieri\\_2015.pdf](https://www.therapeuticassessment.com/docs/Frackowiak_Fantini_Aschieri_2015.pdf). Acesso em: 02 abr. 2020.

FRIEDRICH, J. **Lev Vigotski: mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Tradução de Anna Rachel Machado e Eliane Gouvêa Lousada. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

GIASSON, F. F. **Contribuições das Estratégias de Avaliação Terapêutica para o Enfrentamento do Sofrimento Psíquico de Professores**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

GOMES, I. D. *et al.* O social e o cultural na perspectiva histórico-cultural: Tendências conceituais contemporâneas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p.814-831, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682016000300016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000300016). Acesso em: 15 mar. 2020.

GONÇALVES, M. G. M. A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. *In:* BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 37-52.

HINRICHS, J. Inpatient Therapeutic Assessment With Narcissistic Personality Disorder. **Journal of Personality Assessment**, v. 98, n. 2, p. 111-123, 2015.

IZQUIERDO, M. J. Las dos caras de la desigualdade entre mujeres y hombres: explotación económica y libidinal. **Quaderns de Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 117-129, 2010. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/QuadernsPsicologia/article/view/215011>. Acesso em: 07 jan. 2021.

IZQUIERDO, M. J. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, 1992. Mimeografado.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In:* HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, p. 67-75, 2009.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estud.** – **CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 02 jan. 2020.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. *In:* LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 14ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LESSA, S.; TONET, I. O Conhecimento. *In:* LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 45-50.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In:* DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 443-481.

LORDELO, L. R. A crise na Psicologia: análise da contribuição histórica e epistemológica de L. S. Vigotski. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 537-544, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722011000400019&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722011000400019&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 25 abr. 2020.

LYRA, J.; MEDRADO, B. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 145-158, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9873>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MARQUES, S. S. Ampliar a Licença-Paternidade para despatriarcalizar o Estado e a sociedade. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**, Paraíba, n.

1, p. 241-260, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/24479>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MARTINS, L. M. A natureza histórico-social da personalidade. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 82-99, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622004000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622004000100006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 04 abr. 2020.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. **29º Reunião Anual da ANPED**, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12, n. 34, p. 7-46, 1998 [1848]. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141998000300002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002). Acesso em: 02 nov. 2019.

MÃE, V. H. **O filho de mil homens**. 2ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

MORAES, L. C. Da relevância do materialismo histórico dialético para uma análise

feminista. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-10, 2020. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/37831>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MORAES, M. S. **Avaliação Terapêutica: Estudos de Casos sobre o Método**. 2020.

Dissertação (Mestrado em Avaliação Psicológica) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, Universidade São Francisco, Campinas, 2020.

MORETTI, V. D; ASBAHR, F. S. F.; RIGON, A. J. O humano no homem: os pressupostos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 477-485, 2011. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-71822011000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822011000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 mar. 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, M. L. T.; LOURENÇO, L. J.; TEIXEIRA, R. C. P. Avaliação Psicológica: o papel da observação e da entrevista. *In*: LINS, M. R. C.; BORSA, J. C. (Org.) **Avaliação Psicológica: aspectos teóricos e práticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 23-37.

PETERS, E. J. *et al.* “Am I going crazy, doc?”: A self psychology approach to Therapeutic Assessment. **Journal of Personality Assessment**, v. 90, n. 5, p. 421–434, 2008.

RABELO, A. O. Mulher e docência: historizando a feminização do magistério. *In*: **Encontro de História da Educação do estado do Rio de Janeiro**, Anais nº 1., Niterói, 2007.

ROSA, R. V. M. Feminização do magistério: representações e espaço docente. **Revista Pandora Brasil**, edição especial nº 4, 2011. Disponível em:

[revistapandorabrasil.com/revista\\_pandora/materialidade/renata.pdf](http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/renata.pdf). Acesso em: 06 mar. 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, C.C.C. Linguagem como Prática Social e Mediadora da Formação Cultural e Humana: algumas reflexões. **Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE**, n. 6, p. 40-48, 2012. Disponível em: [https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2012/6/linguagem\\_como\\_pratica\\_social\\_e\\_mediadora\\_da\\_formacao\\_cultural\\_e\\_humana.pdf](https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2012/6/linguagem_como_pratica_social_e_mediadora_da_formacao_cultural_e_humana.pdf). Acesso em: 20 mai. 2020.

SANTOS, L. G.; LEÃO, I. B. O inconsciente sócio-histórico: aproximações de um conceito. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 38-47, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-71822014000600005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822014000600005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 22 abr. 2020.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 14 fev. 2020.

SCADUTO, A. A.; CARDOSO, L. M.; HECK, V. S. Modelos Interventivo-Terapêuticos em Avaliação Psicológica: Estado da Arte no Brasil. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 18, n. 1, p. 67-75, 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712019000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712019000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 02 jun. 2020.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SILVA, M. A. S.; TULESKI, S. C. Patopsicologia Experimental: Abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 20, n. 4, p. 207-216, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2015000400207&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2015000400207&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 22 fev. 2020

SIRGADO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 45-78, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gHy6pH3qxxynJLHgFyn4hdH/?lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SMITH, J. D.; FINN, S. Integration and Therapeutic presentation of Multimethod Assessment Results: An empirically supported guiding framework and case example. *In*: HOPWOOD, C. J.; BORNSTEIN, R. F. (ed.). **Multimethod clinical assessment**. New York: Guilford, 2014. p. 403-425.

SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000200006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000200006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 13 mai. 2020

SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 09-29, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/6pdm53sryMYcjrFQr9HNcnS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 mai. 2021.

SOUZA, T. **Emoções e capital**: As mulheres no novo padrão de acumulação capitalista. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, V. L. T.; ANDRADA, P. C. Contribuições de Vigotski para a compreensão do psiquismo. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 355-365, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2013000300005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2013000300005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 mar. 2020.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997. Disponível em: [www.rausp.usp.br/download.asp?file=3203062.pdf](http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=3203062.pdf). Acesso em: ago. 2021.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332002000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332002000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 mar. 2021.

VIEIRA, P. G. Avaliação Terapêutica: uma nova abordagem para o Psicodiagnóstico. *In*: LANDIM, P.; ALMEIDA, R.; ROMA, A. (coord.). **Avaliação Psicológica**: A atualidade da prática profissional. São Paulo: Editora Leader, 2017. p. 23-31.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a02v2171.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 681-701, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42022>. Acesso em: 10 jan. 2020.

VILLEMOR-AMARAL, A. E. Perspectivas para a Avaliação Terapêutica no Brasil. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 15, n. 2, p. 249-255, ago. 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712016000200014](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712016000200014). Acesso em: 05 fev. 2020.

VILLEMOR-AMARAL, A. E.; RESENDE, A. C. Novo Modelo de Avaliação Psicológica no Brasil. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 38, n. spe., p. 122-132, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932018000400122&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000400122&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 20 jan. 2020.

VYGOTSKY, L. S. O significado histórico da crise na Psicologia. *In*: **Teoria e método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WECHSLER, S. M.; HUTZ, C. S.; PRIMI, R. O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. **Aval. psicol.**, Itatiba , v. 18, n. 2, p. 121-128, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v18n2/03.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 127, p. 109-124, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/tMzcgmXNY3NJS3MY3MZBSxH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015. Disponível em: [scielo.br/j/fractal/a/7ZzRG6HkzvbGYj35qZXNzyP/abstract/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/fractal/a/7ZzRG6HkzvbGYj35qZXNzyP/abstract/?lang=pt). Acesso em: 02 jul. 2021.